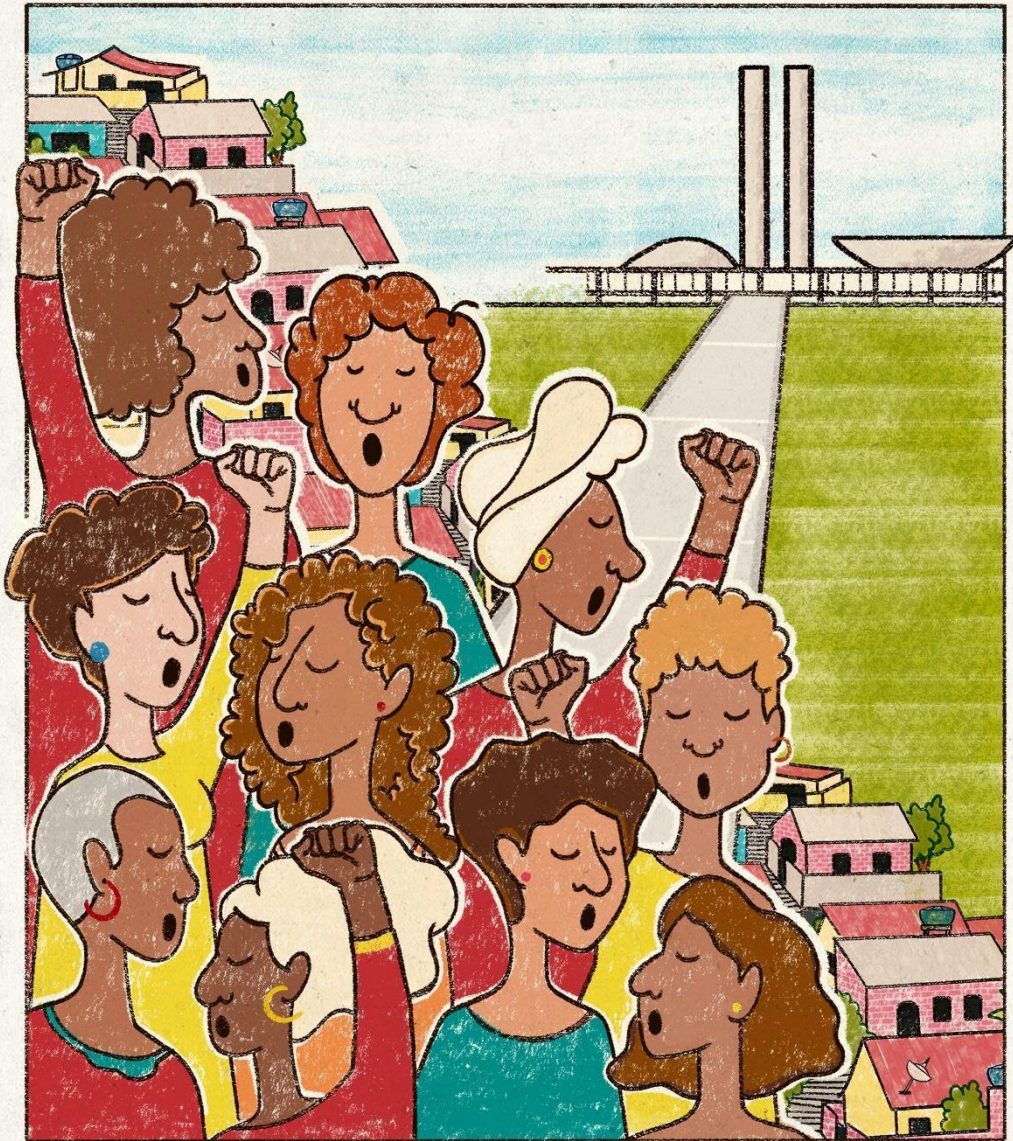


Caroliny dos Santos Marinho

GRUPO MULHER MARAVILHA:
A FORÇA DAS MULHERES DE NOVA DESCOBERTA/RECIFE
EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1975-1988)



Recife, 2023

CAROLINY DOS SANTOS MARINHO

**GRUPO MULHER MARAVILHA: A FORÇA DAS MULHERES DE NOVA
DESCOBERTA/RECIFE EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1975-1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento

Linha de Pesquisa: Cultura, Política e Relações de Poder.

Recife
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M338g

Marinho, Caroliny dos Santos

Grupo Mulher Maravilha: : a força das mulheres de Nova Descoberta/Recife em tempos de redemocratização (1975-1988) / Caroliny dos Santos Marinho. - 2023.
108 f. : il.

Orientadora: Alcileide Cabral do Nascimento.
Inclui referências.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

1. Grupo Mulher Maravilha. 2. Movimento de mulheres. 3. Redemocratização. 4. Mulheres Periféricas. 5. Assembleia Nacional Constituinte 1987-88. I. Nascimento, Alcileide Cabral do, orient. II. Título

CDD 981

CAROLINY DOS SANTOS MARINHO

**GRUPO MULHER MARAVILHA: A FORÇA DAS MULHERES DE NOVA
DESCOBERTA/RECIFE EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1975-1988)**

APROVADO EM 28/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Alcileide Cabral do Nascimento (Orientadora)
Universidade Federal Rural do Pernambuco- (UFRPE)

Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda
Universidade Federal Rural do Pernambuco- (UFRPE)

Prof^a. Dr^a. Monica Rodrigues Costa
Universidade Federal de Pernambuco- (UFPE)

**Recife
2022**

AGRADECIMENTOS

O período de produção desse trabalho acadêmico atravessou uma pandemia global e vivenciou uma série de retrocessos que atingiram o sistema de educação do país. Fazer ciência em um país que não valoriza seus estudantes e cientistas se mostrou um grande desafio. Em meio a isso, conhecer mulheres que lutaram para conquistar os direitos que temos hoje revelou-se inspirador.

Dito isso, agradeço especialmente:

À minha mãe, Leninha, por sempre acreditar nos meus sonhos e por celebrar comigo todas as vitórias que essa vida acadêmica possibilita. Sem você nada disso seria possível.

À Nicole por compartilhar comigo todas as dificuldades e alegrias que o processo de construção dessa dissertação proporcionou. Obrigada por estar aqui. Dedico este trabalho a você!

À minha orientadora Profa. Alcileide Cabral pela confiança, respeito e afeto doados a mim e a minha pesquisa. Também ao Prof. Humberto Miranda e a Profa. Mônica Costa deixo minha gratidão pelas preciosas contribuições na banca de qualificação.

Ao Grupo Mulher Maravilha, por aceitar fazer parte dessa pesquisa. Em especial a Lourdes Luna, Dona Menta, Dona Ilza e Dona Lia, meu imenso agradecimento por todo o aprendizado, troca e paciência. Agradeço também as maravilhosas Tati Gamboa, Cristina e Silvana, que fazem parte da Secretaria Executiva do GMM e sempre me acolheram carinhosamente durante as idas à sede do Grupo.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História da UFRPE pelos ricos ensinamentos, em especial a Profa. Mariana Dantas e a Profa. Mariana Zerbone.

Aos amigos que sempre estiveram comigo: Natália, Guta, Rangner, Horácio, Ismênya, Nicole e Shirley. E aos amigos que a UFRPE me deu, Vinícius, Levi, Juliane e Nicolý. Minha gratidão pelos momentos de alegria, pelas sugestões e pela torcida desde a escrita do projeto.

Aos meus gatos Berlô e Cat por dividirem comigo as longas madrugadas de produção desse texto.

À Vivianne Queiroz por fazer bom uso das referências e transformar minhas ideias e rascunhos na ilustração incrível da capa desse trabalho de dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que permitiu a realização desta pesquisa - Código de Financiamento 001.

Por fim, agradeço a todas e todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

É preciso estar *atenta* e forte.
Não temos tempo de temer a morte.

(Gal Costa, 1969)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as ações e contribuições do Grupo Mulher Maravilha para a redemocratização do Brasil e para a construção de propostas para a Constituinte, tendo como recorte temporal o período de 1975 a 1988. O Grupo Mulher Maravilha, situado no bairro de Nova Descoberta, Recife-PE, foi fundado oficialmente em 1975 por mulheres que não se conformaram com a situação de opressão que viviam diariamente, uma realidade que, naquele período, refletia sobre todo o povo brasileiro. Assim, essa pesquisa está ancorada nos debates desenvolvidos pela historiografia sobre Ditadura civil-militar, redemocratização, movimentos sociais, movimentos periféricos urbanos, estudos de gênero e movimentos feministas. Do ponto de vista teórico-metodológico, esta pesquisa se apoia em debates levantados por pesquisadoras como Joana Maria Pedro, Rachel Soihet, Rebecca Tarlau, Maria da Glória Gohn e Ilse Scherer-Warren. No que se refere ao Grupo Mulher Maravilha, destacam-se dois atores externos que nortearam a criação e as ações do Grupo, a Igreja Católica e as organizações clandestinas. A pedagogia educacional de Paulo Freire também foi uma importante ferramenta para processo de ensino-aprendizagem e de construção coletiva do conhecimento desenvolvidos pelo GMM. Dessa maneira, para atender a proposta investigativa e aos objetivos traçados, esta pesquisa fez uso da abordagem qualitativa utilizando fontes orais, provenientes de entrevistas semiestruturadas com mulheres do Grupo, e documentos encontrados no acervo físico do GMM. Sendo assim, essa pesquisa evidencia a participação das mulheres do bairro de Nova Descoberta como atrizes de articulações sociais que buscavam o fim da Ditadura civil-militar, a redemocratização do país e a promulgação de uma nova Carta Constitucional que garantisse direitos civis, sociais e políticos para a mulheres.

Palavras-chave: Grupo Mulher Maravilha; Movimento de mulheres; Redemocratização; Mulheres Periféricas; Assembleia Nacional Constituinte 1987-88.

ABSTRACT

This work aims to analyze the actions and contributions of the Mulher Maravilha Group (GMM) for Brazil's redemocratization and the construction of proposals for the Constituent Assembly, taking the period from 1975 to 1988 as a time frame. The Mulher Maravilha Group from Nova Descoberta, Recife-PE, was officially founded in 1975 by women who did not conform to the situation of oppression they experienced on a daily basis, a reality that, at that time, reflected on the entire Brazilian people. Therefore, this research is anchored in debates developed by historiography on civil-military dictatorship, redemocratization, social movements, urban peripheral movements, gender studies and feminist movements. From a theoretical-methodological point of view, this research is based on debates raised by researchers such as Joana Maria Pedro, Rachel Soihet, Rebecca Tarlau, Maria da Glória Gohn and Ilse Scherer-Warren. When it comes to the Mulher Maravilha Group's creation and actions, two external actors stand out, the Catholic Church and clandestine organizations. Paulo Freire's educational pedagogy was also an important tool for the teaching-learning process and the collective construction of knowledge developed by the GMM. Thus, in order to meet the investigative proposal and the outlined objectives, this research used a qualitative approach using oral sources, from semi-structured interviews with women of the Group, and documents found in the physical collection of the GMM. Therefore, this research highlights the participation of women from the neighborhood of Nova Descoberta as actors of social articulations that sought the end of the civil-military dictatorship, the redemocratization of the country and the promulgation of a new Constitutional Charter that guaranteed civil, social and political rights for women.

Keywords: Mulher Maravilha Group; Women's movement; Redemocratization; Peripheral Women; National Constituent Assembly 1987-88.

LISTA DE FIGURAS

IMAGEM 1- Estatuto do conselho de moradores de Nova Descoberta

IMAGEM 2- Mocambos em Recife

IMAGEM 3- Limpeza urbana e o uso de veículos particulares pela Prefeitura

IMAGEM 4- Inauguração do Mercado Público de Nova Descoberta

IMAGEM 5- Reinauguração do Mercado Público de Nova Descoberta

IMAGEM 6- Mapa original que configura RPA 5 e seus limites

IMAGEM 7- Estatuto do Grupo Mulher Maravilha

IMAGEM 8- Figura que simboliza a luta das mulheres da comunidade

IMAGEM 9- Exposição de roupas produzidas pelas mulheres do GMM

IMAGEM 10- Entrega solene da Carta das Mulheres aos Constituintes

IMAGEM 11- Relatório Encontro Estadual do Movimento Popular de Mulheres do Paraná (1986)

IMAGEM 12- Encontro com Grupos de mulheres do setor de Casa Amarela

IMAGEM 13- Emenda Popular nº PE 20

IMAGEM 14- Audiência Pública de 26 de agosto de 1987

IMAGEM 15- Celebração do Dia Internacional da Mulher de 1988

IMAGEM 16- Encontro das Mulheres do Setor de Casa Amarela em Nova Descoberta 1988

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
CEAAL	Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
CF	Constituição Federal
CJP	Comissão de Justiça e Paz
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ETAPAS	Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEACA	Federação das Associações dos Moradores de Casa Amarela
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GMM	Grupo Mulher Maravilha
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MTC	Movimento de Trabalhadores Cristãos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não-governamental
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PFL	Partido da Frente Liberal

PGH	Programa de Pós-graduação em História
PLPs	Promotoras Legais Populares
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PREZEIS	Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
PT	Partido dos Trabalhadores
RPA	Região Político Administrativa
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNE	União Nacional dos Estudantes
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	15
CAPÍTULO 1- MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA FEMININA EM RECIFE (1970-1985)	25
1.1. PANORAMA E CONTEXTO DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	25
1.2. A NOVA DESCOBERTA DO RECIFE.....	36
1.3. O GRUPO DE MULHERES DE NOVA DESCOBERTA	48
CAPÍTULO 2- A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A ARTICULAÇÃO DAS MULHERES PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987-1988)	60
2.1. A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: A EMERGÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR... 60	
2.2. A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1987-1988: ORGANIZAÇÃO, CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E NATUREZA.....	65
2.3. A LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS CONSTITUCIONAIS	72
CAPÍTULO 3 - DE NOVA DESCOBERTA A BRASÍLIA: UMA LUTA COLETIVA	79
3.1 O GRUPO MULHER MARAVILHA E A REDE MULHER	80
3.2 POVO NA CONSTITUINTE	90
3.3 DIREITOS E GARANTIAS OBTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar as ações e contribuições do Grupo Mulher Maravilha para a redemocratização do Brasil e para a construção de propostas para a Constituinte, tendo como recorte temporal o período de 1975 a 1988. O Grupo Mulher Maravilha é uma Organização Não Governamental que atua no bairro de Nova Descoberta, Recife, Pernambuco na luta por justiça social e pela vida das mulheres enquanto protagonistas de suas realidades. Ao longo do recorte temporal desta pesquisa de dissertação, procuramos compreender o caminho e o contexto de articulação das mulheres do GMM com movimentos sociais e organizações de mulheres em nível local, estadual e nacional.

O desejo de pesquisar movimentos sociais aflorou durante minha graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco. Em 2018, ao longo do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso¹, pude me aproximar e estudar mais sobre a historiografia dos movimentos sociais e populares ao longo das décadas finais do século XX.

Mesclar o interesse em analisar os movimentos sociais no Brasil sob a ótica das lutas e articulações de mulheres só foi possível após o início da licenciatura em História e, posteriormente, do mestrado em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Na UFRPE, pude conhecer a professora Alcileide Cabral e cursar disciplinas que abordaram os femininos e suas subjetividades, o que proporcionou um entusiasmo teórico e metodológico para explorar essa área.

Ressalto que iniciar essa pesquisa me fez pensar sobre meu papel atuante enquanto atriz e sujeita da História e o ofício enquanto historiadora, em fazer essas mulheres serem ouvidas e suas histórias de luta reconhecidas. Pude refletir ainda sobre meus privilégios enquanto mulher branca e perceber como as engrenagens do gênero estão ligadas de forma direta a classe e raça.

Assim, após realizar um levantamento bibliográfico sobre movimentos de mulheres em Recife ao longo das décadas de 1970 e 1980, conheci o Grupo Mulher Maravilha (GMM). O GMM está situado no bairro de Nova Descoberta, Zona Noroeste do Recife e atua desde 1975 em prol dos direitos das mulheres. Ao longo desses anos,

¹ Política Contenciosa: conceitos, características e aplicação no contexto político brasileiro (2018).

o Grupo realizou diversas atividades com intuito de desenvolver uma consciência cidadã na comunidade.

O debate historiográfico que fomentou o interesse nesse objeto de estudo e auxiliou na compreensão dos caminhos trilhados pelo Grupo Mulher Maravilha partiu de trabalhos produzidos por outras três pesquisadoras que tratam direta e indiretamente sobre o Grupo. Por ordem cronológica, a primeira delas é a pesquisadora e professora americana Rebecca Tarlau, que em 2004 participou de um programa de intercâmbio e ficou hospedada com o GMM. Tarlau posteriormente passou a estudar o papel da educação dentro de movimentos sociais. No trabalho intitulado de *Mobilization during Dictatorship: The role of outside actors in the mobilization of labor and community in Brazil* (2008), Rebecca buscou compreender a organização nas áreas periféricas do Recife durante o período ditatorial, abordando como se deu o surgimento do GMM e os atores externos que influenciaram sua formação. Já Geane Cavalcanti (2017), em sua pesquisa de mestrado *Lutas e Resistência dos Moradores da Periferia da Cidade do Recife (1955-1988)*, não aborda diretamente o Grupo Mulher Maravilha. Apesar disso, a historiadora discute a organização da população nas áreas periféricas urbanas do Recife a partir da formação das associações de bairros. Outro aspecto importante explorado foi o apoio da Igreja Progressista a movimentos sociais durante o período da Ditadura. Por último, Uilma Queiroz (2020) em sua dissertação *"MULHER TAMBÉM É GENTE": o Benvirá e a emergência de novos sujeitos políticos em Afogados da Ingazeira, sertão do Pajeú - PE, entre 1983 -1987*, aponta a articulação do Grupo Benvirá e do movimento sindical dos trabalhadores rurais no período da Constituinte 1987-88.

A partir disso, as pesquisas bibliográficas em acervos e revistas digitais me mostraram que as organizações de bairro no Recife, estiveram aliadas a governos e grupos de esquerda, fazendo oposição ao governo autoritário imposto pela Ditadura civil-militar de 1964 (CAVALCANTI, 2017). E, nas décadas de 1970 e 1980, mesmo após a forte repressão da Ditadura contra as lideranças e organizações vistas como subversivas, é notável uma reorganização e revitalização dos movimentos sociais no contexto nacional.

Nesse período, os movimentos feministas ganharam força no cenário nacional e as mulheres lutavam pela redemocratização do Brasil e enfrentavam a sociedade que as oprimia por serem mulheres. Assim, de forma crescente grupos de mulheres se engajaram e refletiam sua situação política buscando mudanças.

Um dos fatores que deu força para esse engajamento das mulheres nos movimentos sociais que vão se formando ao longo das décadas de 1970 e 1980 é a oficialização do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas em 1975 durante a I Conferência Mundial da Mulher. Posteriormente o marco foi estendido até 1985, evidenciou a desigualdade social e política entre homens e mulheres e estabeleceu metas para eliminar a discriminação e ampliar a participação feminina. Constância Lima Duarte (2019) destaca que diversas organizações de mulheres, nem todas feministas, vale salientar o caráter pejorativo que foi dado ao termo, buscavam por visibilidade, melhores condições de trabalho e conscientização política.

Naquele contexto, mulheres e movimentos feministas de todo o país se articularam na luta pelo exercício pleno da cidadania e na busca pela aprovação de garantias na Constituição Federal. Em 1986, mulheres, reunidas em um Encontro Nacional, depositaram suas reivindicações na Carta das Mulheres aos Constituintes, que foi introduzida da seguinte maneira:

Nesse importante momento, em que toda a sociedade se mobiliza para uma reconstituição de seus ordenamentos, gostaríamos de lembrar, para que não se repita, o que mulheres já disseram no passado: “Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir leis para as quais não tivemos voz nem representação” (Abigail, Adams, 1776).

Hoje, dois séculos após estas palavras, no momento em que a sociedade brasileira se volta para a elaboração de uma nova Constituição, nós exigimos tratamento especial à causa que defendemos.

Confiamos que os constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir as aspirações de um povo sofrido e ansioso por melhores condições de vida, incorporem as propostas desta histórica Campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. (CARTA DAS MULHERES, 1986, p. 2).

A Carta das Mulheres, enviada ao Congresso Nacional, e, naquele contexto, marcado pelo fim da Ditadura civil-militar (1964-1985), organizações de mulheres e movimentos feministas, de todos os cantos do Brasil, se articulavam em busca de direitos políticos, civis e sociais. O trecho da Carta das Mulheres sintetiza essa luta feminina contra as profundas desigualdades presentes na sociedade brasileira.

O Grupo Mulher Maravilha atuou no Recife e também no Sertão do Pajeú com o Grupo Benvirá. Além disso, ao longo da década de 1980 se articulou com outras organizações de mulheres e movimentos feministas em encontros nacionais,

conferências e seminários, que resultaram na Carta das Mulheres aos Constituintes, além da ida a Brasília com a caravana Povo na Constituinte.

Diante de tudo isso, observamos nesse campo científico a necessidade do desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica que contribua com a historiografia dos movimentos sociais e dos estudos de gênero, e auxilie a preencher as lacunas existentes sobre a presença e a luta de mulheres pernambucanas pela redemocratização do Brasil e pela garantia de direitos constitucionais. Nesse sentido, é importante evidenciar a carência de pesquisas que tenham como sujeitas mulheres negras, periféricas e nordestinas diante do contexto nacional da luta feminina por garantias de direitos.

Assim, um dos fatores primordiais que levou a elaboração dessa pesquisa foi o interesse em investigar como o Grupo Mulher Maravilha atuou na Assembleia Nacional Constituinte 1987-88 para a conquista e ampliação dos direitos das mulheres no processo de redemocratização brasileiro. Desta forma, compreendemos que o desenvolvimento desta pesquisa é de grande relevância tanto para o campo historiográfico, quanto para grupos de mulheres, como o próprio Grupo Mulher Maravilha que tiveram suas histórias de luta e resistência esquecidas e invisibilizadas. Para a historiografia, esse trabalho se torna relevante ao registrar na história mulheres periféricas de Recife-PE que se mobilizaram em uma articulação nacional de mulheres nunca antes vista no país. Somado a isso, esse estudo visa agregar aos estudos sobre organizações de mulheres em Recife, especificamente nas áreas de morro da Zona Norte.

Tendo isso em vista, algumas questões específicas foram necessárias para desenvolvimento da pesquisa, tais como: Como o contexto sociopolítico brasileiro marca o surgimento do GMM no bairro de Nova Descoberta? Como o Grupo Mulher Maravilha se mobilizou para enviar propostas para a Assembleia Nacional Constituinte? Quais foram as propostas? Quais mulheres participaram? Houve articulação com outras organizações de mulheres e/ou movimentos feministas?

CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

As transformações ocorridas no mundo ao longo das décadas finais do século XX e no início do século XXI servem como pano de fundo para debates acerca da função do conhecimento histórico, bem como pela busca de seu sentido. Observa-se

assim, que as novas gerações e seus respectivos impactos e transformações sociais e culturais geraram a necessidade de requerer fazer parte desse tempo vivido (MARTINS, 2011).

Georg Iggers (2010) afirma que algumas ideias de novos caminhos receberam aceitação por parte de historiadores e historiadoras, como por exemplo a recusa na crença de uma superioridade da cultura ocidental como fator de desenvolvimento histórico e representação popular. Na visão do autor, os enfoques dados a essas novas condições da historiografia geraram importantes tendências, entre elas “o duradouro giro linguístico e cultural” e “a expansão cada vez maior da história feminista e de temas relacionados ao gênero” (IGGERS, 2010, p. 108).

O giro cultural ligada ao giro linguístico, representou, de certa forma, a criação da nova história cultural, a partir da década de 1970. Nesse sentido, historiadores e historiadoras passaram a observar que apenas fatores sociais e econômicos não eram suficientes para a conceituação da realidade. Assim, cultura e linguagem também deveriam ser levadas em conta. Nesse âmbito, Martins (2011) complementa que esse processo vivido pela historiografia pós Segunda Guerra foi notável. Destarte, “a ciência histórica conheceu, na segunda metade do século 20, um avanço prodigioso: renovação, enriquecimento das técnicas e dos métodos, dos horizontes e dos domínios” (MARTINS, 2011, p. 200).

Esse redirecionamento para uma análise mais micro da história passa a ter como sujeitos os aspectos da vida cotidiana e as relações de gênero (IGGERS, 2010). Para Iggers (2010) essa perspectiva cultural de início se prestava como uma História Vista de Baixo, o que incluía a história das mulheres. Assim, diante do trabalho das historiadoras feministas na História Cultural, a década de 1980 é marcada por uma guinada na historiografia perante o número crescente dos estudos sobre mulheres e gênero (IGGERS, 2010).

Nessa perspectiva, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) afirmam que tratar de mulher na história é também uma tentativa de reparar a exclusão, visto que era difícil achar inserções da presença feminina em ambientes sempre reservados aos homens. E, além disso, é necessário fazer uma reflexão sobre a historicidade dessa categoria de análise, bem como legitimar o campo de estudo chamado de “História das Mulheres e das Relações de Gênero” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 282). Ressaltando ainda, que “Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão

de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284).

Dito isso, é importante apontar como as relações de gênero geram impactos no exercício do poder político e nas formas de exploração. Assim compreende-se que “uma democracia igualitária depende, portanto, do enfrentamento daquilo que faz rodar as engrenagens do gênero, mas também as de classe e raça” (MIGUEL; BIROLI, 2014 p. 14). Nesse aspecto, a crítica feminista e suas diferentes abordagens e correntes incorporam e debatem o fato de que as relações de gênero implicam em formas de dominação, muitas vezes no interior de grupos de mulheres:

O feminismo negro permitiu avançar na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades justamente ao exigir que a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens não correspondesse a um silêncio sobre as mulheres que compartilham, com os homens que estão na base da pirâmide social, as desvantagens decorrentes de sua posição de raça e de classe. MIGUEL; BIROLI, 2014. p. 9).

Tendo isso em vista, é importante compreender que os sistemas de opressão geram impactos diferentes nas pessoas quando se leva em conta os diferentes “lugares” em que cada indivíduo se encontra, por vezes os eixos de opressão podem se cruzar, formando interseções. A categoria analítica da interseccionalidade formulada por Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) permite-nos enxergar “as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. E, para essa pesquisa, essa categoria de análise é relevante ao evidenciar que as mulheres que fazem parte do Grupo Mulher Maravilha são, em sua grande maioria, mulheres negras e pobres que, em suas vivências, são constantemente atravessadas, e oprimidas, pela interseccionalidade entre gênero, classe e raça.

Nessa perspectiva, Karla Akotirene (2019, p. 14) aponta que “as mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe”. Assim, é nítido que mulheres negras possuem demandas específicas que não podem ser abarcadas apenas como uma questão de gênero, caso essa não compreenda as especificidades de ser uma mulher negra (CARNEIRO, 2019). Esse debate é necessário aqui, pois implica em colocar também mulheres negras como atrizes dos movimentos e organizações sociais que transformaram práticas políticas no Brasil.

Visto isso, os marcadores sociais não devem ser analisados isoladamente, pois os pontos de intersecção fazem parte da construção de identidade. Desse modo, a interseccionalidade é uma categoria analítica relevante para as análises dessa pesquisa de dissertação e, certamente, estará presente ao longo deste trabalho.

Ao falar especificamente sobre gênero e memória, é importante ressaltar a notoriedade das historiadoras feministas que ajudaram a mudar a historiografia que prezava por um sujeito universal, sujeito esse que não incluía as mulheres. Sobre isso, Adriana Facina e Rachel Soihet (2004) mostram que essas historiadoras tomaram consciência da tamanha dificuldade de saber como foi a participação das mulheres nas diferentes esferas sociais, visto que sua presença em arquivos públicos era quase inexistente. As autoras destacam que “as mulheres foram destinadas à esfera privada, por longo tempo, elas estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das futuras gerações” (FACINA; SOIHET, 2004, p. 15).

Adriana Facina e Rachel Soihet (2004) observam ainda, as expressões femininas ao longo do tempo através da preservação de fotografias e objetos pessoais, na conservação e transmissão de história vividas individual ou coletivamente. Visto isso, a História oral é vista como um importante e adequado instrumento para o registro da memória das mulheres (FACINA; SOIHET, 2004).

Para atender à proposta investigativa e aos objetivos traçados, esta pesquisa foi realizada por meio da abordagem qualitativa. Considera-se que a abordagem qualitativa favorece “a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16). Dessa maneira, para a construção dessa pesquisa utilizamos fontes orais, pois consistem na possibilidade de uma reconstrução do objeto de estudo através de suas múltiplas versões, pois proporciona a reflexão dos fatos na voz dos próprios protagonistas (FREITAS, 2006). Assim, para melhor compreensão dos aspectos estudados nesta pesquisa, extraímos dados de 4 entrevistas com mulheres do Grupo Mulher Maravilha que participaram direta ou indiretamente no processo de mobilização pela redemocratização do Brasil e na luta pela melhoria de vida no bairro de Nova Descoberta.

Para Lucília Delgado (2006), as fontes orais estão inseridas dentro da metodologia qualitativa, contribuindo para o campo da *contrageneralização*, pois não tendem a universalizar as experiências humanas. Nesse aspecto, leva-se em conta a singularidade dos indivíduos e suas representações para recuperar memórias

individuais e comunitárias, visto que não há uma verdade absoluta e “nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico” (DELGADO, 2003, p. 19).

Para a autora, através da memória e de seus diferentes conceitos e significados é possível evocar o passado, fazer releituras de vestígios, reafirmar identidades e reconstituir climas de lutas, por exemplo. As narrativas, por sua vez, “são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições” (DELGADO, 2003, p. 21). Destarte, Lucilia Delgado (2003) salienta que as narrativas tanto na forma de registros orais, quanto de registros escritos, são fontes com um abundante potencial para a construção do conhecimento histórico.

Assim, para o desenvolvimento dessa pesquisa e melhor compreensão no uso das fontes orais, foi necessário também compreender o conceito de memória. Nesse sentido, Lowenthal (1981, p. 75) afirma que “toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado”. Essa compreensão possibilitou o contato com as experiências vividas pelas sujeitas da pesquisa.

Com isso, partimos dos estudos do sociólogo francês Maurice Halbwachs que abriram portas para o entendimento da memória como um fenômeno que também é coletivo e social. Na obra, publicada de modo póstumo, *Memória coletiva* (1950), Halbwachs explora a construção da memória e da importância dos grupos de referência. Para Halbwachs a lembrança é resultado de um processo coletivo diante de um contexto social específico. (HALBWACHS, 1990; SCHMIDT; MAHFUD, 1993).

De acordo com Maria Luisa Schmidt e Miguel Mahfoud (1993, p. 294), Halbwachs, ainda “delimita um campo metodológico e conceitual de extrema pertinência para a pesquisa que se baseia na coleta e análise de relatos orais”, esses relatos orais são vistos pelo autor como uma via de acesso às memórias e as experiências dos indivíduos, uma vez que a memória individual e a memória coletiva se “penetram frequentemente”, mas não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 53).

As contribuições dos estudos de Halbwachs no âmbito da psicologia social, visando compreender fenômenos sociais, foram de grande relevância para trabalhos como o da psicóloga Ecléa Bosi sobre *lembranças dos velhos* (1979). Assim, a autora

afirma que Halbwachs enxerga a memória como produto do relacionamento com a família, escola e demais grupos sociais no qual esteja inserido (BOSI, 1979). Dessa forma, partimos da perspectiva de Ecléia Bosi que afirma que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1979, p. 17).

Destarte, tendo em vista que a História oral “é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana” (FREITAS, 2006, p. 18), essa pesquisa fez uso desse instrumento com quatro mulheres do Grupo Mulher Maravilha, que tiveram participação direta e indireta no processo de criação do Grupo, bem como na luta pela garantia de direitos constitucionais. Conceituando vemos que:

A entrevista qualitativa [...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e suas situações. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (BAUER; GASKELL, 2005, p. 65).

O tipo de entrevista utilizado foi a semiestruturada, ou seja, que não é completamente rígida quanto a um roteiro, e permite que o entrevistado disserte sobre o tema abordado a partir de seus próprios conhecimentos e opiniões, que é justamente o que se deseja atingir ao fazer uso desse instrumento (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33-34).

Paralelamente às entrevistas, essa pesquisa fez uso de documentos como estatutos, fotos e relatório de atividades. Esse procedimento possibilitou uma vasta extração de informações sobre as atividades do Grupo Mulher Maravilha nesse recorte temporal estudado. Dessa forma, os documentos foram manuseados como fontes de informação, que somados às entrevistas tiveram o objetivo de auxiliar e contribuir para a compreensão do objeto desta pesquisa com maior profundidade.

Diante de tudo isso, é possível observar que, em muitas situações, as entrevistas e os documentos oficiais do GMM se auxiliam de forma mútua. Tal fato tornou o processo de construção da pesquisa mais rico, viabilizando uma maior contextualização histórica e sociopolítica.

Assim, os documentos oficiais são procedentes do acervo físico do GMM, que fica localizado em sua sede, no bairro de Nova Descoberta, Recife. O acervo conta

com relatórios de atividades, relatórios de projetos, cartilhas, fotos, entre outros documentos. Dos documentos encontrados no acervo, foram utilizados nesta pesquisa os relatórios de atividades do GMM, fotos, estatutos e o Dossiê da Rede Mulher. Para melhor compreensão do objeto de pesquisa, foi dada uma maior ênfase aos documentos correspondentes ao período de 1975 a 1988.

Esse período condiz com o processo de redemocratização do Brasil e, logo, com uma movimentação mais intensa do Grupo Mulher Maravilha em prol da construção de propostas para a Constituinte. Além disso, documentos encontrados no Acervo digital do Senado Federal e no Acervo digital da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), como notícias de jornais, fotos, edições do Jornal da Constituinte e os dados sobre as parlamentares constituintes também foram utilizados como fontes de informações.

É importante salientar que a coleta de dados dessa pesquisa necessitou enfrentar as restrições sanitárias em relação ao COVID-19 em 2021. Além disso, fortes chuvas atingiram o Recife, a Região Metropolitana e outras localidades do estado de Pernambuco nos meses de maio, junho e julho de 2022². As chuvas impactaram fortemente o funcionamento do Grupo Mulher Maravilha. A sede do GMM foi interditada por mais de 100 dias pela Defesa Civil diante do risco de deslizamento de barreira e de casas próximas. Essas tristes adversidades atrasou a coleta de dados no acervo físico do GMM, bem como postergou a realização de entrevistas.

Ademais, vale realçar que essa pesquisa se encontra dentro dos estudos de gênero. Para Joana Maria Pedro (2011, p. 270), ao longo do tempo as mulheres “têm sido guardiãs da memória”, pois foram responsáveis por guardar grande parte do acervo de pessoas do mundo público. Essa categoria de análise de gênero, por sua vez, permite tornar a escrita da história mais rica, contribuindo assim, com importantes reflexões que auxiliam na construção de conhecimento (PEDRO, 2011). Assim é perceptível que:

No caso das mulheres, tem-se buscado mostrar a sua presença na história, incluindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história; e, para isso, a categoria de análise –gênero –é usada para teorizar a questão da diferença sexual, das relações de poder entre homens e mulheres. Trabalhar com a história das mulheres, pressupõe o domínio de categorias analíticas para o entendimento das relações de gênero,

² MORAES, Katarina. CHUVAS EM PERNAMBUCO: tragédia em 2022 supera cheia de 1975 em número de mortos. UOL, 2022. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/05/15017762-chuvas-em-pernambuco-tragedia-em-2022-supera-cheia-de-1975-em-numero-de-mortos.html>.

perpassadas por relações de poder. Ao analisar a história das mulheres, sua participação nos grupos de oposição às ditaduras militares, estas categorias multiplicam-se em importância (COLLING, 2006, p. 169).

Assim, nota-se que no que tange a Ditadura civil-militar, o apagamento da figura da mulher não é diferente. Nesse sentido Margareth Rago (2009, p. 1) acrescenta que “não é demais lembrar, mais uma vez, como as mulheres estiveram presentes nas lutas de resistência às ditaduras militares implantadas na América Latina [...]”. Observa-se assim, que a historiografia, como afirma Joana Pedro (2011), sofreu alterações ao longo do tempo e deixou de ser uma história escrita e contada apenas por homens, pois “assim como os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história” (LERNER, 2019, p. 28).

Por fim, vale ressaltar que para melhor sistematização desta investigação, esse trabalho é dividido em três capítulos. No capítulo 1 procuramos analisar os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, tanto em um cenário nacional mais amplo, quanto especificamente no Recife e na comunidade/bairro de Nova Descoberta. Além disso, apontamos ainda noções históricas, geográficas e sociais do Recife e do bairro de Nova Descoberta, onde surgiu o Grupo Mulher Maravilha.

Assim, buscamos dar visibilidade às mulheres enquanto sujeitas da história dos movimentos de resistência à Ditadura civil-militar no Brasil. Nessa perspectiva, capítulo 1 também refletiu sobre o surgimento do Grupo Mulher Maravilha como um movimento periférico urbano que se articulou como forma de resistência contra as opressões vividas pelas mulheres na sociedade e contra a repressão imposta pela Ditadura civil-militar no Brasil.

No capítulo 2, buscamos compreender os processos que levaram ao fim da Ditadura civil-militar no Brasil e a luta pró-constituente. Nesse sentido, destacamos o papel dos movimentos e organizações sociais, na década de 1980, que se articulavam para enviar propostas à Assembleia Nacional Constituinte (ANC). No segundo capítulo, analisamos também as organizações de mulheres e os movimentos feministas e sua luta pela redemocratização ao mesmo tempo em que lutavam contra os papéis de gênero atribuídos às mulheres.

Posteriormente, no capítulo 3, exploramos como foi a participação e a luta das mulheres do Grupo Mulher Maravilha em Brasília. Nesse contexto, o GMM é compreendido enquanto movimento de mulheres articuladas em rede nacional que lutou pela melhoria da vida das mulheres em Nova Descoberta, pela

redemocratização do Brasil e enviou propostas para a Assembleia Nacional Constituinte 1987-88. Além disso, buscamos analisar as propostas enviadas ao Congresso Nacional e a promulgação do texto final da Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, este trabalho de dissertação de Mestrado busca apontar as ações das mulheres do Grupo Mulher Maravilha a partir do contexto sociopolítico no qual estão inseridas e são protagonistas de sua realidade e história. Nesse sentido, objetivamos construir agora uma narrativa histórica que leva Nova Descoberta-PE a Brasília-DF.

CAPÍTULO 1

**MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS
NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980:
UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA
FEMININA EM RECIFE (1970-1985)**

CAPÍTULO 1- MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA FEMININA EM RECIFE (1970-1985)

A palavra resistência na língua portuguesa é um substantivo feminino cujo significado é a ação de resistir. Assim, resistir significa não ceder e nem sucumbir às vontades e submissões de outros. Associamos aqui, o ato de resistir aos diversos grupos, organizações e movimentos sociais que lutaram contra a repressão imposta pela Ditadura civil-militar (1964-85) brasileira, principalmente aqueles que expressavam em si a força das mulheres que se articulavam.

A Ditadura marca um período de retrocessos na história da democracia brasileira. Diferente da experiência vivida entre os anos de 1955 e 1964, o golpe civil-militar trouxe consigo uma quebra na ideia de uma democracia popular que vinha sendo construída até então. Assim, como afirma Cavalcanti (2017), logo nos primeiros dias da Ditadura foi possível observar a desarticulação de sindicatos, associações e movimentos sociais através de perseguições e prisões de seus membros e de suas lideranças. Em nome da segurança nacional, foi instaurado no país um sistema de repressão que buscava combater a subversão e reprimir atividades suspeitas (MAGALHÃES, 1997). Apesar disso, a existência de organizações clandestinas marcava a luta ativa contra a opressão imposta pelo regime militar.

Com a efervescência de movimentos sociais urbanos durante a Ditadura civil-militar, caracterizado pela repressão contra ações coletivas de grupos sociais estratégicos, como o movimento operário e estudantil. Os movimentos sociais desse período podem ser analisados tanto pela lógica conceitual das mobilizações por garantia de direitos básicos a pequenos grupos desfavorecidos, quanto pelas mobilizações opositoras ao regime autoritário instalado no Brasil.

1.1. PANORAMA E CONTEXTO DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A consolidação e o fortalecimento dos setores sociais e a busca pela redemocratização geraram uma notoriedade sobre o surgimento de novos instrumentos de participação, que até aquele momento não se via. Isto porque, a Ditadura civil-militar forçou o bloqueio de todos os espaços de representação popular (CARDOSO, 1994).

Com a influência do contexto político internacional da Guerra Fria, o Brasil já enfrentava uma onda de movimentos anticomunista e ideias autoritárias já colocavam a democracia em cheque. Naquele momento, a Guerra Fria dividiu o mundo entre o bloco Capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco Socialista, liderado pela União Soviética. O Brasil, por ter uma relação de dependência e subordinação político-econômica com os Estados Unidos, se alinhou ao bloco capitalista. Assim, tudo que saía da ótica capitalista era taxado como comunista e subversivo naquela ordem vigente. Um dos órgãos utilizados para frear o então chamado avanço comunista no país foi o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

O DOPS, respondia a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e tinha o papel ligado à captação e difusão de informações para os demais órgãos de segurança do Estado. Ao longo dos anos o DOPS foi ganhando poderes e antes mesmo do golpe de 1964, já reunia diversas informações sobre as associações de bairros e os líderes comunitários engajados politicamente.

Desse modo, Freire (2005) registra que apesar do cenário anterior ao golpe de 1964 favorecer o surgimento de movimentos sociais, o DOPS já mantinha as organizações sob um forte esquema de monitoramento. O mapeamento das associações e das principais lideranças feito por agentes do DOPS-PE auxiliou o fechamento e a desmobilização de vários movimentos depois que o golpe civil-militar foi efetivado. Apesar disso, mesmo nos primeiros anos do regime militar, a existência de organizações clandestinas marcava a luta ativa contra a opressão imposta pelo golpe (CAVALCANTI, 2017).

A trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil pode ser dividida em três intervalos de tempo (MUTZENBERG, 2010). O primeiro intervalo, o qual nos interessa aqui, compreende as décadas de 1970 e 1980, sendo caracterizado por movimentos populares e movimentos trabalhistas, além da insurgência de novos movimentos sociais, como os de gênero.

Nota-se que no contexto geral da Ditadura civil-militar no Brasil, a emergência de uma nova geração de movimentos sociais e o surgimento de novos personagens, como líderes sindicais e outras figuras estratégicas é revitalizado nos anos 1970 (MUTZENBERG, 2012). Nesse contexto de ruptura com o período ditatorial e a busca pela redemocratização do país, os movimentos sociais tinham um caráter espontâneo e autônomo, fator essencial para a quebra do sistema político autoritário (CARDOSO, 1994).

Esse período (1970–1980) foi marcado pela (re)organização dos movimentos sociais, tradicionais e novos, revitalização do sindicalismo rural e urbano, com novas características expressas pelo que se denominou novo sindicalismo, formação de organismos de apoio àquelas organizações, as ONGs, e a mobilização de distintas instituições da sociedade brasileira (MUTZENBERG, 2011, p. 129)

Especificamente no Brasil, na década de 1970, os movimentos sociais tomaram um escopo diferente, abrangendo diferentes categorias da sociedade em busca de participação política. Como afirma Cardoso (2008),

Os anos 70 trouxeram à cena (pelo menos em alguns países) uma camada popular mais participante. Setores sociais tradicionalmente excluídos da política passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade, sentindo-se parte deste sistema político, embora sua parte mais fraca. (CARDOSO, 2008, p. 314).

Em seus estudos, Maria da Glória Gohn (1997) evidencia que uma chave para entender esses “novos” movimentos sociais desse período, se dá na forma de fazer política. Ainda nessa lógica, Gohn (1997) compreende que os movimentos sociais ocorreram por vários países da América Latina, porém mesmo os movimentos de raça e gênero, são diferentes quando comparados às vertentes europeia e norte-americana.

Nesse aspecto, uma marca dos movimentos latino-americanos é a ocorrência em sociedades civis que são fortemente carregadas de uma tradição clientelista e de práticas autoritárias. Nessa perspectiva, compartilhamos com a definição de Gohn, que compreende o movimento social enquanto “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas” (2011, p. 335).

No Brasil, as ações das Organizações Não Governamentais³ (ONGs) começaram a se fortalecer durante a Ditadura civil-militar com a organização de setores e movimentos sociais (PEREZ, 2009). Desse modo, Olívia Perez (2009) aponta que as ONGs passaram a ser vistas como novos espaços de organização popular, de modo que buscavam auxiliar e fornecer apoio e assessoria aos

³ Apesar do surgimento e da atuação ser anterior à classificação, o termo ONG passou a ser utilizado a partir da década de 1940 no contexto marcado pelo fim da segunda guerra e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) (OJEDA, 2012). Vale ressaltar que no início esse termo fazia referência a organizações privadas que buscavam apoio de órgãos públicos em prol do desenvolvimento e da criação de projetos de apoio aos países pobres. Com o contexto autoritário da década de 1970, nota-se a formação e o fortalecimento de grupos com lutas mais específicas (PORTAL DO IMPACTO, 2021). Disponível em: <https://www.portaldointacto.com/como-surgiram-as-ongs-no-mundo>

movimentos sociais. A atuação ONGs, nas décadas de 1970 e 1980, serviram como apoio para os movimentos sociais que resistiram às ditaduras militares na América Latina⁴. Nesse aspecto, Ilse Scherer-Warren (1994) aponta que, naquele período, as ONGs que atuavam em prol de transformações sociais necessitavam manter um trabalho silencioso junto às bases progressistas da Igreja Católica.

Assim, as ONGs latino-americanas são historicamente associadas aos movimentos populares, que na América do Sul se mobilizaram em prol da redemocratização do país e da luta pela garantia de direitos humanos. Nesse sentido, é possível observar que na década de 1980, principalmente no período da redemocratização, as ONGs passaram por uma reformulação nas suas atribuições e na forma de agir na sociedade.

As ONGs podem ser compreendidas como entidades que agem independente dos interesses do Estado e do Mercado. Nesse sentido, são não governamentais e sem fins lucrativos e atuam como mediadoras entre a sociedade civil e o Estado. É notável que esse momento reflete na forma como os atores sociais se organizaram e se articularam gerando ações coletivas e “redes de movimentos sociais comunitários, movimentos sociais nacionais e transnacionais, e captando o apoio de segmentos mais amplos não-organizados da sociedade civil” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 7).

Nesse cenário, organizações como FASE, ETAPAS e SOS CORPO, fizeram frente na luta pela redemocratização do país, além de lutar por causas sociais. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)⁵ é uma ONG que desde sua criação esteve comprometida com o trabalho comunitário e associativo. Com o golpe de 1964, a FASE passou a atuar como resistência à Ditadura civil-militar e na formação das oposições sindicais e nos movimentos comunitários de base. Na década de 1970, a organização foi uma importante ferramenta para a reorganização dos movimentos sociais e na articulação com setores políticos. Nesse período a FASE

⁴ Os países do chamado CONE SUL, dos quais destacamos Argentina, Brasil e Chile, são marcados por períodos de autoritarismo e diversas restrições às liberdades individuais e coletivas. O contexto da Guerra Fria e a influência estadunidense marcam esse período de Ditaduras na América Latina. Vale destacar, que as Ditaduras nesses três países apresentam convergências como dissolução dos parlamentos, fechamento de sindicatos e de partidos políticos, anticomunismo e repressão política. Apesar disso, muitas divergências também podem ser apontadas quando comparamos as ditaduras da Argentina e Chile ao caso brasileiro. Nesse aspecto pode ser apontada a política desenvolvimentista no Brasil, além de questões como a alternância entre militares no governo, a duração e o número de mortos (COGGIOLA, 2001; QUADRAT, 2011).

⁵ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Disponível em: https://fase.org.br/pt/quem_somos/quem-somos/.

foi responsável pela formação de centenas de lideranças por todo o país, dando apoio às suas causas.

Nessa linha, durante a década de 1980, foi criada no Recife a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS)⁶. Essa ONG buscava assessorar as organizações comunitárias, incentivando assim a participação popular nas comunidades. Nesse período, destaca-se também a criação do SOS CORPO⁷, que posteriormente passou a ser chamado também de Instituto Feminista para a Democracia, e atuou na mobilização nos bairros populares, lutando pela emancipação das mulheres e pela construção de uma democracia igualitária onde mulheres são sujeitas políticas suscetíveis a provocar mudanças nas suas condições de vida. O SOS CORPO, assim como a FASE e a ETAPAS foram espaços de resistência e de luta contra o autoritarismo do regime militar, além de prestarem assessoria política aos movimentos e organizações sociais.

No combate à opressão imposta pela Ditadura civil-militar, movimentos e organizações sociais tiveram uma participação ativa e significativa. É nesse contexto, que a década de 1970 marca o surgimento de um feminismo mais organizado e atuante na América Latina, mesmo em meio ao contexto autoritário da época. Assim, “o movimento feminista é caracterizado pela diversidade de vertentes, que transitam entre lutas gerais e específicas promovidas pelas mulheres” (WOITOWICZ, 2014, p. 2).

Nesse sentido, é possível observar nesse período, a maneira como os movimentos sociais, em específico os movimentos feministas, se organizavam, visto que havia uma luta contra as opressões impostas pela sociedade às mulheres, ao mesmo tempo em que lutavam pela redemocratização do Brasil.

Enquanto corrente intelectual, Luis Felipe Miguel (2014, p. 17) aponta que o feminismo, mesmo em diferentes vertentes, mescla “a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução da dominação masculina”. É notável que nesse contexto de discussão, o feminismo, enquanto movimento social, está inserido em um movimento mais amplo e heterogêneo de mulheres.

⁶ Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social, disponível em: <https://etapas.org.br/institucional/>.

⁷ Instituto Feminista para a Democracia, SOS CORPO, 2022. Disponível em: <https://soscorpo.org/>.

Nesse sentido, os padrões de mobilização das mulheres no período de redemocratização brasileira realçam a identificação em 1) Organizações e grupos Feministas, que lutavam contra o patriarcado e as diversas formas de opressão da mulher que impactam diretamente nas desigualdades de gênero; 2) Organizações e grupos de mulheres que lutavam pela garantia de direitos humanos, como no Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, que buscou pressionar a sociedade e o governo sobre a necessidade da anistia; 3) Organizações e grupos de mulheres periféricas urbanas, como os clubes de mães e o Grupo Mulher Maravilha, que se articulavam em prol da melhoria de suas condições de vida e reivindicavam a criação de creches e melhoria do saneamento básico e da saúde nas comunidades. Esses grupos, não necessariamente se definem em sua totalidade como feministas, principalmente devido ao caráter pejorativo, erroneamente apontado ao termo.

No período que corresponde à Ditadura civil-militar, a militância feminina sofreu forte repressão e o termo passou a ser usado também de forma insultuosa. Aguiar, Trombini e Gutierrez (2019) destacam que, naquele contexto, as mulheres que pertenciam a organizações de mulheres ou movimentos feministas, quando capturadas pelos aparelhos de opressão do Estado, eram presas e torturadas.

Durante esse período, mulheres que participavam de movimentos sociais ou que tinham discursos de cunho político eram comumente associadas a um desvio de comportamento, além de ficarem sempre sob a sujeição de uma figura masculina. Marta Rovai (2013, p. 117) destaca que “nos registros das prisões, elas eram sempre apresentadas como esposas, filhas, amantes e irmãs de homens procurados pela polícia. Dificilmente tinham seu nome em destaque ou se acreditava que teriam sido tão ousadas”. Rovai afirma ainda que:

A condição de comunistas era associada à imoral socialização de mulheres como propriedade coletiva, o que permitiria o respeito às que haviam ousado tomar o espaço público, abandonar desonrosamente o lar – e legitimaria, portanto, a humilhação e a violação de seus corpos nos porões dos órgãos de repressão (ROVAI, 2013, p. 118).

Nesse sentido, é relevante observar que a repressão contra as mulheres foi posta em prática direta e indiretamente e “as militantes de esquerda, assim como os seus companheiros, foram presas, torturadas, tiveram filhos sequestrados, foram mortas e também foram os alvos preferenciais da violência sexual praticada pelos militares” (DUARTE, 2011, p. 235).

Nessa perspectiva, Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2011) correlacionam a memória da resistência contra a Ditadura ao feminismo, principalmente porque nas décadas de 1970 e 1980 houve uma intensa participação de mulheres no movimento feminista que lutavam contrarregime civil-militar. Assim, as autoras destacam que as Ditaduras militares que se instalaram no Brasil e em outros países da América Latina, além de serem conservadores, eram antifeministas e por isso “múltiplas e identificações comuns podem ser encontradas” (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 401).

Nesse cenário de transformação sociopolítico e conquista de direitos da década de 1980, podemos destacar também o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) que surge em Recife como uma “entidade responsável pela organização de mobilizações em defesa das crianças e adolescentes que viviam em situação de rua” (MIRANDA, 2014, p. 19). O MNMMR, formado por educadores sociais e militantes engajados na articulação política em nome do respeito dos direitos humanos na infância e juventude, configura-se como um ator fundamental nesse processo de luta.

No âmbito da Ditadura civil-militar, cabia à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) executar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM)⁸. Havia também as instâncias estaduais, em Pernambuco, o Governo estadual criou a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), que atuava a partir das medidas de controle do PNBEM.

Através do uso de fontes orais, o Professor Humberto Miranda (2014) apresenta a trajetória de Maria Betânia da Silva, que com apenas 9 anos de idade passou a viver entre as ruas e a FEBEM, e aponta as discussões de gênero nas unidades de internação de meninas que viviam em situação de rua e eram vistas pela FEBEM, polícia e Juizado de Menores como infratoras.

No forte relato de Betânia, é possível identificar a prática de exploração e de abuso sexual contra crianças e adolescentes dentro da FEBEM. Nesse sentido, os novos movimentos sociais que emergem nas décadas de 1970 e 1980 passam a enxergar com preocupação as formas de exploração de meninas que vivenciavam diferentes formas de abandono e exclusão social. Assim, essas questões também

⁸ Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Revogado pela Lei nº 8.069, de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4513.htm.

passaram a fazer parte das pautas e articulações feitas pelos movimentos feministas (MIRANDA, 2014).

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, assim como outros movimentos e organizações desse período de redemocratização, teve forte auxílio e liderança de representantes da ala progressista da Igreja Católica. Nesse sentido, a Igreja contribuiu de forma efetiva para mudanças de políticas de assistência a jovens e adolescentes em situação de rua.

No que tange os movimentos populares, Gohn (1997, p. 229) destaca o importante papel da Igreja Católica e, nesse aspecto, realça que “a religião é de modo geral um valor muito importante na vida do homem pobre latino-americano”. O passado colonial moldou uma cultura em que religião é sinônimo de esperança. Assim, a Igreja Católica tinha uma grande força sociopolítica dentro da América Latina.

Um dos fatores que chama a atenção na atuação da Igreja diante do período ditatorial brasileiro foi a sua parte mais progressista, que era regida pela Teologia da Libertação. Esse movimento religioso emerge da crítica à realidade social da América Latina e seu objetivo era libertar o povo das diversas formas de opressão (SCHERER-WARREN, 2005). De acordo com Leonardo Boff (1998), a Igreja buscou configurar-se como uma Igreja popular, solidária e defensora dos direitos dos oprimidos. E, com o processo de redemocratização do Brasil, a partir dos anos finais da década de 1970, a Teologia da Libertação e a ala progressista da Igreja Católica passaram a ter práticas associadas aos movimentos sociais daquele período.

Seguindo a Teologia da libertação, a ala progressista da Igreja foi uma importante ferramenta que contribuiu para o ressurgimento de movimentos populares de bairro e da criação de novas organizações populares no Recife (CAVALCANTI, 2013). Isso porque, religiosos progressistas faziam uso de passagens bíblicas para criticar a realidade social que oprimia os mais pobres, lutando assim, pela libertação do povo.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) também tiveram um papel relevante, pois se estabeleceram em vários bairros da Zona Norte do Recife, principalmente em áreas periféricas como o Morro da Conceição e a Macaxeira e, além das pregações, era possível discutir os problemas enfrentados na comunidade durante suas reuniões (CAVALCANTI, 2013). Apesar dessa existência de uma determinada licença das atividades da igreja, os órgãos de fiscalização do regime

militar estavam atentos a atividades suspeitas e acusavam frequentemente padres de serem comunistas (MONTENEGRO, 2010).

Uma das figuras mais importantes dessa igreja progressista foi o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara. A partir dos trabalhos de D. Helder e das CEB's, fica nítido, naquele contexto, que o apoio da igreja auxiliou no ressurgimento e na reorganização das associações de bairro e dos movimentos populares. De acordo com Geane Cavalcanti (2013, p. 180), as CEB's foram peças fundamentais para a criação de conselhos de moradores e da reivindicação de melhoria para os bairros, "isto porque o objetivo destas comunidades de base não era apenas refletir a palavra de Deus, ela também incentivava os cristãos a refletirem sobre sua condição social e a buscarem melhorias para suas vidas e comunidade".

Fica evidente que muitas associações de bairro ressurgem nas décadas de 1970 e 1980 com o auxílio da Igreja Católica e daqueles que seguiam a Teologia da Libertação, estabelecendo assim, uma nítida resistência à Ditadura no Recife e em outras cidades no Brasil.

Em Casa Amarela, no Recife, o trabalho do Padre Reginaldo Veloso também seguiu os passos da Teologia da Libertação, sendo ele o responsável pela organização das CEB's no bairro. Devido ao contexto da década de 1970, é possível notar uma diferença entre os novos conselhos de moradores para as antigas associações de bairro. Freire (2005) enfatiza que as CEB's foram um importante instrumento para a luta empreendida pela população. Assim, o conselho de moradores, na década de 1970, travaram lutas que reivindicavam a qualidade de vida da população, buscavam por políticas públicas e, muitas vezes, conseguiam burlar o controle dos movimentos sociais pelas forças de repressão do regime. Apesar disso, tanto D. Helder quanto Padre Reginaldo não passaram despercebidos aos órgãos de repressão.

Pensando nos movimentos sociais urbanos e periféricos, uma marca desse período foi a luta por moradia. Nesse aspecto, o movimento Terras de Ninguém foi um movimento social popular e urbano dos moradores do bairro de Casa Amarela pela posse de terra.

Em sua pesquisa, Antônio Montenegro (2010) evidencia que esse movimento social teve um importante papel na vida das pessoas daquela comunidade, além disso, as reuniões dos moradores geravam incômodo às autoridades naquele período da Ditadura civil-militar. A ala progressista da Igreja Católica teve uma importante

participação também nesse movimento, pois servia como uma espécie de proteção da organização dos movimentos de resistência ao regime militar. Assim, muitos militantes que buscavam clandestinamente burlar o sistema autoritário participavam ativamente do movimento Terra de Ninguém (FREIRE, 2005).

É importante destacar que esses movimentos nascem nas periferias do Recife enquanto movimentos populares heterogêneos que surgem diante de contradições urbanas e contra as elites sociais (CAVALCANTI, 2013). Além disso, durante a luta pela redemocratização do país o sindicalismo se transmutou em assistencialismo e as ações políticas dos grupos clandestinos não podiam ser escancaradas.

Naquele momento, os movimentos feministas também se organizavam em distintos coletivos em prol dos direitos das mulheres e na luta contra a Ditadura. É possível destacar o papel da Igreja Católica nessas organizações. Apesar de haver empecilhos dogmáticos da igreja, principalmente em questões ligadas ao corpo, com alguns movimentos, é importante enfatizar a procura pela justiça social da ala progressista. Assim, a Igreja Católica foi importante ator na politização e na organização das mulheres, principalmente da classe trabalhadora e pobre dessa época (TARLAU, 2008).

É nesse contexto que podemos destacar, de maneira inicial, o surgimento do Grupo Mulher Maravilha (GMM), na comunidade de Nova Descoberta, que naquele período ainda fazia parte do bairro de Casa Amarela. O GMM foi fundado em meados da década de 1970 por mulheres militantes que estavam em lutas sociais e já se articulavam com outras mulheres da comunidade. Em sua formação enquanto uma organização de mulheres politicamente engajadas, a Igreja Católica teve um papel bastante relevante. Isso porque, as fundadoras do Grupos estavam inseridas em organizações religiosas.

Em entrevista, Lourdes Luna⁹, co-fundadora do GMM, aponta a forma como o convento em que fazia parte naquele período reagiu ao golpe e como recebeu influência de amigos seminaristas, padres e freiras em seu processo de desenvolvimento de consciência política para compreender o que estava acontecendo no país:

⁹ Lourdes Luna é co-fundadora do Grupo Mulher Maravilha e do Grupo Benvirá e ex-extensionista rural em Regiões Sertanejas. Entrevista realizada em 6 de dezembro de 2022, na sede do Grupo Mulher Maravilha em Nova Descoberta, Recife-PE.

No 1º de março, no dia fatídico né, de 64 eu tava no convento e a nossa madre superiora botou todo mundo pra rezar. E dizendo que os comunistas estavam enfileirando padres e freiras nus na rua. E com um escândalo uma coisa absurda né pra igreja essa coisa toda. Era essa a informação que chegava né e a gente de joelho rezando contra os comunistas. Então quando eu saí eu só não saí zero politicamente por conta da felicidade que eu tive ainda no interior que eu estava, de conversar com esse meu amigo e com essa ex freira que começava a abrir: - não, não é bem assim. Mesmo assim eu saí muito ainda insipiente e tinha medo de falar de política (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

Outro aspecto interessante levantado por Lourdes Luna diz respeito às condições em que Nova Descoberta se encontrava em relação ao regime militar. “[...] Nova Descoberta era um dos bairros ainda digamos assim mais atingidos pela ditadura militar. Por conta de ter tido muita repressão, muita gente presa, muita coisa”.

Diante de tudo isso, é possível notar que a configuração geográfica do Recife, principalmente dos bairros e das comunidades que compunham e formavam a Zona Norte¹⁰ da cidade, como é o caso de Nova Descoberta, é um fator relevante na análise da formação desses movimentos periféricos urbanos durante o período de luta pela redemocratização do país. Em Nova Descoberta, é possível observar, a partir dos Diários Oficiais disponibilizados pela CEPE, a formação e reorganização de clubes de mães, de mulheres e do Conselho de Moradores, que tinha por objetivo a busca por soluções para os problemas enfrentados pela comunidade.

Naquele contexto, a Federação das Associações dos Moradores de Casa Amarela (FEACA), o Conselho de Moradores de Nova Descoberta e o Movimento Terra de Ninguém eram forças atuantes na Grande Casa Amarela. Essas organizações também foram peças-chave para a fundação das bases do Grupo Mulher Maravilha, visto que, antes mesmo do surgimento do Grupo, Lourdes Luna e Edna Teotônia¹¹ já desempenhavam funções e militavam no Conselho de Moradores de Nova Descoberta.

¹⁰ Oficialmente, Nova Descoberta está localizada na Zona Noroeste da cidade do Recife, porém popularmente o bairro de Casa Amarela e seus bairros vizinhos são identificados como Zona Norte.

¹¹ Edna Teotônia é educadora popular e co-fundadora do GMM.

IMAGEM 1- Estatuto do Conselho de Moradores de Nova Descoberta

CONSELHO DE MORADORES DE NOVA DESCOBERTA

ESTATUTO DO CONSELHO DE MORADORES DE NOVA DESCOBERTA

EXTRATO

Art. 19 - O Conselho de Moradores de Nova Descoberta, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, com sede provisória à rua Nova Descoberta, 1713, em Nova Descoberta, Casa Amarela, Recife, estado de Pernambuco. Art. 20 - O Conselho tem por objetivo: estudar e buscar soluções para os problemas da comunidade, principalmente no que concerne à saúde, educação, e orientação, representação e defesa de direitos. § Único: O Conselho não será usado para reuniões de caráter político-partidário. Art. 21 - O Conselho é por tempo indeterminado. DA ADMINISTRAÇÃO: Art. 22 - São órgãos da administração do Conselho: a) Diretoria; b) Conselho Fiscal; c) Conselho de Representantes de ruas; d) Assembleia Geral. § Único: os mandatos da diretoria, Conselho Fiscal e Representantes, tem a duração de 1(um) ano. Art. 23 - A Diretoria é composta dos seguintes membros: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) 1º Secretário; d) 2º Secretário; e) 1º Tesoureiro; f) 2º Tesoureiro. § Único: A diretoria reunese em caráter ordinário mensalmente. Art. 24 - Compete ao Presidente, além de suas atribuições estatutárias, representar o Conselho em juízo ou fora dele, ativa e passivamente. § Único: Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos e colaborar com a diretoria quando necessário. Art. 25 - O Conselho só poderá ser extinto por decisão da Assembleia Geral e que estejam presentes no mínimo 2/3 dos sócios em primeira convocação, ou 50% dos sócios em segunda convocação, a qual não ocorrerá antes de contados 15 dias da primeira, devendo ser convocada mediante correspondência pessoal para os associados, e especificamente para esse fim. Art. 26 - O presente Estatuto só poderá ser reformado em Assembleia Geral Extraordinária, que conte com a presença de pelo menos metade (50%) dos sócios, em primeira convocação. Em segunda convocação, após 8 dias com qualquer número. A decisão será por maioria simples. Art. 27 - Fica designado o foro da cidade do Recife para quaisquer questões de ordem judicial que envolvam o Conselho. Aprovado em Assembleia Geral, Recife, 23 de dezembro de 1980. DIRETORIA PROVISÓRIA: Presidente: Paulo Aníncio dos Santos; Vice-Presidente: José Vital Lopes da Silva; 1º Secretário: Edna Teotônia dos Santos e Silva; 2º Secretário: Carlos Roberto Cavalcante; 1º Tesoureiro: Ann Clare Mett; 2º Tesoureiro: Luiz Gonzaga de Souza; Conselho Fiscal: Valéria Araújo da Silva, Maria

da Penha Amorim da Silva, Nelson Brito da Silva. SÓCIOS FUNDADORES: Paulo Aníncio dos Santos, teceador, CIC 171.042.624/15, residente à rua da Imbaíba, 85; José Vital Lopes da Silva, aposentado, CIC 128.248.444/34, residente no Alto 13 de Maio, s/nº; Edna Teotônia dos Santos e Silva, técnica em educação, CIC 070.515.304/53, residente à rua Nova Descoberta, 784; Carlos Roberto Cavalcante, motorista, CIC 180.588.094/20, residente no Côrrego do Arcanjo, s/nº; Luiz Gonzaga de Souza, armador, CIC 171.571.104/15, residente à rua Rivelândia, 18; Cecília Gomes Neto, teceadora, CIC 271.199.714/64, residente no Côrrego da Imbaíba, s/nº e José Severino de Aguiar, teceador, CIC 134.473.484/04, residente à rua Côrrego da Imbaíba, 64, todos brasileiros, casados e residentes no bairro de Nova Descoberta, Casa Amarela. Ann Clare Mett, norte americana, professora, solteira, CIC 171.042.624/15, residente à rua Monsenhor Teobaldo Rocha, 133, Nova Descoberta, Casa Amarela. Valéria Araújo da Silva, estudante, CIC 269.304.954/49, residente à rua Nova Descoberta, 749; Maria da Penha Amorim da Silva, estudante, CIC 180.441.234/15, residente à rua Nova Descoberta, 743; Nelson Brito da Silva, estudante, CIC 248.518.254/04, residente à rua Nova Descoberta, 863; Maria de Lourdes Araújo Lima, assistente social, CIC 104.301.724/00, residente à rua Nova Descoberta, Alto da Maravilha, 5505 e Antônio da Silva Machado, estudante, CIC 256.786.394/04, residente à rua Nova Descoberta 84, todos brasileiros, solteiros e residentes no bairro de Nova Descoberta, Casa Amarela e Quitéria Ferreira da Silva, brasileira, doméstica, viúva, CIC 280.812.854/15, residente no Côrrego da Imbaíba, s/nº, Nova Descoberta, Casa Amarela, Todos já qualificados.

Recife, 21 de maio de 1981.

Paulo Aníncio dos Santos
PRESIDENTE

Seer Jean de Souza Macane Versos
advogado
OAB 2831-PE CPF. 08322884-08

(F)

Fonte: Diário Oficial. Recife, 14 de outubro de 1981. Acervo CEPE. Link de acesso: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198110&pesq=NOVA%20DESCOBERTA&pagfis=359.

Nesse aspecto, Geane Cavalcanti (2017) evidencia que a Zona Norte de Recife foi cenário de várias organizações de moradores, antes e após a opressão imposta pelo regime militar. Assim, além da Igreja Progressista e das CEB's, os conselhos de moradores também foram figuras estratégicas para a formação de organizações que buscavam seus direitos, além da redemocratização do país.

1.2. A NOVA DESCOBERTA DO RECIFE

A Cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, está localizada na costa nordestina do litoral brasileiro. Banhada pelas águas do Oceano Atlântico e com clima predominantemente tropical, o Recife ocupa uma unidade territorial de aproximadamente 218 Km², sendo formado por uma extensa planície aluvial rodeada por tabuleiros costeiros, as áreas de morros. Nesse sentido, o relevo urbano do Recife é composto predominantemente por uma área de 67,43% de morros¹². Os principais rios que cortam esta planície são “os rios Capibaribe, Beberibe e Tejió, que desagüam no mar e constituem um vasto estuário coberto por mangues, caracterizando o município por sua paisagem singular” (BARROS, 1995, p. 21).

A capital pernambucana, a mais antiga entre as capitais brasileiras, foi fundada em 12 de março de 1537 e seu povoamento está relacionado à invasão portuguesa e

¹² Para maiores informações, ver: <https://pt-br.topographic-map.com/map-6r951/Recife/>.

os processos oriundos da colonização, empreendidos na região portuária do povoado de pescadores do Recife. Um fator que também impulsionou o processo de ocupação e o urbanismo no território foi a invasão e o domínio holandês durante os anos de 1630 a 1654.

Após a retomada do poder pelos portugueses, o desenvolvimento da cidade fundamentou-se nas atividades de comércio externo e na urbanização do então antigo território holandês, caracterizando-se pelas ruas estreitas e os pátios de construção religiosa (IBGE, 2017). A partir do século XIX, o Recife começa a apresentar um denso tecido urbano, principalmente no Bairro do Recife, atual centro histórico construído em cima de aterros e mangues.

A distribuição do espaço urbano do Recife, desde o início do século XX, foi marcada por fatores físicos que influenciaram uma divisão socioeconômica. Assim, a parcela mais pobre da população vivia em áreas com constantes eventos de inundação e as classes mais ricas habitavam partes do território pouco suscetíveis a esses fenômenos (SANTANA, 2019).

Os mocambos abrigavam uma parcela significativa da população e em grande parte se caracterizavam por serem ambientes insalubres formados por moradias improvisadas e por essas questões os jornais da cidade já alertavam sobre suas precariedades. Josué de Castro (1954) ao tratar da cidade do Recife já chamava atenção para o “homem caranguejo” que morava nesses espaços e tirava todo seu sustento e sua alimentação das áreas de mangue.

Neste sentido, Santana (2019) destaca que desde o período da abolição a formação de mocambos e as palafitas presentes em áreas de mangue são intensificadas. Em contrapartida, havia também uma forte pressão por parte das autoridades pela retirada dos mocambos da área central do Recife.

IMAGEM 2- Mocambos em Recife

<h3>Cruzada Social Contra o Mocambo</h3>	<p>de Bevenuto da Costa Lima oferecendo um terreno gratuitamente à Liga Social contra o Mocambo a fim de serem construídas 52 casas destinadas a moradores de mocambos localizados em sua propriedade no Giquiá; avaliação de mocambos situados na Estrada dos Remédios onde a Empresa Construtora de Casas Populares vai construir casas para a classe média; relação de mocambos demolidos na última semana assim distribuídos: Carneiro 18, Afogados 8, Agua Fria 5, Santo Amaro 5, Cafundó 5, Ilha do Leite 5, Campo Grande 4, Casa Amarela 3 e Arruda 1, num total de 54 mocambos; relação de 52 pessoas encaminhadas esta semana pela Reeducação Social para Rio Branco onde vão trabalhar nas fábricas de carvão.</p>
<p>Realizou-se, ontem, às 15 horas, no Palácio do Governo, mais uma reunião semanal da Liga Social contra o Mocambo, comparecendo as seguintes pessoas: Gercino de Pontes, Sizenando Carneiro Leão, Dias Lins, Jorge Martins, Manuel Caetano de Brito, Manuel Carneiro da Cunha, Tarquino Bainha, Oscar Raposo, Artur Pio dos Santos, Divico Scheidegger, Mário Honório Martins, Edgar dos Anjos, membros do Somité Operário e outras pessoas.</p>	<p>Em seguida, o engenheiro Jorge</p>
<p>Os trabalhos foram presididos pelo interventor Agamenon Magalhães, tendo o secretário da Liga lido o seguinte expediente: ofício da Diretoria do Saneamento do Estado sobre instalações sanitárias da Vila das Lavadeiras; carta</p>	

Imprensa Oficial

Fonte: Diário Oficial. Recife, 24 de setembro de 1940. Acervo CEPE. Link de acesso: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_194009&pesq=mocambo&pagfis=318

Diante disso, um dos programas políticos criado pelo interventor federal Agamenon Magalhães foi a Liga Social Contra o Mocambo, que tinha a finalidade de construir casas populares e erradicar os mocambos. As edições do Diário Oficial evidenciaram os encontros semanais da Liga e a relação dos mocambos demolidos na cidade semanalmente. No Diário Oficial do Estado, ao tratar das questões ligadas aos mocambos, buscava-se apresentar também a opinião de engenheiros que identificavam os mocambos como um problema a ser resolvido, como analisado na Imagem 2.

Para grande parte da população rica e das autoridades, os mocambos representavam um retrocesso, visto que essas moradias eram consideradas um vestígio do período da escravidão e evidenciavam a miséria e as desigualdades sociais presentes na cidade. Assim, na década de 1940, após a proibição da construção de mocambos na região central, inicia-se uma transferência, em grande parte não planejada, desses moradores para os morros de Casa Amarela, Beberibe e

Água Fria, ocasionando “uma ocupação sistemática da zona norte do Recife”. (SANTANA, 2019, p. 3760).

A segunda metade da década de 1970 marca um redirecionamento das políticas públicas de habitação e urbanização, onde fica nítido o surgimento de “um novo padrão de intervenção pública que priorizava a regularização urbanística e fundiária das favelas” (MIRANDA; MORAES, 2007, p. 415).

A ocupação dos morros que faziam parte do bairro de Casa Amarela teve início principalmente através de uma prática intitulada de aforamento, ou seja, um contrato entre as partes envolvidas, onde o proprietário transfere o imóvel, diante de um pagamento anual como uma espécie de aluguel do chão. A falta de uma política de urbanização adequada fez com que a ocupação dos morros de Casa Amarela fosse desordenada, o que gerou graves problemas de infraestrutura.

Ao longo dos anos muitas dessas terras foram alvos de desapropriação, o que ocasionou lutas e movimentos sociais ainda nas décadas de 1970 e 1980. Nesse quesito, Freire (2005) evidencia que o Estado não forneceu aos moradores condições adequadas de sobrevivência, o que acabou gerando uma aproximação entre a população e os movimentos de bairros que lutavam por melhores condições de vida junto aos poderes públicos.

Ao longo dos anos, o Recife passou por diferentes configurações e divisões entre distritos e bairros. A comunidade de Nova Descoberta fazia parte do bairro de Casa Amarela, que até 1988 com a reestruturação político-administrativa da cidade, era o bairro mais populoso do Recife pois era composto por vários territórios que posteriormente se tornaram bairros autônomos. Além de Nova Descoberta, faziam parte de Casa Amarelas os hoje bairros do Morro da Conceição, Macaxeira, Mangabeira, Vasco da Gama, Tamarineira, Alto do Mandú e Alto José do Pinho.

O acesso ao bairro de Nova Descoberta é feito principalmente por uma das maiores e mais importantes avenidas do Recife, a Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar, que passa por dez bairros do Recife desde a Rua da Aurora, em Santo Amaro à BR-101 na altura do bairro da Macaxeira, estendendo-se assim por quase nove quilômetros.

Então parte de Casa Amarela, Nova Descoberta teve sua formação sócio territorial iniciada por volta da década de 1930, quando ficou conhecido por Largo Dona Regina, devido a uma importante comerciante local que atendia por este nome. Posteriormente essa localidade passou a ser chamada de Praça Dona Regina. Já na

década de 1940, a urbanização almejada pelos administradores que visava uma limpeza estética do centro do Recife resultou no deslocamento de várias pessoas para os morros da zona norte, contribuindo assim, para o crescimento do bairro de Nova Descoberta (GALDINO, 2010).

Em entrevista, Dona Ilza¹³ relata como era a comunidade de Nova Descoberta nas décadas de 1970 e 1980 e sua luta pessoal pela conquista de energia:

Foram muitos anos que eu morei em Nova Descoberta, tudo era difícil, tudo era difícil, os mercados pra gente comprar as coisas era tudo longe... os alimentos. O problema da água, a gente carregava água subindo ladeiras e descendo ladeiras na cabeça porque não tinha água. Na minha rua mesmo, eu fiz uma confusão tão grande pra ter água e energia porque nós não tinha energia e eu ia pra CELPE pedir energia, chegava lá eu me fingia que desmaiava, eu chorava, eu caía... meus filhos estudando. Nessa época meu filho já tava passando pra ir estudar em colégio já fora do... daqui de Nova Descoberta, do bairro e ia pra cidade e precisava de roupas que naquela época era tudo muito bem engomado. [...] E aí eu não tinha como passar ferro naquela roupa e o colégio só exigia os meninos bem engomados, bem arrumados. E eu sofri muito e eu consegui, com as lágrimas caindo consegui energia (ILZA, entrevista realizada em 21/07/2022).

É possível notar, que a carência de uma política de urbanização adequada ocasionou vários transtornos na comunidade de Nova Descoberta diante das questões socioambientais existentes em Recife, principalmente em relação às chuvas, inundações e deslizamentos. Ao longo dos anos, Nova Descoberta se tornou uma área crítica no período do inverno, por ser fortemente afetado pelas intensas chuvas que caem em Recife nessa época do ano.

Assim, ano após ano medidas para conter os impactos das chuvas precisavam ser tomadas anualmente, algumas vezes até utilizando os próprios moradores ou seus recursos particulares. Dessa forma, a Prefeitura promovia a desobstrução das canaletas e limpeza dos canais e solicitava que os proprietários de veículos colocassem seus automóveis à disposição da Prefeitura para a realização da limpeza da cidade de uma forma mais dinâmica no bairro.

¹³ Ilza Rêgo é ativista política e participa do Grupo Mulher Maravilha desde 1981. Já ocupou o cargo de coordenadora do Grupo, tendo participado de forma ativa das atividades do GMM ao longo da década de 1980. Entrevista realizada em 21 julho de 2022, no Córrego do Jenipapo, Recife-PE.

IMAGEM 3- Limpeza urbana e o uso de veículos particulares pela Prefeitura

Limpeza urbana contrata veículo de particulares

Os proprietários de caminhões que quiserem colocar seus veículos a serviço da Prefeitura da Cidade do Recife, no setor da limpeza urbana, poderão inscrever-se na Empresa de Urbanização do Recife - URB. O número de vagas é limitado: 10 para cacamba-basculante e cinco para caminhão com carroceria de madeira.

A utilização de veículos particulares constitui mais um esforço para dinamizar as atividades da coleta de lixo, principalmente nos bairros, que agora são beneficiados por duas operações simultâneas. Até o final do mês serão atingidas com a medida as localidades da Várzea e Nova Descoberta.

REFORÇO

Trezentos garis participam das "Operações Bairros", nas tarefas de capinação, varrição, raspagem e desobstrução de canais e bocas-de-lobo. Serão utilizados ainda 20 caminhões para remoção dos detritos, número considerado ainda insuficiente. Por isso a Municipalidade decidiu abrir inscrições para contratar veículos particulares e assim ampliar a frota.

Os trabalhadores têm encontrado mais dificuldades em Nova Descoberta, onde os moradores depositam na rua o barro acumulado no quintal, caído dos altos, de modo que os caminhões-cacamba fazem muitas viagens sem resolver o problema.

Fonte: Diário Oficial. Recife, 25 de agosto de 1979. Acervo CEPE. Link de acesso: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197908&pesq=Nova%20Descoberta&pagfis=966

Essa questão também é levantada nos relatórios encontrados no acervo do Grupo Mulher Maravilha. No relatório semestral de atividades de julho a dezembro de 1984 é descrito que:

Nova Descoberta é habitada por aproximadamente 125 mil pessoas, na sua maioria pobres, desempregados ou subempregados. Muitos sobrevivem de biscates. A rua principal é ladeada de morros onde habitam muitas famílias que vivem ameaçadas pelas barreiras que deslizam quando chove. Outros, moram nos córregos, onde o lixo vai se acumulando e os esgotos ficam obstruídos com lama e lixo. Verminose, gripe, tuberculose e doença dos nervos são frequentes. Mas o pior problema ainda é a fome e a falta de organização do povo. (GMM, RELATÓRIO SEMESTRAL, 1984, s/p).

A busca por um diálogo com a população era uma importante ferramenta para a Prefeitura, tanto na ótica político-administrativa quanto na ótica eleitoral. Para que os moradores e as associações não se distanciassem da Prefeitura, as obras eram realizadas como forma de atender os pleitos da comunidade. Como apontam os Diário

Oficiais disponibilizados pela CEPE, em Nova Descoberta, além de ações de reparos aos danos das chuvas, os moradores solicitavam instalação de escadaria, construção de muros de arrimo e a reforma do Mercado de Nova Descoberta.

O Mercado de Nova Descoberta foi inaugurado em 1973, de início era de propriedade privada. A Prefeitura do Recife adquiriu o espaço três anos depois, em 1976, durante a gestão do Prefeito Antônio Farias. A compra e reforma do Mercado Público de Nova Descoberta foi resultado das solicitações de moradores da comunidade perante a Prefeitura do Recife.

IMAGEM 4- Inauguração do Mercado Público de Nova Descoberta

Prefeito inaugura este mês mercado de Nova Descoberta

Está prevista para a segunda quinze deste mês a inauguração pelo prefeito Antônio Farias do Mercado Público que a Prefeitura do Recife está construindo no terminal de Nova Descoberta. Os preparativos já estão sendo realizados pela Secretaria de Serviços Públicos (Sesep), da PMR, informou, ontem o secretário Adalberto Farias Cabral.

O mercado de Nova Descoberta dispõe de 56 compartimentos dotados dos mais modernos equipamentos no gênero, inclusive instalações elétricas próprias. Os compartimentos contam ainda com medidores de energia elétrica e um para

aferir o consumo geral do prédio.

No local onde está situado o Mercado Público de Nova Descoberta, funcionava um pequeno centro comercial, o qual se encontrava praticamente abandonado. Os moradores do bairro pleitearam o benefício e a Prefeitura do Recife, através da Secretaria de Serviços Públicos, desapropriou toda a área.

Depois de adquirir o prédio, a Municipalidade iniciou uma reforma geral no local. Toda a área circunvizinha foi gradeada. O prédio recebeu nova pintura e suas instalações hidráulica e elétrica foram melhoradas.

Além de cada compartimento possuir sua própria instalação elétrica, o secretário Adalberto Farias Cabral disse que no local não haverá problema d'água. No mercado de Nova Descoberta foi construído um poço artesiano e o líquido é armazenado em um grande depósito que abastece todos os compartimentos.

Por ocasião da inauguração, a Serviços Públicos da PMR fará distribuição gratuita de batas aos locatários "a fim de que o local seja padronizado também nesse aspecto", como vem ocorrendo com os demais mercados sob a administração da Prefeitura do Recife.

Fonte: Diário oficial. Recife, 6 de outubro de 1976. Acervo CEPE. Link de Acesso: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_197610&pagfis=130

Destarte, fica nítido que os prefeitos Gustavo Krause, Joaquim Francisco Cavalcanti e Jarbas Vasconcelos nas décadas de 1970 e 1980 como buscavam resgatar o laço de duplicidade povo-prefeitura construído pelo prefeito Pelópidas Silveira¹⁴, em meados da década de 1950, fortemente ameaçado pela repressão do golpe civil-militar.

¹⁴ Pelópidas Silveira foi prefeito do Recife em 1946, entre 1955 e 1959 e posteriormente entre os anos de 1963 a 1964. Durante a sua primeira gestão, associações de bairros foram criadas e incentivadas, assim a população colaborava com a Prefeitura sobre os interesses do bairro (CAVALCANTI, 2017). O diálogo com a população e a busca por um governo democrático ajudou a fortalecer a Frente do Recife, coligação de Silveira. Dessa maneira, além do papel relevante nos bairros, as associações serviram também como ponto de apoio eleitoral para Pelópidas Silveira que com o apoio dessas organizações conseguiu eleger Miguel Arraes para ser seu substituto na Prefeitura do Recife, em 1960. Luciana

Durante a administração de Gustavo Krause, de 1979 a 1982, prefeito nomeado do Recife, foi criado o I Encontro de Representantes de Bairros que visava uma maior comunicação entre os líderes comunitários e a Prefeitura, a fim de que houvesse uma ajuda e participação mútua perante as obras realizadas pela Prefeitura.

De acordo com o Diário Oficial da cidade do Recife de 13 de novembro de 1979, a terceira etapa do Encontro promovido pela Prefeitura tinha por objetivo integrar os moradores a gestão Krause, isso facilitaria o diálogo sobre os problemas de cada bairro e a discussão sobre as soluções mais satisfatórias. O I Encontro de Representantes de Bairros reuniu líderes comunitários do Vasco da Gama, Nova Descoberta, Macaxeira, Guabiraba, Morro da Conceição, Alto Santa Terezinha, Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho e Alto Santa Isabel.

Além da administração de Gustavo Krause, a primeira gestão do seu sucessor¹⁵, o prefeito Joaquim Francisco Cavalcanti, de 1983 a 1985, reafirmou o compromisso com as comissões de moradores de Nova Descoberta. De acordo com os Diários Oficiais desse período, além das reivindicações já citadas, os moradores solicitaram profissionalização e empregos ao governo municipal.

Nessa gestão, Joaquim Francisco Cavalcanti beneficiou comunidades mais pobres do Recife, o que ocasionou uma grande popularidade do prefeito diante do povo e de outros políticos. Porém, vale ressaltar que tanto Krause, quanto Joaquim Francisco faziam parte do partido que sustentava o regime civil-militar no Brasil, dessa forma, ambos foram nomeados e não eleitos, o que contribuía com uma política autoritária e repressiva a nível nacional.

Diante dos pleitos comunitários, o então secretário do Trabalho e Ação Social do governo de Roberto Magalhães, Sávio Vieira também participou de assembleias com a comunidade de Nova Descoberta. O Governo de Pernambuco, representado pelo secretário Salvio Vieira defendia a realização de assembleias comunitárias com o fim de que o governo pudesse atender as reivindicações da população. Com atenção especial à promoção do trabalho, a secretaria impulsionou o programa de

Jaccoud (1990) evidencia que essa formação de sindicatos urbanos e associações de moradores serviu como forma de colocar em pauta as demandas da população mais pobre. Além disso, as associações de moradores serviam também como um projeto político, que visava auxiliar o prefeito na administração do Recife, pois tinha o objetivo de concentrar as necessidades da população (JACCOUD, 1990).

¹⁵ Vale ressaltar que o Vice-Prefeito Jorge Cavalcante foi interinamente nomeado ao cargo de Prefeito após a renúncia de Gustavo Krause que buscava concorrer a posição de Vice-Governador de Pernambuco.

especialização e profissionalização da comunidade, principalmente de pessoas que realizavam atividades informais¹⁶.

Posteriormente, Jarbas Vasconcelos, em seu primeiro mandato como prefeito do Recife, que correspondeu aos anos de 1986 a 1988, foi o primeiro prefeito eleito após uma série de nomeações para o cargo. Durante a gestão de Jarbas, o Largo Dona Regina, um dos principais pontos de comércio e lazer dos moradores de Nova Descoberta foi reformado.

IMAGEM 5- Reinauguração do Mercado Público de Nova Descoberta



Prefeitura da Cidade do Recife

DIÁRIO OFICIAL

ANO XIX — N.º 62 — 10 E 11 DE JUNHO DE 1988

Festa em Nova Descoberta marca inauguração de praça

Esta foi mais uma obra realizada pela Prefeitura do Recife depois de escutar a comunidade que, através de sua associação de moradores, determina as prioridades e comunica à Prefeitura do Recife, durante as reuniões do Programa Prefeitura nos Bairros. Há mais de 20 anos os moradores daquela área eram obrigados a conviver diariamente com a falta de higiene resultante das atividades de pequenos comerciantes que ali instalaram barracos, onde não só vendiam bebidas e outros artigos, como habitavam neles.

A situação era irregular. Por falta de esgotamento sanitário, os despejos eram feitos no canal. Toda a área permanecia infectada, sem que os moradores dispusessem de um local de lazer. Mesmo enfrentando uma chuva miúda e rentente, satisfeitos, os habitantes de Nova Descoberta compareceram à inauguração do Largo D. Regina, que assim foi batizado em homenagem a uma antiga moradora que ali se estabeleceu na década de 40 e se fez querida por seus vizinhos.

À inauguração compareceram o secretário de Ação Social, José Afrânio Soares, o Secretário de Governo, João Negromonte, o presidente da URB, Jayme Guarnido, o presidente da Empresa de Obras, Edrise Aires, o superintendente da SLU, Luiz Moura, o presidente da Câmara Municipal, Carlos Eduardo e os vereadores Luiz Vidal e Eduardo Sívio.

Ao som dos instrumentos da Banda Tropical, que executavam músicas regionais, o prefeito Jarbas Vasconcelos entregou à comunidade de Nova Descoberta o Largo D. Regina, completamente restaurado. Dali foram retirados alguns barracos que comprometiam a higiene e a estética da praça e em seu lugar, construída uma área de lazer, onde não faltam mesas e bancos de cimento para os que quiserem jogar dama e dominó, nas horas de lazer.

O Prefeito inspecionou toda área, ao lado do candidato da Frente Popular à Prefeitura do Recife, Marcus Cunha, sendo saudado por populares das mais variadas idades. "Agora o Largo está arborizado, iluminado e o serviço de pavimentação sem fraturas. Acredito que mais uma vez a comunidade fez uma importante conquista", disse Jarbas.

As obras no Largo D. Regina foram feitas com recursos do Projeto Recife, que totalizaram cerca de Cr\$ 4 milhões. Com elas, as inundações são agora apenas lembrança. Antes as águas das enxurradas, que desciam pelo morro, iam dar na praça, onde se acumulava provocando transtornos na vida dos moradores. Atualmente, as águas de chuva escoam pelo sistema de caixas de coleta e galerias, construído pela Empresa de Urbanização do Recife, indo desaguar no canal da Avenida Norte, que foi descongestionado e coberto com placas de concreto nos trechos que serviam de depósito de lixo.



O prefeito foi saudado por populares na noite da inauguração



A urbanização da praça promoveu o encontro entre velhos amigos

Mudanças no trânsito

Descongestionar o trânsito de veículos no centro do Recife, uma das prioridades da

Fonte: Diário Oficial. Recife, 10 e 11 de junho de 1988. Acervo CEPE. Link de acesso: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198806&pesq=NOVA%20DESCOBERTA&pagfis=573.

Diante disso, Jarbas conquistou um grande prestígio popular junto à comunidade. Durante sua gestão, foi criado o programa Prefeitura nos Bairros, que buscava estabelecer maior contato da Prefeitura com as associações de bairros, como mostrado no Diário Oficial do município.

Nesse período, o Jornal Folha dos Bairros, que circulou durante a segunda metade da década de 1980, foi lançado com o intuito de acompanhar os processos

¹⁶ Diário Oficial de Pernambuco

http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198303&pesq=nova%20descoberta&pagfis=980.

de surgimento e organização dos movimentos nos bairros e comunidades do Recife. Assim, tinha o objetivo de entender as lutas mais gerais dos movimentos sociais e buscando conseguir resultados do Poder Público para as demandas dos setores populares.

Durante o período em que circulou, o Jornal fez importantes publicações sobre as diferentes situações em que se encontravam os bairros e a organização popular para elaboração de propostas para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 (ETAPAS, 2017)¹⁷.

No Recife, um aspecto que vale ressaltar é o reconhecimento da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) na lei municipal nº 14.511 de 1983, que definiu as diretrizes para o uso e ocupação do solo. Essa lei objetivava a organização do espaço urbano do Recife e as ZEIS eram “Caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana”¹⁸.

Apesar disso, as ZEIS só passaram a ter efetividade de fato em 1987, com a lei municipal nº 14.947 que criou o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), sancionada pelo prefeito Jarbas Vasconcelos. Essa lei foi de grande importância pois buscou promover uma maior participação popular nas questões de urbanização e implementação das ZEIS.

Esse projeto foi pioneiro no país e criou 27 ZEIS na Região Metropolitana do Recife que tinham o objetivo de regularizar juridicamente a terra e protegê-la da especulação imobiliária, além de garantir que os assentamentos populares tivessem acesso a urbanização¹⁹.

Livia Miranda e Demóstenes Moraes (2007), destacam que a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (CJP), juntamente com Dom Helder Câmara e os movimentos populares tiveram forte influência nessa iniciativa. ONGs como FASE e ETAPAS foram relevantes espaços coletivos de discussão sobre direito à moradia e questões ligadas ao PREZEIS.

¹⁷ Jornal Folha dos Bairros. Etapas, 2017. Disponível em: <https://etapas.org.br/jornal-folha-dos-bairros/>.

¹⁸ Lei Municipal da Prefeitura do Recife nº 14.511 de 1983. Artigo 14º, II.

¹⁹ Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS, 2017) <https://etapas.org.br/plano-de-regularizacao-das-zonas-especiais-de-interesse-social-prezeis/>

Outro ponto que chama atenção na década de 1980 é o decreto nº 14.452 de 26 de outubro de 1988, onde prefeito Jarbas Vasconcelos, no uso de suas atribuições, institui a divisão em Regiões político-administrativas (RPAs) e totalizam 94 bairros no município. As RPAs, por sua vez eram divididas em zonas, discriminadas da seguinte forma:

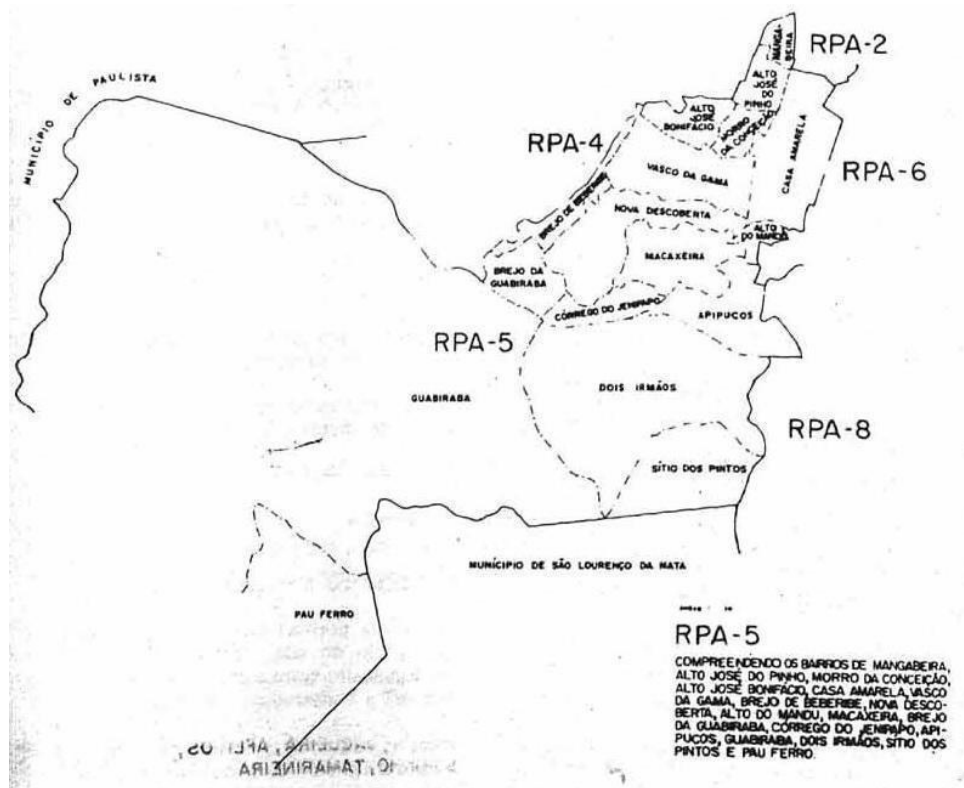
QUADRO 1- Regiões político-administrativas: zonas no município de Recife

I- RPAs 01 e 02	Zona Centro
II- RPAs 03 e 04	Zona Norte
III- RPAs 05 e 06	Zona Noroeste
IV- RPAs 07 e 08	Zona Oeste
V- RPAs 09 e 10	Zona Sudoeste
VI- RPAs 11 e 12	Zona Sul

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Dessa forma, ficaram configuradas em: RPA 01: Recife, Santo Amaro, Boa Vista, Soledade, Santo Antônio, Paissandu, Ilha do Leite, Coelhos, Ilha Joana Bezerra, Cabanga e São José; RPA 2: Derby, Graças, Jaqueira, Aflitos, Espinheiro, Rosarinho e Tamarineira; RPA 3: Peixinhos, Campina do Barreto, Arruda, Ponto de Parada, Hipódromo, Campo Grande Encruzilhada e Torreão; RPA 4: Passarinho, Dois Unidos, Linha do Tiro, Beberibe, Alto Santa Terezinha, Porto da Madeira, Cajueiro, Fundão, Água Fria e Bomba do Hemetério; RPA 5: Pau Ferro, Guabiraba, Sítio dos Pintos, Dois Irmãos, Brejo da Guabiraba, Córrego do Jenipapo, Apipucos, Macaxeira, Nova Descoberta, Brejo de Beberibe, Alto do Mandu, Casa Amarela, Vasco da Gama, Alto José Bonifácio, Morro da Conceição, Alto José do Pinho e Mangabeira; RPA 6: Parnamirim, Casa Forte, Santana, Poço e Monteiro; RPA 7: Torre, Cordeiro, Zumbi, Madalena, Prado, Ilha do Retiro, Bongü, San Martin, Mustardinha e Mangueira; RPA 8: Várzea, Caxangá, Iputinga, Torrões, Engenho do Meio e Cidade Universitária; RPA 9: Afogados, Jiquiá, Estância, Areias e Caçote; RPA 10: Curado, Totó, Coqueiral, Sancho, Tejipió, Jardim São Paulo e Barro; RPA 11: Cohab, Jordão e Ibura; RPA 12: Ipsep, Imbiribeira, Boa Viagem, Pina e Brasília Teimosa.

IMAGEM 6- Mapa original que configura RPA 5 e seus limites



Fonte: decreto nº 14.452 de 26 de outubro de 1988. Link de acesso:

<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/decreto/14452/>.

A partir dessa nova configuração político-administrativa da Cidade do Recife, Nova Descoberta torna-se, oficialmente, um bairro autônomo de Casa Amarela. Durante as décadas de 1970 e 1980, Nova Descoberta enquanto comunidade e posteriormente enquanto bairro do Recife foi palco de várias organizações populares e muitas delas tinham o objetivo de articula-se com a comunidade a fim de resolver problemas do bairro, dentre essas associações podemos destacar o Grupo de Mães da Arca de Noé em Nova Descoberta, o Clube das Mães do Alto do Caeté, a União de Amor das Senhoras e da Mocidade do Córrego da Bica, o Grupo de Apoio das Mulheres Comunitárias do Córrego do Carroceiro, a União dos Moradores do Córrego do Eucalipto, além dos Conselhos de Moradores de Nova Descoberta e do Grupo Mulher Maravilha, que tiveram seus estatutos publicados no Diário Oficial²⁰.

²⁰ Diário Oficial de Pernambuco, 10 de setembro de 1986
http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198609&pagfis=292

IMAGEM 7- Estatuto do Grupo Mulher Maravilha



Fonte: Diário Oficial. Recife, 27 de julho de 1988. Acervo CEPE. Link de acesso: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198807&pesq=mulher%20maravilha&pagfis=841

Nota-se, que muitas das organizações desse período em Nova Descoberta, eram formadas em prol dos interesses das mulheres do bairro, mesclando tanto os interesses específicos das mulheres pela luta contra a opressão de ser mulher a sociedade machista que as oprimia, quanto a luta pela melhoria dos problemas sociais e políticos enfrentados pelo bairro e pelo país. Nesse sentido, o Grupo Mulher Maravilha se destaca aqui como um grupo que buscava uma mudança social através da educação, da cidadania e da política (TARLAU, 2008).

1.3. O GRUPO DE MULHERES DE NOVA DESCOBERTA

No Recife, muitas associações de bairros foram fechadas sob a conduta de atividade subversiva. Sobreviveram assim, as associações que apoiavam ou concordavam com o regime. Dessa maneira, restou às populações pobres periféricas

ficaram desprovidas de seus meios de protestar e reivindicar, sendo perseguidas politicamente e tendo suas necessidades abandonadas pelos poderes públicos (FREIRE, 2005).

Muitos dos movimentos contestatórios à Ditadura civil-militar em Recife podem ser caracterizados como movimentos que nasceram nas áreas periféricas da cidade. Como visto anteriormente, na década de 1970 os movimentos sociais e organizações de mulheres eram oriundos principalmente dos grupos de bairros dos grandes centros urbanos. Assim é o caso Grupo Mulher Maravilha (GMM), uma Organização Não Governamental, situada no bairro de Nova Descoberta, em Recife.

A organização foi fundada oficialmente em 21 de abril de 1975 por mulheres que não se conformaram com a situação de opressão que viviam diariamente, uma realidade que, naquele momento, refletia sobre toda a população brasileira.

Quando questionada sobre o surgimento do GMM, a Dona Ilza enfatiza os fatores que levaram a essa organização do Grupo.

O pensamento do Grupo era conscientizar mesmo as mulheres por conta de tudo que tava acontecendo, os maridos sendo presos... muita gente tinha sido presa naquela época, muita gente apanhado. Mulher também, foram muitas mulheres presas, era bastante... tá juntas conversando, ninguém podia se reunir, ninguém podia conversar no começo do Grupo [...] (ILZA, entrevista realizada em 21/07/2022).

Em entrevista, D. Ilza destaca ainda o início de sua participação no GMM, frente ao contexto e cenário nacional do início da década de 1980.

Fui para o Grupo Mulher Maravilha em 1981, foi o ano que eu entrei para o Mulher Maravilha. Ainda era muito difícil a situação das mulheres e a opressão, as mulheres eram oprimidas. Elas não tinham o direito de sair, nem de conversar, nem de resolver nada, que os maridos não permitiam. Tudo era feito por eles. E a luta nossa foi muito grande pra mudar isso, enfrentar os homens e dizer... exigir os nossos direitos e... foi isso, foi uma luta muito grande (ILZA, entrevista realizada em 21/07/2022).

Rebecca Tarlau (2008), uma estudiosa sobre o papel dos atores externos nas mobilizações do período da Ditadura, e que durante sua pesquisa ficou hospedada na sede do GMM, aponta dois atores externos que nortearam a criação e as ações do grupo: a Igreja Católica e as organizações clandestinas.

Salienta-se que, como visto anteriormente, a ala progressista da Igreja Católica foi uma importante instituição na luta pela garantia de direitos civis e sociais durante o regime civil-militar. Dessa maneira, o trabalho era direcionado para a camada mais

pobre, onde, além de evangelizar, buscava-se uma melhoria das condições de vida da população, através da prática da Teologia da Libertação, pois assim “buscava aproximar a igreja do povo e combater as injustiças sociais, trabalhando junto dos oprimidos [...]” (CAVALCANTI, 2017, p. 81). Nesse aspecto, Lourdes Luna destaca essa relação em Nova Descoberta.

Passaram muitas religiosas por aqui e padres também e eles, com certeza, eram da Teologia da Libertação. Todos eles eram muito cuidadosos naturalmente, mas a gente percebia claramente aquele apoio ao movimento popular de jovens [...] (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

Para a formação do Grupo Mulher Maravilha, a Igreja desempenhou um importante papel, principalmente porque suas fundadoras estavam inseridas em organizações religiosas e usavam os espaços da Igreja, que naquele momento eram considerados seguros, para refletir sobre a sociedade e desenvolver consciência política.

Em entrevista Dona Menta²¹ relata o auxílio de Dom Helder Câmara aos projetos do Grupo.

A gente dava curso lá na Ilha do Leite, tinha um salão lá que era de Dom Helder Câmara [...]. Aí a gente ia lá dar curso, passava o dia. Aí ele chegava aqui no meio da gente, sentava, ficava conversando, Dom Helder. E a gente ia duas vezes ou era três na semana fazer... dar curso lá para as pessoas (MENTA, entrevista realizada em 26/07/2022).

Ainda nesse ponto, outro detalhe que cabe ressaltar é a presença de padres e religiosos norte-americanos na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, em Nova Descoberta. Assim, a freira estadunidense Jeanne Gallo é apontada como uma das principais influências para a organização das mulheres de Nova Descoberta.

Somado a isso, Rebecca Tarlau (2008) destaca ainda a relação de grupos clandestinos de esquerda com a fundação do Grupo Mulher Maravilha. A autora evidencia que Lourdes Luna teve contato direto com esses grupos. Apesar de não fazer parte dessas organizações, Lourdes Luna recebeu orientação política. Nesse sentido, as organizações clandestinas contribuíram para a formação da consciência

²¹ Maria do Livramento, conhecida como Menta, entrou para o GMM em 1984 e desenvolveu diferentes funções como professora de crochê e conselheira fiscal, como consta no estatuto do Grupo Mulher Maravilha na Imagem 7. Entrevista realizada em 26 de julho de 2022, na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, Nova Descoberta.

política de Lourdes Luna, o que auxiliou indiretamente na organização do GMM. Como tratado em entrevista:

Pelo fato de origem, por estar em Nova Descoberta e aqui tinha um movimento muito forte né de organização popular da juventude então eu fui acolhida e a partir daí eu conheci pessoas [...] Bom, um grupo que, aí tinham pessoas que eram engajadas que apoiavam a causa, a luta contra a ditadura naturalmente, né, sempre com medo, sempre correndo, mas logo me foi apresentado um grupo que vivia de fato na clandestinidade. Desse grupo, duas pessoas, duas eram mulheres, tinham pessoas do sexo masculino também, e essas mulheres, as duas muito gentis, aí elas de vez em quando elas vinham na minha casa, eu morava com a minha mãe e a minha avó nessa época (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

Só posteriormente, Lourdes Luna tomou conhecimento que as duas mulheres da clandestinidade se tratava de Selma Bandeira e Maria Aparecida²², ambas militantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR). As companheiras da clandestinidade foram peças chave para o desenvolvimento de Lourdes Luna em filosofia, economia política, geografia e outras áreas de formação intelectual. Lourdes Luna passou ainda a ser responsável pela realização de algumas tarefas juntamente a clandestinidade:

[...] essas pessoas dormiam na minha casa, simples aqui em Nova descoberta [...] e eu não sabia a identidade delas, então a gente tinha todo um processo político formativo. O principal objetivo delas assim, que eu sentia, era minha formação política [...]

Aí eu tinha tarefas, tarefas para ajudar o que essas pessoas não podiam fazer. Umas das tarefas era, por exemplo, era distribuir na comunidade informações sobre as torturas que aconteciam. E aí eu tinha toda uma técnica né que era me orientado. Então eu tinha aquele documento e aquele documento ele era embrulhado com papel de presente, o melhor que pudesse. Naquela época as coisas eram meio difíceis, mas a gente conseguia com uma fitinha. E aí a gente deixava

²² Maria Aparecida Santos e Selma Bandeira Mendes foram presas pelos aparelhos de repressão da ditadura militar por infração ao art.40 da Lei nº 6.620/78 (Lei de Segurança Nacional).

Maria Aparecida, respondia pelo codinome “Lena” e “Nísia”, estudante e natural do Rio Grande Norte. Foi presa em abril de 1978 com uma pena de 1 ano e 3 meses de reclusão na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, em Recife. Selma Bandeira respondia pelo codinome “Ina”, médica e natural de Alagoas. Foi presa em abril de 1978 com uma pena de 1 ano e 6 meses de reclusão na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, em Recife. Ambas as presas políticas foram levadas ao DOPS-PE onde sofreram diversos tipos de torturas físicas e psicológicas. Maria Aparecida e Selma Bandeira foram anistiadas pela Lei nº 6.683/79 e postas em liberdade em agosto de 1979. Selma Bandeira elegeu-se deputada estadual por Alagoas entre 1983-86 e preparava-se para se eleger deputada constituinte quando sofreu um acidente automobilístico e faleceu em 1986.

Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano. Disponíveis em: Selma Bandeira: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/selma-bandeira-mendes-pdf>

Maria Aparecida: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/maria-aparecida-dos-santos-pdf>.

nas casas que por acaso estivesse com as janelas abertas. Você estava numa parada de ônibus, você esquecia no ônibus. Ali a gente denunciava o que estava acontecendo com os presos políticos ou desaparecidos. Era uma forma de denunciar pro público o que acontecia (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

Assim, junto às reflexões realizada com a ajuda de freiras norte-americanas, Lourdes Luna evidência que as companheiras da clandestinidade também auxiliaram nas ideias que deram base a formação do movimento de mulheres por volta de 1972 e 1973, em Nova Descoberta: “uma das que dormia na minha casa começou a conversar comigo sobre o grupo Mulher Maravilha, e me dando uma certa orientação de forma que estava no processo de construção” (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

Vale pontuar que Lourdes Luna não passou despercebida aos aparelhos que buscavam atividades subversivas, e para retirar o foco da perseguição política após a prisão de companheiras que viviam na clandestinidade, Lourdes decidiu se mudar para o Sertão do Pajeú, onde atuou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lutou pela humanização das frentes de emergência e ajudou a fundar o Grupo Mulheres de Benvirá, em Afogados da Ingazeira.

Aí eu consegui um emprego pra trabalhar no Sertão e na ocasião eu já estava de mala quase pronta pra sair né do país, por orientação de um dos companheiros [...] Ele achava que eu tava prestes também, por conta de que quando houve a prisão das companheiras, elas poucos dias antes tinham dormido na minha casa. Então tava tudo cheirando né. E aí quando pintou a possibilidade desse emprego fora da capital, fora do foco, pra trabalhar no interior, no interior, no Sertão mais distante do mundo, fica nas brenhas mesmo, aí eu agarrei a proposta e fui. Então, o que que acontece, primeiro com o toda a discussão, com o trabalho com as mulheres aqui, tava recém criado o Grupo. Já tava com um pouquinho de ideia assim de feminismo, mais trabalho com mulheres, eu diria. E aí, segundo formação política né, então eu não podia ficar quieta. Aí quando eu comecei a ver os problemas [...] (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

A pedagogia freiriana, por sua vez, rege, desde o princípio, toda a metodologia de trabalho do Grupo Mulher Maravilha no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem e de construção coletiva do conhecimento, principalmente por ser voltado para a educação popular. Nesse sentido, é interessante observar que o pensamento do educador e pedagogo pernambucano, Paulo Freire, ajudou a reinventar a maneira como os movimentos e organizações sociais inclinaram-se para a construção de uma pedagogia crítica. Essa metodologia é baseada no diálogo entre

professor e estudante, levando em conta conhecimentos prévios e lugar em que os indivíduos estão inseridos (MEDEIROS; ZITKOSKI; STRECK, 2008).

Assim, Freire defende e enxerga uma educação emancipadora, compreendida como um ato político que transforma e liberta os indivíduos. Dessa forma, a pedagogia de Freire auxilia e incentiva o Grupo Mulher Maravilha na troca de experiências e na multiplicação dos saberes como meio de cooperação e transformação social.

No início, o GMM recebeu o nome de Grupo de Mulheres de Nova Descoberta. Posteriormente passou a se chamar Grupo Mulher Maravilha devido ao seriado intitulado *Mulher Maravilha*²³ que passava na televisão naquele período e tinha como protagonista uma mulher que para superar as adversidades fazia uso de poderes não humanos. Ao fazer uma analogia com a personagem central do seriado, as participantes do grupo de mulheres enxergavam elas mesmas como verdadeiras mulheres maravilha, pois sem nenhum superpoder, enfrentavam as dificuldades na condição de mulheres oprimidas pertencentes a classe trabalhadora e ainda conseguiam se organizar em busca de melhorias para a comunidade em que viviam.

A arte que o Grupo passou a usar como símbolo, representava uma mulher cheia de afazeres domésticos, que precisava arrumar tempo para cuidar dos filhos e marido, e por isso tinham uma vida restrita dentro de casa, como evidência Dona Lia²⁴, em entrevista: “essas mulheres que não saíam de dentro de casa, a gente tinha encontro com elas, pra elas saírem de dentro de casa, pra aprender alguma coisa” (LIA, entrevista realizada em 28/07/2022). Nesse sentido, o GMM simbolizava a necessidade das mulheres de lutarem contra essa opressão social.

²³ A série de televisão estadunidense *Mulher Maravilha* foi produzida entre os anos de 1975 e 1979 e baseada na personagem dos quadrinhos da DC Comics. Foi protagonizada pela atriz Lynda Carter. Fonte: <https://mondomoda.com.br/2015/10/28/mulher-maravilha-40-anos-tv/>.

²⁴ Maria José Gomes, conhecida como Lia, participa do Grupo desde a década de 1970, ao longo dos anos ministrou diversos cursos de confeitaria, corte, crochê no Recife e em Afogados da Ingazeira. Entrevista realizada em 28 de julho de 2022, em Nova Descoberta.

IMAGEM 8- Figura que simboliza a luta das mulheres da comunidade

Fonte: Acervo do Grupo Mulher Maravilha

Ao falar da relação da Imagem 8 com o GMM, Lourdes Luna destacou que “essa imagem é a seguinte: no começo a gente naturalmente não tinha dinheiro, não tinha recurso, mas a gente achou essa imagem. Essa não foi criação do Grupo Mulher Maravilha, mas a gente se identificou logo com essa imagem” (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022). Nesse sentido, a imagem passou a ser associada às mulheres que viviam presas em casa cuidando dos filhos e maridos e ainda lidavam com as condições como subemprego, desemprego e analfabetismo.

O perfil das mulheres que participavam do Grupo Mulher Maravilha era de grande maioria mulheres negras e periféricas. Muitas dessas mulheres que residiam em Nova Descoberta naquele período dependiam financeiramente dos maridos e não tinham autonomia. Além disso, havia também a falta de conhecimento sobre o que de fato estava acontecendo no país e a gravidade em viver sob uma Ditadura. Nesse sentido, o GMM passou a utilizar as mulheres mais engajadas politicamente para contribuir com a formação política e cidadã do restante do grupo.

Nos encontros e debates do GMM havia uma diversidade de temas tratados pelas mulheres engajadas do bairro de Nova Descoberta e entorno. Entravam em pauta assuntos políticos do país como prisões e desaparecimento de pessoas, bem como se falava também sobre problemas locais como o lixo e a falta de creches.

A ênfase dada pelo Grupo na busca por mudanças sociais e políticas era explícita. Tarlau (2008) afirma que muitas mulheres do Grupo não chegaram com uma

consciência política desenvolvida, ao contrário disso, muitas nem mesmo queriam falar sobre política. O GMM assim, passou a ofertar cursos procurados pelas mulheres, como culinária e costura e exigia que também frequentassem aulas de cidadania, onde eram debatidos temas como reforma agrária, direitos humanos e democracia. A discussão sobre direitos humanos se tornou essencial nessa caminhada, pois era vista pelo Grupo como uma forma de chegar à justiça social. Através dos cursos, oficinas pedagógicas e debates, o GMM ajudou centenas de pessoas de baixa renda a entender seu papel enquanto cidadão crítico e protagonista de sua história. O trabalho doméstico e a criação de creches eram temas recorrentes nessas discussões, pois representava de forma direta as demandas das mulheres da comunidade.

O trabalho do Grupo estimulou a participação dos jovens da comunidade. Nas fotografias do GMM é comum a presença de jovens e adolescentes participando de cursos ou sendo monitores ou educadores do Grupo. Havia ainda um estímulo à participação dos jovens da comunidade em fóruns e articulações que buscavam a melhoria do bairro e de suas condições de vida.

Desde o início, houve por parte do Grupo Mulher Maravilha a preocupação pela autonomia e emancipação das mulheres e para tal fim, buscavam gerar renda através da venda de produtos artesanais produzidos pelas próprias mulheres do bairro, sem deixar de lado a formação sobre política e cidadania. Assim como mostra na fotografia abaixo, as mulheres do GMM produziam roupas tingidas e bordadas, tapetes e outros tipos de costuras, isso deu ao GMM o título de entidade de fomento e de apoio à Economia Solidária²⁵.

²⁵ Atividades econômicas que seguem pilares como cooperação, autogestão e consumo consciente.

IMAGEM 9- Exposição de roupas produzidas pelas mulheres do GMM

Fonte: Acervo pessoal de Dona Ilza (1984).

A atuação do Grupo Mulher Maravilha estimulou a criação de novos grupos em outras comunidades e municípios, além de atuar no Sertão do Pajeú através do Grupo Benvirá. Assim, ao longo de sua trajetória atuou no movimento de mulheres no campo e na cidade. O Benvirá, criado em 1985, passou a atuar em vários municípios do Sertão do Pajeú, e tinha como dois objetivos principais a promoção da saúde popular e a formação política dos cidadãos²⁶.

Assim, a organização passou a beneficiar mulheres, jovens, crianças e trabalhadores em geral. O Grupo Mulheres de Benvirá sempre contou com o apoio e a articulação com o Grupo Mulher Maravilha. Posteriormente o Grupo Benvirá se fundiu ao Mulher Maravilha formando uma única organização.

Além disso, vale salientar que o Grupo Mulher Maravilha se articulou com diversas organizações de mulheres e grupos feministas. Quando indagada sobre isso, Dona Ilza responde:

Sim, vários. SOS CORPO, o Grupo Benvirá que a gente criou lá em Afogados e tinha vários grupos lá que a gente se articulava, prefeitura... várias coisas lá. Aqui tinha [...] fórum de mulher [...] tinha o Emaús, que é um grupo forte de trapeiros de Emaús, era outro grupo que era sócio do Mulher Maravilha. Tinha muitos, era uma articulação enorme, era uma rede de grupos que a gente se articulava com eles.

²⁶ 1º Estatuto do Grupo Benvirá. Acervo do Grupo Mulher Maravilha.

Nesse sentido, D. Menta também fala sobre articulação do Mulher Maravilha com grupos vizinhos e com a Igreja.

[...] tinha o fio da terra que era do Morro, tinha o Maria da Conceição, que era lá do Morro. E a gente sempre tinha o entrosamento dos grupos. A gente tinha participação nas reuniões da arquidiocese, que a gente ia pra reunião, assim... dois, três dias. [...] O Mulher Maravilha nunca foi um grupo individual, ele sempre teve entrosamento com todos os grupos, e ainda hoje tem com vários grupos.

Ao longo de sua trajetória, o Grupo Mulher Maravilha buscou desenvolver na população uma consciência cidadã. Dessa forma, o Grupo se preocupou em formar educadores populares como agentes de transformação social. Para isso, o GMM disponibilizou cursos de formação profissional e de formação em Direitos Humanos e das Mulheres, como a formação das Promotoras Legais Populares (PLP). Contava também com os debates sobre a prevenção do HIV²⁷.

No relatório semestral de 1984 do GMM é apontado que 55 mulheres faziam parte do Grupo naquele período. Além disso, entre julho e dezembro de 1984, o GMM realizou 5 cursos que somavam 131 alunas e alunos, dos quais 43 se tornaram concluintes posteriormente. O relatório aponta ainda encontros com SOS CORPO participação em manifestação popular.

O Grupo Mulher Maravilha foi legalizado em 1986. No primeiro estatuto, de 1989, o Grupo definiu como objetivos: 1) Promover atividades culturais, educacionais e profissionalizantes junto à comunidade, incentivando a prática do corporativismo; 2) Estimular a produção, divulgação comercialização de artesanato em Casa Amarela; 3) Promover intercâmbio, a todos os níveis, com outras associações de fins semelhantes; 4) Promover a discussão com a comunidade sobre o processo de Emancipação da mulher na sociedade.

Ao longo dos anos os estatutos do GMM, bem como seus objetivos, foram sendo atualizados. Assim, o Grupo Mulher Maravilha definiu como missão “lutar pela promoção dos Direitos Humanos numa perspectiva de gênero, raça e etnia, pelo acesso à cidadania da população vítima de exclusão social e empoderamento das mulheres para a construção de uma nova sociedade”. Como finalidade o GMM busca: 1) Desenvolver ações que promovem conexão entre as dimensões educativa, política e produtiva, lastreadas por atividades formativas e intercâmbio permanente desenvolvendo atividades de cunho pedagógico relacionadas à promoção e afirmação

²⁷ Portfólio do Grupo Mulher Maravilha, 2020.

dos direitos à diversidade, princípio formal da igualdade; 2) Promover os direitos humanos, bem como outros direitos difusos e coletivos; 3) Promover a formação da consciência crítica para a construção e o exercício da cidadania; 4) Contribuir com a construção de práticas democráticas, comprometidas com a justiça social e a promoção da igualdade étnico-racial, social e de gênero e pela eliminação de todas as formas de discriminação, preconceito e segregação e outras correlacionadas com sua missão; 5) O Grupo Mulher Maravilha poderá impetrar, no caso da violação desses direitos, a devida ação pública, perante quaisquer instâncias da justiça brasileira, órgãos da justiça internacional e organismos de proteção de direitos humanos da OEA e ONU²⁸.

Destarte, no contexto histórico da redemocratização, o Grupo Mulher Maravilha participou ativamente da construção de propostas do movimento de mulheres que foram encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte 1987-88. Além da rede de articulação com outros grupos e movimentos sociais, o GMM também atuou ativamente em Nova Descoberta e no Sertão do Pajeú, gerando encontros e debates e reflexões sobre a Assembleia Constituinte e a importância de uma nova Constituição Federal. Tendo isso em vista, se fez necessário tomar conhecimento da articulação de mulheres em nível nacional diante do processo de redemocratização do país, como tratado no próximo capítulo.

²⁸ Portfólio do Grupo Mulher Maravilha, 2020.

CAPÍTULO 2

A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A
ARTICULAÇÃO DAS MULHERES PARA A
ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE
1987-1988

CAPÍTULO 2- A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A ARTICULAÇÃO DAS MULHERES PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987-1988)

O processo de abertura política no Brasil é marcado pela forte pressão de movimentos sociais e setores da sociedade que lutavam pelo fim da Ditadura civil-militar no Brasil após vinte e um anos desse regime. Esse período compreendeu também a luta pró-constituente e a articulação desses diferentes setores em busca de garantias constitucionais.

Assembleia Constituinte, como definida por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 71), consiste em ser “um órgão colegial, representativo, extraordinário e temporário, que é investido da função de elaborar a Constituição do Estado, de pôr — em outros termos — as regras fundamentais do ordenamento jurídico estatal”.

No Brasil pós Ditadura, a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada no Congresso Nacional em 1º de fevereiro de 1987, composta por 559 constituintes oriundos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Sua dissolução ocorreu em meados de 1988 com a aprovação final do texto da Constituição Federal de 1988. O contexto em que a Constituinte de 1987-88 estava inserida era de transição democrática e de negociação entre novos e velhos atores sociais e políticos, com destaque para as lutas dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 que ascenderam no processo de construção da nova Constituição do Brasil (BRANDÃO, 2011).

Dessa forma, este capítulo tem o objetivo de compreender os processos que levaram ao retorno à democracia no Brasil e a organização e natureza da Assembleia Constituinte de 1987-88. Para isso, é necessário entender o papel estratégico da articulação de movimentos e setores sociais, principalmente nos anos iniciais da década de 1980. Aqui, os movimentos feministas destacam-se pelo relevante papel frente ao processo de redemocratização do país, assim como na luta contra o papel de gênero historicamente atribuído às mulheres.

2.1. A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: A EMERGÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Ditadura civil-militar brasileira bloqueou vários meios de organização popular através do fechamento de sindicatos, desmobilização popular e silenciamento da imprensa. Apesar disso, durante aquele cenário, é possível analisar o surgimento de figuras estratégicas que se caracterizavam como oposição àquele regime. A ligação entre diversos setores sociais fortaleceu a busca pela configuração de uma identidade política nacional. Eder Sader (1988) observa o surgimento de uma coletividade entre setores sociais que eram excluídos.

O enfraquecimento da Ditadura permitiu o processo de reabertura política e de reintegração das instituições democráticas que foram silenciadas, perseguidas e fechadas durante o golpe civil-militar. Esse processo de reconstrução das bases democráticas do Brasil, chamado de redemocratização, mobilizou medidas, de forma progressiva, que ampliaram garantias individuais e a liberdade de imprensa.

Marilena Chauí e Marco Aurélio Nogueira (2007) apontam que “ocorreram muitos outros processos e transformações ao longo desse período, e tais fatos, por sua vez, condicionaram a redemocratização, dialogaram com ela, de certo modo, determinaram-na e formataram-na” (CHAUÍ; NOGUEIRA, 2007, p.207).

Nesse aspecto, Maria D’Alva Kinzo (2001) evidencia que os anos de 1974 a 1982 compreendem a primeira fase do processo de redemocratização do Brasil. Assim, “o processo eleitoral, o conflito interno dentro das forças armadas e emergência de sérios problemas econômicos – concorreram para fortalecer aquele padrão controlado e gradual que caracterizou a transição democrática no Brasil” (KINZO, 2001, p. 6). Isso porque no ano de 1974 é iniciado o processo de reabertura política que tem um avanço considerável em 1978 com a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)²⁹.

Sader (1988) elege o ano de 1978 como referência para essa reconfiguração das organizações sociais. Esse período também compreende a aprovação da anistia que possibilitou um retorno paulatino dos políticos e ativistas exilados pela Ditadura e o fim do bipartidarismo que viabilizou a criação de novos partidos políticos.

²⁹ Durante o governo do Marechal Costa e Silva constatou-se um crescente número de opositores e movimentos contestatórios ao governo militar. A resposta para esse crescimento foi dada em 13 de dezembro de 1968, com a edição do AI-5. O quinto ato institucional, por vezes considerado o mais duro dos atos, visava continuar mostrando o golpe como um “movimento revolucionário” assim como o AI-2, além de se justificar “como uma medida de contenção a pessoas ou grupos revolucionários que trabalhassem contra a manutenção da ordem e da segurança interna” (SILVA, 2011, p. 109).

Para Kinzo (2001), os anos de 1982 a 1985 configuram a segunda fase do processo de redemocratização do país. Nesse período é possível observar a volta das eleições para governos estaduais e o início das articulações das campanhas Diretas Já, que mobilizou a população e diversos setores sociais em todo o Brasil. Assim, nessa fase é possível observar a insurgência de novos atores políticos.

O final da década de 1970 e o início dos anos 1980 é marcado por uma reorganização de movimentos populares urbanos e movimentos sindicais, que foram fortemente fomentados pela politização de partidos de esquerda e pela Igreja progressista. Nesse contexto, os movimentos sociais giravam em torno de diferentes temáticas e lutas, o que resultava em uma maior atenção das lideranças, aos movimentos e as atividades da sociedade civil e política. Dessa maneira, é possível observar, nesse período, o surgimento de líderes políticos, o que indicava o possível arranjo da relação entre sociedade civil e o Estado (MUTZENBERG, 2012).

Nota-se que os movimentos sociais e a reorganização da sociedade mostraram uma nova fase do cenário político brasileiro, que via a sociedade como ator principal e a participação popular como uma forma mais efetiva de buscar garantias (MARINHO, 2018).

O surgimento dos movimentos sociais, urbanos e rurais, fora de enquadramentos partidários, foi de certo modo uma grande novidade na sociedade brasileira, uma nova forma de expressão social que se combinou com o florescer de novos sujeitos sociais e políticos. As restrições partidárias viabilizaram a emergência de protagonistas do enredo histórico que o populismo das décadas anteriores havia sepultado na vala comum dos beneficiados antecipadamente pelo Estado provedor. Todas as demandas sociais ganhavam expressão e solução nas antecipações dos governantes e dos políticos (MARTINS, 2000, p. 2).

É possível observar que “os movimentos sociais tinham por característica uma forma de organização mais ampla e apresentavam nítidas diferenças na motivação e nas demandas das reivindicações dos indivíduos”. Nesse sentido, um dos principais focos da configuração dessas organizações e movimentos, é compreender sua função para construção da democracia brasileira (MARINHO, 2018, p. 27). Assim, Evelina Dagnino (2000, p. 80) afirma que a questão básica é entender como tais manifestações sociais contribuíram para um novo direcionamento da correlação entre cultura e política, na busca da redemocratização do país.

Destarte, após vinte anos de Ditadura civil-militar, o Brasil, entre os anos de 1983 e 1984, é marcado por uma das maiores mobilizações populares de sua história.

O movimento Diretas Já levou milhares de pessoas às ruas exigindo eleições diretas para a presidência da República. Apesar da tentativa lenta, gradual e segura por parte do governo militar, as eleições diretas para os governos estaduais contribuíram para o fortalecimento de partidos de oposição como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além disso, o agravamento da crise econômica e o aumento exorbitante da inflação auxiliaram a mobilização de classes sindicais, o que favoreceu o crescimento do movimento que reivindicava eleições por vias diretas.

O primeiro ato público pró Diretas Já ocorreu em 31 de março de 1983 em Pernambuco, no município de Abreu e Lima, porém por se tratar do primeiro ato público, não foi constatado muitos participantes³⁰. Nos meses posteriores diversos atos ocorreram em vários estados do Brasil, incluindo novamente Pernambuco, onde no dia 12 de agosto de 1983 atos ocorreram simultaneamente em várias cidades do estado.

Em 1984, o movimento ganhou ainda mais adesão popular. Em fevereiro desse mesmo ano, milhões de pessoas foram às ruas em vários estados do país. Em 16 de fevereiro, uma passeata levou mais de 60 mil pessoas às ruas do Rio de Janeiro e, nesse mesmo dia, cerca de 60 mil pessoas também tomaram as ruas em Belém. No dia 17 de fevereiro, Recife novamente foi palco de reivindicações das Diretas Já e, dessa vez, mais de 10 mil pessoas ocuparam a Praça da Independência, na região central da cidade. Além de Recife, Olinda e Petrolina também registraram passeatas e comícios em pró Diretas Já, respectivamente nos dias 27 de janeiro e 7 de abril, somando mais de 30 mil pessoas em cada uma³¹.

Além de uma expressiva massa popular e dos partidos de oposição à Ditadura, o movimento também contou com apoio de outros setores sociais como lideranças sindicais, ONGs, artistas e estudantes. Dessa forma, contou com o apoio institucional de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Ordem Brasileira dos Advogados (OAB). Apesar de toda a pressão, a Emenda Constitucional que visava as eleições diretas não foi aprovada na votação realizada em 25 de abril de 1984.

³⁰ Comícios e passeatas pró Diretas Já.

https://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_diretasja_02-2014.html.

³¹ Idem.

Assim, as eleições indiretas do Colégio Eleitoral ocorreram em 15 de fevereiro de 1985 e Tancredo Neves foi eleito indiretamente para o cargo de presidente da República. Neves faleceu antes de assumir o cargo, o que tornou José Sarney o primeiro presidente civil após a Ditadura civil-militar.

Nos anos 80, os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram [...] projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de espaços plurais de representação de atores coletivos hoje reconhecidos como interlocutores válidos no cenário político nacional (PAOLI; TELLES, 2000, p. 102).

Apesar das campanhas das Diretas Já não terem sido vitoriosas, sem dúvida, elas apressaram o fim da Ditadura. Além das Diretas Já, os movimentos feministas e outros movimentos sociais e sindicais foram peças chave na luta contra a opressão imposta pela Ditadura civil-militar. Com o fim da Ditadura, os movimentos e setores sociais continuaram pressionando os governos federal e estaduais com demandas e propostas a serem incorporadas à elaboração da nova Constituição Federal.

Nessa perspectiva, Joana Maria Pedro e Karina Woitowicz (2009, p. 23) destacam que os movimentos feministas tiveram um importante papel na resistência à Ditadura, “conjugando as lutas pela democracia com as lutas específicas das mulheres pela igualdade e pela autonomia no meio social”. Nessa ótica, Cynthia Sarti (2004) evidencia a emancipação feminina em âmbitos sociais, políticos, culturais e históricos, e reafirma que, na década de 1970, o feminismo no Brasil é marcado “como um movimento de mulheres que se configura em oposição à Ditadura civil-militar e que foi se desenvolvendo, nas décadas seguintes, dentro das possibilidades e limites que se explicitaram no processo de abertura política” (SARTI, 2004, p. 35).

Neiva Furlin (2020) destaca que nos anos finais da Ditadura, os movimentos feministas, bem como outras organizações de mulheres obtiveram conquistas significativas. Nesse período é possível observar o surgimento de organismos que visavam a garantia da cidadania às mulheres, como no caso dos Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres nos estados de Minas Gerais e São Paulo, em 1983 (FURLIN, 2020). Nesse mesmo ano também é possível identificar a criação das primeiras políticas públicas para a área da saúde e da violência contra a mulher, a partir da criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

Dito isso, é importante destacar o papel relevante dos movimentos feministas para a garantia de direitos para as mulheres. Dentro do processo de redemocratização

grupos feministas desenvolveram estratégias de articulação e colocaram diversos temas relacionados às mulheres em pauta. Os movimentos feministas brasileiros são marcados por uma heterogeneidade e formados por vertentes, como o feminismo negro.

A mobilização popular para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 foi uma decorrência dos movimentos sociais que pediam o fim da Ditadura, das campanhas Diretas Já, bem como do Movimento de Mulheres, como destaca Maria do Socorro de Abreu e Lima (2012).

2.2. A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1987-1988: ORGANIZAÇÃO, CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E NATUREZA

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte 1987-88 se tornou viável a partir do momento em que a Ditadura civil-militar brasileira entrou em crise (SARMENTO, 2009). Nesse sentido, Daniel Sarmiento (2009) destaca que desde a década de 1970 a convocação de uma nova Constituinte já era colocada em pauta. Naquele momento, já havia pressão de instituições como a Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB) e a OAB que defendiam e evidenciavam a necessidade de uma nova Carta Constitucional para o Brasil fundada em bases legítimas e democráticas.

Nos setores organizados da sociedade civil, a luta por uma constituinte livre e soberana herdou a mobilização deflagrada pelo movimento das "Diretas". No final de janeiro (1985), em Duque de Caxias (RJ), um conjunto de entidades populares lançou o Movimento Nacional pela Constituinte. Na mesma época, em São Paulo, estruturava-se um Plenário Popular. As experiências disseminaram-se pelo país, culminando na organização, em setembro de 1985, do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que participaria ativamente dos trabalhos da Assembleia (NOGUEIRA, 2010, s/p).

Assim, esse período é marcado também pela participação popular nessa reconstrução democrática (CAVALCANTI, 2017). Destaca-se que a participação popular nesse processo não implica dizer que a sociedade civil e sua participação não era vista como homogênea. Nesse sentido, Uilma Queiroz (2020) observa que no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, apesar de haver uma convergência de setores sociais que buscavam o fim da Ditadura, alguns interesses entraram em conflito.

O contexto político brasileiro da redemocratização evidencia vários fatores que foram importantes para enfraquecer a Ditadura e retornar as vias democráticas, como a morte de Tancredo Neves, a insatisfação da população com a posse de José Sarney e a demanda por uma nova Constituição. A chapa formada por Neves e Sarney, intitulada de Aliança Democrática, havia assumido o compromisso de convocar uma nova Assembleia Constituinte.

Ao assumir a chefia do executivo, após a morte de Tancredo Neves, José Sarney enviou, em 15 de julho de 1985, ao Congresso, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 43 onde atribui poderes Constituintes ao Congresso Nacional (SARMENTO, 2009). A PEC nº 43 estabelecia uma composição por parlamentares eleitos em 1986 e previa o início da Assembleia para o dia 1º de fevereiro de 1987.

A PEC apresentada por José Sarney foi aprovada no Congresso Nacional e promulgada como Emenda Constitucional nº 26, em 27 de novembro de 1985. Sarmento (2009) evidencia que apesar da tentativa de alterações no projeto, a proposta de uma Assembleia Constituinte Congressual, de Sarney, foi aprovada, porém esse fato acarretou uma sobrecarga nas funções do poder legislativo federal:

De acordo com a Emenda Constitucional nº 26/1985, os membros do Congresso reunir-se-iam “unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional” (art. 1º). A Assembleia Constituinte seria instalada pelo Presidente do STF, que presidiria a eleição do seu Presidente (art. 2º). E a nova Constituição seria promulgada “depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte” (art. 3º) (SARMENTO, 2009, p. 11).

Assim, a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 foi composta por 559 membros, dos quais 487 eram deputados federais e 72 eram senadores. Com relação aos senadores, destaca-se ainda que dos 72 congressistas, 23 eram “biônicos”, ou seja, foram eleitos indiretamente nas eleições de 1982 (SARMENTO, 2009, p. 12).

Visto isso, Sarmento (2009) afirma que composição ideológica da Constituinte também chama atenção, principalmente por ser retratada com progressista, mas os partidos que eram identificados como de esquerda como o PDT, PT e PCB, somavam apenas 9% dos constituintes, ou seja, 50 congressistas. Vale ressaltar ainda, que o comportamento dos constituintes além de suas ideologias políticas, também eram influenciados por interesses regionais e sociais.

Em relação aos debates de gênero, as mulheres contavam com 26 parlamentares³², ou seja, 4,6% do total. Essa sub-representação também era refletida em indígenas e negros, na qual era possível encontrar 11 congressistas negros e nenhum indígena. Em contrapartida, havia um enorme peso do empresariado rural com representação no Congresso (SARMENTO, 2009).

A Assembleia Nacional Constituinte, após sua formação e composição, passou a ser presidida por Ulysses Guimarães do PMDB, que ganhou a posição após vencer o pleito com 425 votos a favor. Após esse processo, os congressistas deram início a elaboração de um Regimento Interno para a produção da Constituição Federal. Essa fase foi marcada por disputas entre organizações, além de uma forte interação entre o Congresso e a população, o que gerou “impactos tanto na dinâmica político-legislativa quanto na participação popular, influenciando a mobilização social e o jogo político da Constituinte” (BRANDÃO, 2011, p.10).

Nesse sentido, um aspecto importante no processo de elaboração da Constituição, foram as comissões temáticas e suas composições. Sarmento (2009) destaca a criação das comissões e subcomissões ao evidenciar a dedicação de cada instituição ao tratar sobre determinados assuntos que eram objetos de disciplina constitucional.

Assim, as comissões temáticas e suas subcomissões eram divididas da seguinte forma: 1) Comissão de Soberania e dos Direitos Humanos: subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais; subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais; subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias; 2) Comissão da Organização do Estado: subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios; subcomissão dos Estados; subcomissão dos Municípios e Regiões; 3) Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo: Subcomissão do Poder Legislativo; subcomissão do Poder Executivo; subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público; 4) Comissão e Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos: subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança; subcomissão de Garantia da Instituição, Reformas e Emendas; 5) Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças: subcomissão de Tributos,

³² 26 deputadas e nenhuma senadora. Posteriormente a bancada passou a ser composta por 25 parlamentares atuantes, visto que a deputada Bete Mendes (PMDB-SP) afastou-se de sua posição para assumir o cargo de Secretária da Cultura do Estado de São Paulo.

Participação e Distribuição de Receitas; subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira; subcomissão do Sistema Financeiro; 6) Comissão de Ordem Econômica: subcomissão Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e Atividade Econômica; subcomissão da Questão Urbana e Transporte; subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária; 7) Comissão da Ordem Social: subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente; subcomissão dos Negros, População Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias; 8) Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: subcomissão de Educação, Cultura e Esportes; subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; subcomissão da Família, do Menor e do Idoso.

Nesse aspecto, totalizaram 8 comissões temáticas, cada uma com 3 subcomissões, os projetos oriundos de cada área eram enviados a uma Comissão de Sistematização. Cada comissão temática era composta por 63 membros titulares e 63 membros suplentes, além de presidentes, vice-presidente e relator. Assim, cada constituinte participava como titular de uma comissão temática e suplente de outra. Cabia à Comissão de Sistematização a reelaboração de novos projetos a partir daqueles enviados pelas comissões e subcomissões. Esses novos projetos eram enviados ao Plenário Constituinte para serem votados em dois turnos.

Vale salientar que a bancada feminina era composta por uma diversidade ideológica. Até então, aquele se tratava do maior número de mulheres eleitas para o Congresso Nacional. Sendo composta, em sua maior parte, de Deputadas que exerciam as atividades parlamentares pela primeira vez na Câmara Federal. Ao todo, a bancada feminina representou dezesseis estados do Brasil.

QUADRO 2- Deputadas constituintes segundo partido/UF e atuação parlamentar

Nome/Partido/UF	Nº emendas	Atuação parlamentar
Abigail Feitosa PMDB/BA	166 Apresentadas 29 Aprovadas	Comissão de Sistematização
Anna Maria Rattes PMDB/RJ	468 Apresentadas 120 Aprovadas	2ª vice-presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e membra da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias.

Benedita da Silva PT/RJ	93 Apresentadas 25 Aprovadas	Membra da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias e da Comissão da Ordem Social. Suplente da Mesa da Assembleia Constituinte.
Bete Mendes PMDB/SP	-	Licenciou-se do mandato de Deputada Federal Constituinte em 15 de março de 1987.
Beth Azize PSB/AM	43 Apresentadas 12 Aprovadas	Membra da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica e da Comissão da Ordem Econômica.
Cristina Tavares PSDB/PE	227 Apresentadas 95 Aprovadas	Membra da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia da Comunicação e da Comissão de Sistematização.
Dirce Tutu Quadros PSC/SP	56 Apresentadas 9 Aprovadas	Membra da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias dos Homem e da Mulher.
Eunice Michiles PFL/AM	193 Apresentadas 54 Aprovadas	Membra da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia da Comunicação.
Irma Passoni PT/SP	226 Apresentadas 71 Aprovadas	Membra da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária e da Comissão da Ordem Econômica.
Lídice da Mata PCdoB/BA	196 Apresentadas 32 Aprovadas	Membra da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos e da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias e Garantias das Instituições.
Lúcia Braga PFL/PB	117 Apresentadas 32 Aprovadas	1ª vice-presidente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e membra da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.
Lúcia Vânia PMDB/GO	143 Apresentadas 48 Aprovadas	Membra da da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e membra da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.
Márcia Kubitschek PMDB/DF	42 Apresentadas 17 Aprovadas	Membra da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes e da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Maria de Lourdes Abadia PFL/DF	70 Apresentadas 21 Aprovadas	Segunda vice-presidente da Subcomissão da Saúde, Segurança e do Meio-Ambiente e membra da Comissão da Ordem Social.
Maria Lúcia PMDB/AC	11 Apresentadas 2 Aprovadas	Membra da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.
Marluce Pinto PTB/RR	53 Apresentadas 16 Aprovadas	Membra da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios e da Comissão da Organização do Estado.
Moema São Thiago PDT/CE	98 Apresentadas 30 Aprovadas	Membra da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas e da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições.
Myriam Portella PDS/PI	174 Apresentadas 53 Aprovadas	Membra da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte e da Comissão da Ordem Econômica.
Raquel Cândido PFL/RO	75 Apresentadas 23 Aprovadas	Membra da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do subsolo e da Atividade Econômica e da Comissão da Ordem Econômica.
Raquel Capiberibe PSB/AP	133 Apresentadas 44 Aprovadas	Membra da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária e da Comissão da Ordem Econômica.
Rita Camata PMDB/ES	218 Apresentadas 66 Aprovadas	Membra da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.
Rita Furtado PFL/RO	66 Apresentadas 19 Aprovadas	Membra da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.
Rose de Freitas PMDB/ES	87 Apresentadas 13 Aprovadas	Membra da Subcomissão do Sistema Financeiro e da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.
Sadie Hauache PFL/AM	132 Apresentadas 51 Aprovadas	Membra da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança e da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições.
Sandra Cavalcanti	214 Apresentadas	Membra da Comissão de Sistematização.

PFL/RJ	64 Aprovadas	
Wilma Maia PDS/RN	82 Apresentadas 26 Aprovadas	Membra da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e da comissão da Ordem Social.

FONTE: Elaborado pela autora com base no Portal Da Constituição Cidadã
https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/copy_of_index.html

A atuação da bancada feminina junto aos movimentos sociais e movimentos feministas buscou a ampliação da cidadania e da igualdade para as mulheres. Muitas parlamentares Constituintes já possuíam vínculo com movimentos sociais e estudantis. E, apesar de haver divergências em temas relacionados ao corpo e ao aborto, as parlamentares demonstraram caráter suprapartidário e progressista em suas reivindicações.

Assim, a Assembleia Nacional Constituinte, em conjunto com movimentos feministas e organizações de mulheres por todo o país, conduziram a campanha nacional do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que passou a ser o principal canal entre as constituintes e as mulheres.

Destarte, os trabalhos das subcomissões tiveram início em 1º de abril de 1987 e se prolongaram até o final de maio do mesmo ano. Sarmento (2009) analisa que, nessa fase, audiências públicas deviam ser realizadas obrigatoriamente através de caravanas para outros estados. Assim destaca-se que:

Os grupos mais variados foram ouvidos nas audiências públicas- Ministros de Estado, lideranças empresariais e sindicais, intelectuais, associações de moradores, entidades feministas e de defesa dos homossexuais, representantes do movimento negro, ONGs ambientalistas, indígenas, empregadas domésticas, meninos de rua, etc (SARMENTO, 2009, p. 20).

Com a busca da elaboração de uma Constituição popular, a população passou a participar de forma direta através do recolhimento de assinaturas para apresentação de emendas ao projeto de Constituição. Maria Benevides (1991) evidencia que as emendas populares, como previstas no Regimento Interno da ANC, serviram como instrumento de inserção dos cidadãos brasileiros no processo legislativo de elaboração do texto constitucional:

Por iniciativa popular legislativa entende-se sempre o mesmo mecanismo, que inclui um processo de participação “complexo”, desde

a elaboração de um texto (das simples moções ao projeto de lei ou emenda constitucional formalmente articulados) até a votação de uma proposta, passando pelas várias fases da campanha, coleta de assinaturas e controle de constitucionalidade (BENEVIDES, 1991, p. 33).

Para a apresentação das emendas, era necessário obter a assinatura de 30 mil eleitores mais a assistência de três instituições. Sarmiento (2009) aponta que, no total, 122 emendas populares foram apresentadas, o que somou 12.277.323 assinaturas, visto que cada eleitor poderia cancelar até três emendas. Do total, 83 emendas populares foram aceitas e versavam sobre diferentes temas como direitos trabalhistas, direitos indígenas, reforma agrária e participação popular.

Assim, esse processo de construção da Constituinte se apresentou como um ponto de referência para grupos marginalizados que buscavam garantir direitos sociais. Nesse sentido, os diversos movimentos sociais, como o movimento de mulheres, lutaram pela garantia de participação popular nesse processo constitucional. Essa mobilização e articulação de diferentes setores sociais se fortaleceu principalmente na década de 1980. E, dessa forma, Carmen Silva (2016, p. 86) aponta o importante aspecto que, “lutar pela democracia, naquele período, ia além da defesa da reorganização do sistema partidário e eleitoral. Os movimentos sociais exigiam o direito de participação direta nas decisões políticas como forma de garantir a cidadania ativa”.

2.3. A LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS CONSTITUCIONAIS

O período de lutas pró-constituinte está inserido em um momento marcado pela articulação e mobilização de setores sociais. Naquele contexto de luta, as organizações de mulheres e movimentos feministas desenvolveram importantes papéis frente a um Estado produtor e reprodutor de práticas políticas e sociais. Nesse sentido, Nancy Fraser (2005) destaca a relevância das mulheres como sujeitas sociais serem representadas dentro da política e das decisões políticas como o meio de se fazer justiça social.

Nessa perspectiva, Neiva Furlin (2020, p. 169) aponta que “a partir da década de 1970, as desigualdades de gênero passaram a ser consideradas um problema social” e assim, a incorporação de políticas de gênero foi fruto das pressões de organizações de mulheres e movimentos feministas daquele período.

Além das pressões internas, existiam também uma influência internacional, principalmente com a Década da Mulher, instituída pela ONU em 1975:

Foi fundamental para legitimar a reivindicação dos direitos das mulheres em plena ditadura civil-militar, criando possibilidades para a realização de encontros nacionais e latino-americanos, onde as mulheres discutiam suas demandas e se fortaleciam como movimento social (FURLIN, 2020, p. 175).

Esse movimento protagonizado por grupos feministas e por outras mulheres foi articulador de mobilizações em prol da Constituinte, mesmo que em muitos pontos, houvesse divergências de lutas e pautas.

Naquele contexto, outro aspecto importante foi a criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), um órgão federal que tinha autonomia e respondia diretamente ao presidente da República. O CNDM se organizava diante de diferentes comissões temáticas como creche, mulher negra e rural, violência, saúde e educação.

Nesse aspecto, Jacqueline Pitanguy (2019, p. 85) destaca que uma das primeiras preocupações desse órgão era voltada para a Assembleia Constituinte e tinham como slogans “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher” e “Constituinte para valer tem que ter palavra da mulher”. Diante disso, Carmen Silva (2016) destaca que a imprensa passou a divulgar essa movimentação como *lobby* do batom, pois foi um momento de forte articulação de mulheres e dos movimentos feministas brasileiros. Muitas dessas mulheres faziam parte do CNDM e viajaram pelo país fortalecendo o movimento.

A campanha para propor e assegurar os direitos das mulheres na nova Constituição se inicia com a organização de eventos em diversas capitais em articulação com os movimentos de mulheres e outras entidades locais da sociedade civil, bem como com as Assembleias Legislativas e Conselhos estaduais e municipais. Paralelamente, o CNDM lutava também por maior presença feminina no Congresso, objetivo alcançado nas eleições de 1986, quando mais que dobrou a proporção de mulheres deputadas e senadoras em relação aos homens (PITANGUY, 2019, p. 86).

Assim, o CNDM teve um papel importante na busca pelo reconhecimento de direitos para as mulheres. Além da divulgação dos slogans nos meios de comunicação, esse órgão também foi responsável pela elaboração de uma carta, enviada ao Congresso, que continha as demandas das mulheres de todo o país e de diversos movimentos feministas. O CNDM dispunha ainda de um canal de

comunicação com os movimentos de mulheres, e era através desse meio que eram enviadas propostas e demandas para a Assembleia Constituinte (PITANGUY, 2019).

O Brasil vivia um momento de esperança na construção de um estado democrático e igualitário e mulheres de todo o país enviaram por carta, fax e telegrama centenas de sugestões ao CNDM, onde um grupo de trabalho organizava o material, descartando propostas que não se coadunavam com o ideário constitucional, e consolidando as demais demandas e propostas em função dos capítulos discutidos na Assembleia Constituinte (PITANGUY, 2019, p. 86).

A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes foi resultado de um Encontro Nacional promovido pelo CNDM, que ocorreu em 26 de agosto de 1986. A elaboração do documento contou com a participação de organizações de mulheres e movimentos feministas de todo o país. A Carta das mulheres foi entregue ao presidente do Congresso Nacional, o deputado Ulysses Guimarães, em março de 1987.

Em seus Princípios Gerais, foi adotado no documento que o princípio de igualdade era fundamental para a escrita da nova Constituição brasileira. Nesse sentido, seria necessário a revogação de instrumentos legais que implicavam em classificações discriminatórias.

Assim, foi solicitado na Carta, que a afronta a esse direito de igualdade passasse a ser um crime inafiançável, bem como foi requisitado que o Brasil passasse a acatar tratados e convenções internacionais como uma maneira de buscar eliminar todas as formas de discriminação. Para além disso, era de extrema importância o reconhecimento do direito de ação aos movimentos e organizações sociais, sindicais e civil.

Nas Reivindicações Específicas, a Carta das Mulheres aos Constituintes o documento versou sobre diversos tópicos e proposições como família, trabalho, saúde, educação e cultura, violência e questões nacionais e internacionais. Em relação ao trabalho, foi solicitado que o princípio constitucional da isonomia fosse assegurado em relação ao salário, ao acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional. Além disso, foi abordado também sobre a garantia de trabalho e de salário às mulheres gestantes.

Sobre saúde, a Carta adotou a estratégia de que a saúde é um direito de todos e deve ser garantida pelo Estado. Dito isso, o Estado deveria garantir uma assistência integral à saúde da mulher em todas as suas fases de vida. Além disso, o Estado também deveria garantir o direito da mulher sobre seu próprio corpo. Outro aspecto

importante da Carta, abordou sobre a violência e evidenciou a necessidade de criminalização de agressões física, psicológica e sexual à mulher, além de garantir uma assistência médica às mulheres vítimas dessas violências.

Assim, a Carta das Mulheres foi um instrumento fundamental no processo de alocação e formação de políticas e recursos públicos, pois além do Congresso Nacional, a Carta também foi enviada às Assembleias Estaduais do país. Essa medida acarretou o início de um trabalho incessante que contava com a forte presença de integrantes do CNDM no Congresso Nacional, discutindo e defendendo as propostas das mulheres de todo o Brasil (PITANGUY, 2019).

Além do trabalho realizado pelo *lobby* do batom, Jacqueline Pitanguy (2019) evidencia que o CNDM também buscava conscientizar a população brasileira sobre os debates em torno da Constituinte. Assim, quando o Congresso Nacional discutia propostas relacionadas às garantias solicitadas pelas mulheres, o CNDM realiza campanhas televisivas, nos jornais e nas rádios, além de expor outdoors pelas capitais brasileiras, como forma de chamar atenção para as propostas que deveriam ser incorporadas à nova Constituição do Brasil.

A cerimônia de entrega da Carta ao Congresso Nacional representou a consolidação de um dos mais bem articulados *lobbies* desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. O documento foi entregue ao presidente da Assembleia por Carmen Portinho, sufragista de 1934. Naquele momento, centenas de mulheres de vários estados do Brasil se reuniam nas galerias da Câmara para ouvirem os pronunciamentos das parlamentares³³.

A Mesa foi composta pelas parlamentares Cristina Tavares (PMDB-PE), Benedita da Silva (PT-RJ), Moema São Thiago (PDT-CE), Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), Myriam Portella (PDS-PI), Abigail Feitosa (PMDB-BA) e Raquel Capiberibe (PMDB-AP), como mostra a Imagem 10.

³³ Jornal de Brasília, 27 de março de 1987. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/115394/1987_26%20a%2031%20de%20Marco_019.pdf?sequence=1&isAllowed=y

IMAGEM 10- Entrega solene da Carta das Mulheres aos Constituintes

Fonte: Josemar Gonçalves. Jornal de Brasília, 27 de março de 1987. Brasília-DF.

Toda essa movimentação de milhares de mulheres do Brasil e de diversas organizações feministas tinham a finalidade de influenciar a formação de novas políticas e era uma forma de “retirar as mulheres da condição de cidadã de segunda categoria a que estavam reduzidas” (PITANGUY, 2019, p. 86).

Assim, a Carta das Mulheres foi considerada uma vitória na luta das mulheres, pois teve cerca de 80% de suas propostas incorporadas ao texto constitucional. Esse capítulo vitorioso na história das organizações de mulheres e de movimentos feministas no Brasil, foi fruto de muita luta através da realização de encontros nacionais, conferências e seminários em Brasília e nas capitais estaduais sobre as proposições nos âmbitos dos direitos trabalhistas, da saúde da mulher, da violência doméstica, da garantia de acesso às creches, das mulheres negras e muitos outros temas que fizeram parte dessa agenda (PITANGUY, 2019).

A participação das mulheres de vários lugares do Brasil, por meio de movimentos e organizações, permitiu transformações na vida política do país, bem como na atuação feminina na política e nos demais espaços da sociedade brasileira. Nesse contexto, a Assembleia Nacional Constituinte sofreu forte pressão. Nota-se, que as mulheres estavam buscando por direitos mais amplos e nítidos.

Nesse aspecto, além das 25 constituintes atuantes na ANC, organizações de mulheres e movimentos feministas registraram presença em Brasília e nas

dependências do Congresso Nacional, como destacado no Jornal da Constituinte³⁴ nº 11 de 10 a 16 de agosto de 1987.

Agitando bandeiras, faixas e cartazes, cantando hinos e gritando palavras de ordem, centenas de mulheres reuniram-se nos auditórios do Congresso e percorreram gabinetes das lideranças partidárias. Foi um momento de festa em meio aos trabalhos da Constituinte, a pressão legítima exercida pelas mulheres (JORNAL DA CONSTITUINTE, 1987, p. 16).

Assim, duas emendas populares com milhares de assinaturas foram apresentadas aos constituintes por dois grupos: o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte e o Núcleo de Comunicação da Rede Mulher, momento que ficou marcado na luta das mulheres de todos os cantos do Brasil.

³⁴ https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte/n-%2011%20-%2010%20a%2016%20agosto%201987.pdf.

CAPÍTULO 3

**DE NOVA DESCOBERTA A BRASÍLIA:
UMA LUTA COLETIVA**

CAPÍTULO 3 - DE NOVA DESCOBERTA A BRASÍLIA: UMA LUTA COLETIVA

A campanha “Mulher e Constituinte” produzida pelos trabalhos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, procurou estimular a participação feminina na vida política do país. Dessa forma, a ação organizada pelo CNDM foi um passo importante para a relação da bancada feminina no Congresso com os diversos movimentos e organizações de mulheres. Essa articulação feminina representou um aspecto relevante no processo de elaboração da nova Carta Magna e nas garantias constitucionais obtidas.

Após 20 meses de Assembleia Constituinte, a Constituição Federal é promulgada em 5 de outubro de 1988. Daniel Sarmento (2009), destaca que a Constituição representou o fim da transição do regime autoritário para a volta da democracia no Brasil. Esse processo de transição foi marcado pela luta e pressão de distintos movimentos e organizações sociais. Na cerimônia de encerramento da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães profere o seguinte discurso:

A Constituição não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma.

Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.

A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia.

Dito isso, neste capítulo, procuramos compreender a articulação e a contribuição do Grupo Mulher Maravilha em prol da Assembleia Nacional Constituinte. Nesse aspecto, foi importante fazer um levantamento das propostas feitas pelas mulheres do Grupo e por sua rede de apoio. Além disso, a Constituição Federal também recebeu destaque neste capítulo, pois não deixou de ser resultado das propostas exigidas na Carta das Mulheres aos Constituintes, na emenda popular nº 20 e nas demais articulações criadas nesse período.

Nesse contexto histórico da redemocratização do Brasil, o Grupo Mulher Maravilha participou ativamente da construção de propostas do Movimento das Crianças e Adolescentes e das Mulheres, apresentadas à Assembleia Nacional Constituinte 1987-88, e participou diretamente das caravanas “Povo na Constituinte”

que foram a Brasília. Além disso, o GMM buscou fazer um trabalho de conscientização no Grupo e na comunidade sobre a função da Assembleia Constituinte e da Constituição Federal.

3.1 O GRUPO MULHER MARAVILHA E A REDE MULHER

No Recife, assim como em outras capitais, os movimentos de mulheres organizadas se articulavam em torno da criação de propostas para a Assembleia Constituinte. O Movimento de Mulheres de Pernambuco, naquele momento, convidava as mulheres e organizações sociais a refletirem sobre a participação política das mulheres. Em todo o país, o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, passou a ser palco de debates sobre o direito de igualdade, participação política, direito ao próprio corpo e outras propostas a serem enviadas aos constituintes.

A rede de articulação também ocorria no interior das organizações de bairros e dos movimentos periféricos urbanos. O Grupo Mulher Maravilha, juntamente com outras organizações, realizou diversas reuniões em Nova Descoberta e no Sertão do Pajeú para discutir e debater sobre a Assembleia Nacional Constituinte. Naquele momento, figuras como Lourdes Luna, Lenira Araújo da Silva, Maria do Livramento-Menta, Maria José Gomes de Brito-Lia, Ilza Rêgo da Silva, Mirian Maria da Silva, Marineide Xavier dos Santos e Edna Teotônia compunham o GMM e marcaram a luta do Grupo pela redemocratização.

Ao ser questionada sobre esse processo de articulação do Grupo Mulher Maravilha em nível estadual e nacional, Lourdes Luna aponta que a relação com o SOS CORPO em Pernambuco foi responsável por abrir as portas do GMM para aquela conjuntura nacional dos movimentos de mulheres em prol da Constituinte:

Nós tivemos primeiro um engajamento com uma organização, inicialmente pessoas né, de São Paulo através do lançamento daquele livro *Se me deixam falar* de Domitila Chungara, que veio lançar o livro com a jornalista Moema Viezzer [...]. E aí, no lançamento né, o livro fantástico sobre aquela mineira, história da opressão toda e de luta. E aí a gente descobriu que existia aqui no Recife, a gente teve um primeiro contato com o SOS CORPO (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

De acordo com Lourdes Luna, o SOS CORPO de início auxiliou o GMM com questões relacionadas à saúde da mulher. Esse tema era recorrente nas reuniões em que a situação da mulher era analisada e debatida. Naquele momento os movimentos feministas escancaram a precariedade da saúde da mulher.

A assistência à mulher era um tema de interesse nacional, a exigência da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher estavam inseridas nas reivindicações presentes na Carta das Mulheres aos Constituintes. Essa articulação das mulheres “impulsionou a adoção das primeiras medidas oficiais do Ministério da Saúde voltadas para a assistência integral à saúde da mulher” (FREITAS et al., 2009, s/p).

Nessa conjuntura, o GMM passou a fazer parte da Rede Mulher e também do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL), onde começou a ser integrado no processo de luta das mulheres na Constituinte e na articulação de criação de propostas para a ANC.

Aí a gente começou a ter uma, digamos assim, essa integração, essa articulação em nível nacional, digamos, que estava justamente no período pré-constituinte e as mulheres estavam a mil né?! Em todos os estados, os estados mais avançados. E mandavam as informações e nos orientavam como a gente fazia aqui. E aí a gente começou a primeiros passos, nos primeiros passos que eu me recordo nas orientações que a gente recebia era “o que é isso?” “O que é constituinte?” “Pra quê?” (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

Essa rede de sociabilidade de nível nacional na qual o GMM estava inserido remete ao processo de organização das políticas dos movimentos sociais que surgem durante a Ditadura civil-militar. Ilse Scherer-Warren (2008, p. 515) ressalta que, nesse período, “o movimento social atua cada vez mais sob a forma de rede, que ora se contrai em suas especificidades, ora se amplia na busca de empoderamento político”.

Nesse aspecto, a rede de movimentos de mulheres em prol da Constituinte foi se formando diante das demandas coletivas de diferentes grupos de mulheres. Nessa perspectiva, Uilma Queiroz (2020, p. 51) aponta que movimentos feministas e organizações de mulheres “passaram a estabelecer uma relação de aproximação e diferença conflituosa, ao mesmo tempo em que constituíram lutas e pautas comuns através de Fóruns, Comissões e Movimentos”.

A força dessa rede impulsionou a criação e o funcionamento de mecanismos em prol das lutas das mulheres na Constituinte. O Conselho Nacional dos Direitos da

Mulher foi responsável por grande parte da mobilização das mulheres para a ANC. Nesse aspecto, Queiroz (2020, p. 52) destaca que “o CNDM conseguiu ter êxito na mobilização para a aprovação de leis que pudessem ser instrumentos para a transformação do poder patriarcal em leis que reconhecessem as mulheres como cidadãs e sujeitos de direito”.

A rede de articulações em que o Grupo Mulher Maravilha se encontrava era marcada por grupos de bairros vizinhos, conselhos de moradores, grupos oriundos da ala progressista da Igreja Católica, movimentos sociais e feministas e organizações de mulheres de Pernambuco e de vários estados do Brasil. Essa rede deixa explícito o grau de mobilização das mulheres do Grupo Mulher Maravilha diante daquela articulação nacional que vigorava.

Além dos cursos que já eram disponibilizados, no período pró-constituente o Grupo Mulher Maravilha realizou encontros cujo objetivo era debater sobre a Assembleia Nacional Constituinte, a importância de uma Constituição Federal e a necessidade de participação da população. Atas de atividades realizadas no segundo semestre de 1985 pelo GMM, constam a mobilização do Grupo para a realização desses debates.

Nos relatórios do GMM é possível encontrar algumas datas específicas em relação ao movimento pró-Constituinte. Em 9 de agosto de 1985 o objetivo da reunião local do GMM foi discutir sobre a Assembleia Constituinte, sua importância, entre outros fatores. Naquele contexto, o Grupo Mulher Maravilha já estava inserido em uma articulação de encontros nacionais, principalmente com a Rede Mulher de São Paulo. No segundo semestre de 1985, o GMM participou do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe e do I Encontro Nacional de Educação Popular e Movimento de Mulheres, ambos em São Paulo. Além disso, nas reuniões locais houve uma reflexão sobre o convite e a participação do GMM no Encontro Nacional realizado pela Rede Mulher.

Junto com a Rede Mulher de São Paulo e outros grupos feministas, o GMM participou do Encontro Nacional “Nós e a Constituinte” em novembro 1985, que incentivava a elaboração de propostas para a Assembleia Constituinte e passou a circular o boletim “Nós e a Constituinte” por centenas de grupos de mulheres por todo o país com orientações sobre o tema. Nesses encontros de educação popular e de articulação com diversos movimentos de mulheres, o Grupo Mulher Maravilha também atuou enquanto Grupo Benvirá no Sertão do Pajeú.

Pra poder você fazer qualquer uma outra preparação se tinha primeiro que saber o que era isso, um processo de formação política, né? das mulheres. E aí, a gente começou a ter essas discussões e vinha geralmente assim, orientações, roteiros. Aí depois vieram as, vamos dizer assim, as discussões de como preparar propostas, como analisar, claro que lá no São Paulo, sei lá, mais avançadas, elas avançaram pelo menos muitos mais que o Mulher Maravilha, a gente já bebeu da fonte. A gente recebia, a gente ia fazendo o que podia, tanto aqui, quanto lá no Sertão (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

O processo de formação política das mulheres passou a aspirar uma maior ocupação dos espaços democráticos em torno da ANC 1987-88. Para tal, se fez necessário procurar “outras possibilidades de participação política com uma nova demanda até então diferenciada dos movimentos sociais na qual é exigida a formação política qualificada dos participantes acerca da atuação desse coletivo na luta por direitos” (LIMA; LAGE; SILVA, 2020, p. 34). Nesse sentido, a demanda pela formação política, como descrita por Lourdes Luna, evidenciou esse processo em que os diferentes grupos de mulheres se encontravam.

Nesse ponto, Lourdes Luna chama atenção para essa articulação do processo formativo das mulheres do GMM, afirmando que “uma das cidades do Brasil que mais nos inspirou foi Porto Alegre. A gente pegava muitos documentos de lá, porque a gente conseguiu fazer uma interlocução nacional” (LOURDES, entrevista realizada 06/12/2022).

Dentro do Movimento Popular de Mulheres do Paraná, a equipe “Mulher e Constituinte” era responsável pela divulgação de materiais e relatórios que eram enviados para outros grupos de mulheres do país, dos quais é possível identificar o Grupo Mulher Maravilha. Um dos aspectos mais interessantes desse material, diz respeito a forma didática em que foram construídos ao fazer uso de ilustrações. Na Imagem 11 é possível identificar a maneira como muitos dos materiais disponíveis pelo Movimento Popular de Mulheres do Paraná buscavam falar diretamente com as mulheres que se dividiam entre os afazeres domésticos e a luta por direitos constitucionais, como a licença maternidade e o 13º salário. A partir disso, é compreensível a identificação do GMM com as organizações do Paraná.

IMAGEM 11- Relatório Encontro Estadual do Movimento Popular de Mulheres do Paraná
(1986)



Fonte: Rede Mulher, 1986.

As organizações de mulheres em todo o país já apresentavam grande força e as mulheres do Mulher Maravilha se organizaram nessa linha de frente. Assim, em novembro de 1985, durante o I Encontro Nacional, realizado na cidade de Piracicaba-SP, somaram-se a mulheres de 21 estados do Brasil e ali foi formulado um manifesto para ser enviado ao Presidente Sarney exigindo a participação das mulheres dos movimentos populares na Constituinte.

Nesse momento, a Rede Mulher foi encarregada da responsabilidade de articular as informações por diferentes grupos, servindo como ponte para o diálogo entre encontros estaduais e o levantamento de propostas enviadas pelos grupos da rede de articulação.

No Encontro Nacional, ficou decidido ainda que durante o ano de 1986 as mulheres iriam continuar a trabalhar de forma articulada em prol da participação das mulheres dos movimentos populares na Constituinte. Nesse sentido, ficou estabelecido pontos como a comemoração do Dia Internacional da Mulher com base no tema mulher e Constituinte, a realização de manifestações em níveis locais e estaduais e a organização de encontros de mulheres de setores populares para discutir a participação e elaboração de propostas para a Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, ficou estipulado o planejamento para a organização de uma caravana rumo a Brasília.

O projeto “Nós e a Constituinte” resultou em um dossiê de propostas formuladas por grupos de mulheres de setores populares enviado à Rede Mulher entre

janeiro e dezembro de 1986. O dossiê é compreendido como documento histórico pois ressalta o avanço da participação e comunicação das mulheres de setores populares em relação à participação na Constituinte. Nesse sentido, esse documento é entendido como resultado de reflexões, trabalhos e encontros entre diferentes organizações de mulheres de vários pontos do Brasil. Naquele contexto, o dossiê foi visto como um documento que representou “um símbolo a mais da caminhada de nossa libertação e do exercício pleno de nossa cidadania” (REDE MULHER, 1986, p.3), pois simbolizou o conjunto de propostas elaboradas por diferentes grupos de mulheres de vários estados do país durante 1985 e 1986 sobre o tema participação da mulher brasileira na Constituinte.

Assim, os grupos de mulheres criaram e aprimoraram propostas ao longo dos encontros locais, estaduais e nacionais. As propostas produzidas não abordaram apenas questões relativas às mulheres, porém muitas delas apresentavam em algum aspecto o recorte de gênero. A participação da mulher na Constituinte passou a figurar o planejamento do movimento de mulheres para os anos seguintes. As propostas para o dossiê foram elaboradas pelas comissões estaduais, que por sua vez recebiam boletins e outros documentos que eram enviados pela equipe da Rede Mulher (REDE MULHER, 1996).

O dossiê foi pensado para ser utilizado como instrumento de trabalho em cada estado, pois a partir desse documento seria possível estabelecer as concordâncias e discordâncias entre as propostas:

Há questões sobre as quais estamos todas de acordo, como por exemplo, a valorização do trabalho doméstico. Mas sobre este mesmo tema há divergências quando se trata da forma de valorizá-lo. Algumas querem salário pago pelo Estado para o trabalho da dona-de-casa; outras são contra, porque consideram um direito da mulher conquistar mais espaço no mercado e ser reconhecida pelo trabalho que já faz fora de casa, especialmente na área rural; Outras sugerem uma revisão do "abono familiar".

Outro tema polêmico é o aborto: algumas são frontalmente contra; outras são a favor da legalização do aborto; outras são a favor da discriminação; outras não falam no aborto e insistem de maneira ampla na questão da saúde da mulher e no planejamento familiar consciente e responsável, sem imposição por parte do Estado ou das indústrias de remédios (REDE MULHER, 1986, p. 4-5).

Nesse aspecto, o dossiê organizado pela Rede Mulher de São Paulo foi resultado da articulação e coletividade das mulheres em diferentes espaços de organização. O documento evidenciou os debates relacionados às questões de

gênero e as demandas das mulheres brasileiras para a Constituinte. Ao ser finalizado, o dossiê foi enviado para as comissões estaduais e grupos que se organizaram e enviaram propostas.

Posteriormente, o dossiê pôde ser multiplicado para outros grupos e organizações de mulheres. O dossiê da Rede Mulher contou com a assinatura das 73 representantes que participaram do I Encontro Nacional de Educação Popular e Movimento de Mulheres realizado em Piracicaba-SP. O Grupo Mulher Maravilha foi representado com a assinatura da educadora popular e ativista política Marineide Xavier dos Santos. Além do GMM, o documento apresenta outras duas assinaturas referentes a organizações do estado de Pernambuco, uma do Grupo Benvirá e a outra da Associação dos Moradores de Vila Jardim de Paratibe.

O Encontro “Mulher e Constituinte” que ocorreu em 8 de junho de 1986 teve seu relatório apresentado em resumo no dossiê. Um dos aspectos levantados neste encontro foi a proximidade das eleições e a necessidade de apoiar e eleger pessoas que não lutassem contra as mulheres na Constituinte. Nesse Encontro não foram levantados nomes de candidatos, mas foi sugerido que servisse como critério de escolha candidatos e candidatas comprometidos com o movimento popular, principalmente com a causa das mulheres (REDE MULHER, 1986).

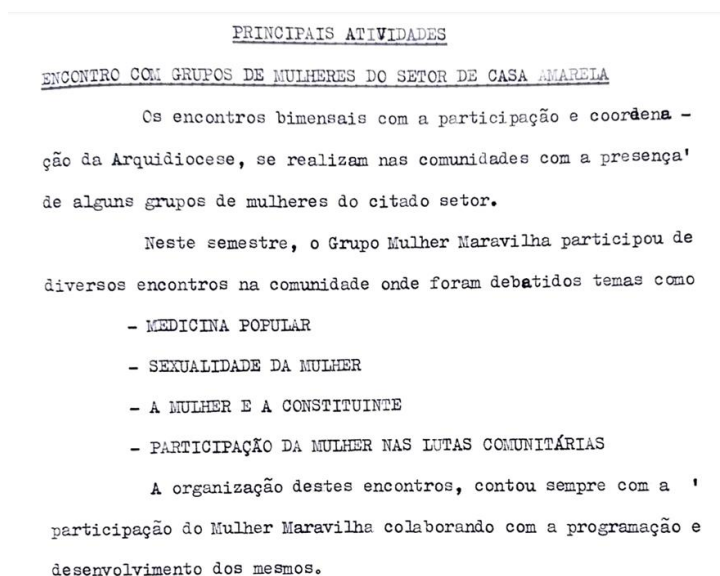
O documento aponta que o Congresso Constituinte era visto naquele momento como um “campo de batalha” onde os interesses dos grupos do poder e os interesses dos grupos oprimidos entravam em conflito. Assim, garantir a presença das mulheres na Constituinte através de porta-vozes eleitos e articulados com os movimentos sociais e os movimentos de mulheres era uma questão imediata naquele momento (REDE MULHER, 1986).

Nesse Encontro Nacional foram levantadas propostas e reivindicações relacionadas a variados temas como: terra, família, educação, discriminação racial, saúde e trabalho. Muitas propostas tinham um caráter mais amplo. Todavia, no que tange às questões de gênero, foi reivindicado demandas como: 1) que a mulher agricultora tenha todos os direitos: carteira assinada, assistência médica, liberdade sindical e aposentadoria aos 45 anos de idade; 2) punição para maridos que maltratam suas esposas; 3) auxílio do governo a mulher abandonada ou viúva; 4) que sejam reconhecidos os direitos das mulheres negras e indígenas; 5) que as mulheres tenham as mesmas possibilidades de estudar que os homens têm; 6) a elaboração de uma política de saúde que atenda as mulheres dos setores populares (REDE

MULHER, 1986). A partir das propostas levantadas, ficou estabelecido que o Movimento Popular de Mulheres deveria acompanhar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, através da criação de comitês e da cobrança aos constituintes.

A nível local, no relatório semestral de atividades de janeiro a junho de 1987 do Grupo Mulher Maravilha, é possível observar a articulação em torno da Constituinte. De acordo com esse documento, as mulheres do GMM participaram de encontros bimensais com grupos do setor de Casa Amarela, com a participação da Arquidiocese. No primeiro semestre de 1987 o GMM participou de diversos encontros na comunidade e entre os temas debatidos encontram-se “a mulher e a Constituinte” e a “participação da mulher nas lutas comunitárias”. Além disso, nas reuniões eram discutidos temas relacionados à saúde e a sexualidade da mulher, visto que, esse tema também estava inserido nos debates nacionais diante da precariedade e da falta de políticas de educação sexual e saúde enfrentadas pelas mulheres.

IMAGEM 12- Encontro com Grupos de mulheres do setor de Casa Amarela



Fonte: Relatório janeiro- junho de 1987. Acervo do Grupo Mulher Maravilha

Nesse documento, consta ainda a participação do GMM em diversas reuniões com outros grupos da comunidade como o Grupo Jardim Primavera e o Conselho de Moradores de Nova Descoberta. Essas reuniões aconteciam de forma semanal, onde era debatido a situação da mulher na sociedade, a Constituinte e a Constituição. Essa articulação também era feita no Sertão do Pajeú, com o Grupo Benvirá, onde o Grupo

Mulher Maravilha participou de encontros e discutiu a luta da mulher em busca de sua libertação e a mulher e a Constituinte, além de ser atuante na luta sindical, que também se articulou em prol da elaboração de propostas para a Assembleia Constituinte.

Tem um encontro que pra mim esse é histórico e pra mim ele tá gravado na minha cabeça, na minha memória, nos meus olhos, na minha mente, foi em Tabira, uma cidade vizinha a Afogados da Ingazeira, tinha um sindicato que eu participei muito da luta sindical lá no Sertão [...] E aí, o movimento de mulheres do sindicato de Tabira, que naquela ocasião estava mais avançado que Afogados da Ingazeira [...] a gente teve um encontro com centenas de mulheres na frente do sindicato de Tabira, Sindicato do Trabalhadores Rurais que foi justamente já para aprovar solenemente as propostas construídas já consensuadas do movimento de mulheres (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

Dessa forma, Queiroz (2020) destaca que apesar dos contextos distintos entre Nova Descoberta e o Sertão do Pajeú, a atuação de Lourdes Luna e a forte presença da Igreja foram marcantes para o entrelaçamento dessas organizações. No âmbito da Constituinte 1987-88, Lourdes Luna aponta que o processo de elaboração de propostas do Grupo acontecia tanto no Sertão quanto em Nova Descoberta.

As propostas levantadas tinham o enfoque tanto na mulher urbana, quanto na mulher rural. Uma das questões sensíveis ao Grupo de Nova Descoberta era o trabalho doméstico e a possibilidade de emprego para as mulheres, além de questões relacionadas a creches e a saúde da mulher. Já questões relacionadas ao corpo e aborto, por exemplo, eram mais difíceis de serem debatidas principalmente pela forte presença da Igreja na vida das mulheres que faziam parte do Grupo naquele período.

Além disso, também havia as reuniões locais do Grupo Mulher Maravilha que ocorriam semanalmente e eram discutidos temas como eleições, Constituinte e menores abandonados. O relatório do primeiro semestre de 1987 aponta que algumas das perspectivas do GMM era a participação em caminhadas juntamente com o Movimento Popular do “Recife à Brasília para a entrega das propostas de emendas para a Constituinte”, a participação em encontros feministas e o engajamento nas lutas junto ao conselho de moradores.

Na articulação em contexto nacional, a Rede Mulher de São Paulo, juntamente com o SOS CORPO de Pernambuco e o Serviço de Informação da Mulher do Mato Grosso do Sul representaram o Grupo Mulher Maravilha e outras centenas de

organizações de mulheres e grupos feministas de todo os cantos do país ao apresentarem a Comissão de Sistematização a emenda popular nº 20.

A emenda popular sobre “Direitos e garantias da mulher” foi resultado do trabalho conjunto das mulheres a partir do projeto “Nós e a Constituinte”. Como justificativa foi apontado que:

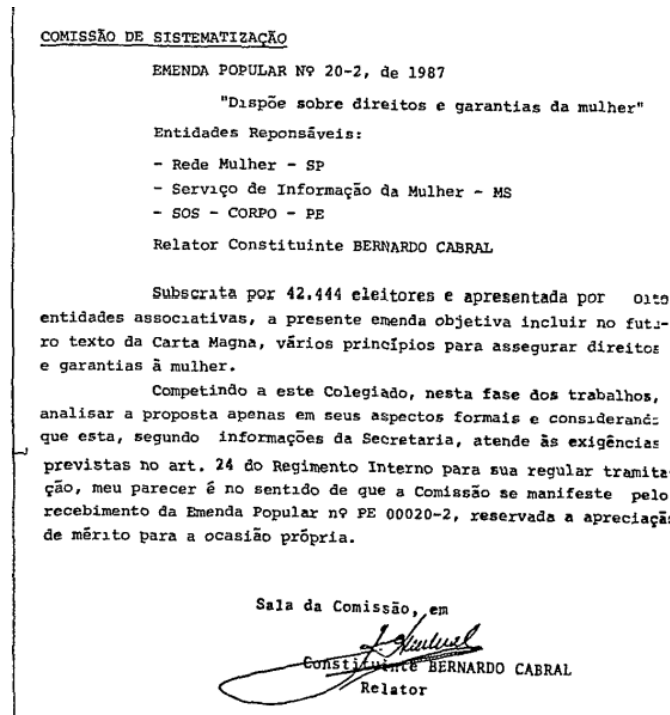
Na sociedade brasileira, a maioria das mulheres sofre dupla opressão: enquanto participantes dos setores populares e enquanto mulher. É por essa razão que, como cidadãos, lutamos pelo direito à terra, ao trabalho, à moradia, à educação, saúde, transporte, lazer e segurança, particularmente através das reformas agrária, urbana e administrativa do Estado. Concomitantemente, lutamos pela extinção de todo tipo de discriminação em todas as formas nas quais se materializam, em particular contra a subordinação da mulher ao homem (EMENDA nº 20, s/p).

Essa subordinação das mulheres foi apontada em vários aspectos, como na diferença de salário e de acesso ao trabalho entre homens e mulheres e nas condições de assistência à saúde da mulher (EMENDA nº 20). Para Jacqueline Pitanguy (2019) os movimentos feministas compreendiam a importância de lutar por leis que legitimassem a cidadania plena das mulheres.

Nesse sentido, a emenda popular nº 20 identificou como necessário a inclusão de dispositivos constitucionais que sinalizasse a igualdade entre homens e mulheres perante a lei, a proibição de diferença salarial diante do critério de sexo, cor ou estado civil e a garantia da licença maternidade remunerada antes e depois do parto sem prejuízo ao emprego ou ao salário da mulher.

Além disso, o documento de iniciativa popular versou sobre os direitos da família e a urgência na seguridade a assistência médica e psicológica a mulheres vítimas de violência sexual. Questões relacionadas ao direito de posse e propriedade da terra também foram apontadas nessa emenda popular.

IMAGEM 13- Emenda Popular nº PE 20



Fonte: Câmara dos Deputados -

<https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf>.

A emenda popular nº 20 foi apresentada à Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte em 12 de agosto de 1987. O documento resultou na coleta de assinaturas de 42.444 pessoas e no apoio de diversas organizações, instituições e movimentos sociais estaduais e nacionais.

Lucas Brandão (2011) destaca que as emendas populares contribuíram expressivamente para aumentar a mobilização popular por novos direitos. Dessa maneira, a emenda popular nº 20 representou um aspecto significativo ao funcionar como uma das decorrências da articulação das mulheres ao longo da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88.

3.2 POVO NA CONSTITUINTE

A Assembleia Nacional Constituinte proporcionou uma nova oportunidade de participação política ao povo brasileiro. A amplitude das mobilizações em torno da ANC auxiliou o debate sobre representação política no processo constitucional. Diversos grupos participaram de audiências públicas e apresentaram emendas ao projeto de Constituição como forma de elaborar uma Constituição Popular. Esses

mecanismos de participação popular abriram caminho para novas formas de atuação dos movimentos sociais.

Diante de uma reabertura gradual, muitos movimentos sociais e ONGs estavam em processo de formação de ideias. Apesar disso, “entre novembro de 1986 e setembro de 1988, foi possível identificar 225 eventos diferentes de ações coletivas relacionadas ao processo constituinte. Ou seja, uma média mensal de 9,78 mobilizações sociais em torno da ANC no período” (BRANDÃO, 2011, p. 81). Dentre essas ações é possível identificar diferentes estratégias de ação coletiva como demonstrações públicas, caravanas, reuniões com os Constituintes e encontros de articulação entre os movimentos.

As mobilizações voltadas para a ANC atuavam de acordo com as demandas e transformações que iam ocorrendo ao longo do processo constituinte, levando em consideração o uso da ação coletiva como ferramenta de luta. Vale ressaltar ainda, o caráter não violento dos movimentos sociais nesse processo.

Um fato extremamente significativo é o de que, ao longo da Constituinte, os movimentos sociais praticamente não fizeram uso de ações disruptivas, valendo-se principalmente de ações pacíficas. A ausência de ações violentas indica como a abertura de canais de interação entre a Constituinte e a sociedade logrou fazer com que o repertório mobilizado pelos movimentos, mesmo nos momentos de maior tensão, respeitassem a ordem institucional (BRANDÃO, 2011, p. 87-88).

Nesse período de articulação de propostas e de construção de demandas específicas, além de movimentos feministas e organizações de mulheres, movimentos indígenas, sindicatos rurais e outros tantos grupos e movimentos também se organizaram para reivindicar direitos constitucionais. Nesse sentido, essas demandas eram sistematizadas a partir dos diferentes grupos e pela resistência popular agregada a eles.

O processo constitucional recebeu diversas críticas ao longo de sua duração, principalmente pelo fato de ser mais aberto à participação da sociedade. Para a camada mais conservadora dos atores políticos envolvidos nesse processo, isso representava deixar de levar em consideração apenas temas considerados relevantes (BRANDÃO, 2011). Apesar disso, a participação popular na Constituinte representou o aspecto democrático em que a nova Constituição Cidadã estava sendo moldada.

Nesse contexto que marcou a redemocratização do país, o “Povo na Constituinte” foi uma das amplas articulações mobilizadas por setores e movimentos

sociais. Vale ressaltar, que também houve dificuldades em relação à participação popular ao longo da Constituinte, principalmente o medo da repressão e censura derivada da Ditadura. Além disso, muitas organizações dos grandes centros periféricos urbanos estavam se reestruturando e amadurecendo na luta em contexto nacional.

Todavia, o movimento “Povo na Constituinte” incentivou a construção de emendas populares a partir de uma articulação entre organizações de mulheres, sindicatos, organizações ligadas à Igreja Católica e diversos movimentos sociais. Dessa maneira, esse movimento em prol da Constituinte marca também a mobilização dos novos movimentos sociais que emergiram nas décadas de 1970 e 1980 em busca da redemocratização do país.

Tendo isso em vista, é importante ressaltar que as audiências públicas foram usadas como ferramentas de participação popular durante o ano de 1987. A emenda popular nº 20, representada por Moema Viezzer, coordenadora da Rede Mulher, teve sua audiência pública realizada na noite do dia 26 de agosto de 1987. Esse processo foi marcado pela articulação e presença das mulheres que já estavam se organizando para participar da luta diretamente em Brasília.

IMAGEM 14- Audiência Pública de 26 de agosto de 1987

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS					
Reunião		Expositor		Assunto	Observações
Nº	Data	Nome	Qualificação		
20ª Ext.	26-8-87	Moema Viezzer	Coordenadora da Rede Mulher.	Defesa: PE-020-Direitos da Mulher.	
		Del Bosco Amaral	Constituinte.	Defesa: PE-023-Aposentadoria.	
		Maria Amélia de Almeida Teles	Secretária-Geral da União de Mulheres de São Paulo.	Defesa: PE-065-Saúde da Mulher.	
		Francisco Massá Filho	Presidente da Comissão Arquidiocesana de Acompanhamento Constitucional - Rio de Janeiro.	Defesa: PE-007-Direitos da Família.	
		Lúcia Pacifico Homem	Presidente das Entidades de Donas-de-Casa de MG	Defesa: PE-019-Aposentadoria das Donas-de-Casa.	
		Benedito de Ulhoa Vieira	Arcebispo de Uberaba e Membro da Comissão Episcopal de Diálogo com a Constituinte.	Defesa: PE-011-Família.	

Fonte: Câmara dos Deputados - https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/o-processo-historico-da-elaboracao-do-texto/Mapano5.pdf.

Como representante da emenda sobre direitos da mulher, Moema Viezzer teve aproximadamente 20 minutos para falar em plenário sobre as propostas contidas na emenda nº 20, durante a reunião da Comissão de Sistematização. Além da emenda

da Rede mulher, outras emendas populares que abordaram questões relacionadas à população feminina foram discutidas³⁵.

Durante esse processo de mobilização das mulheres juntamente com o movimento “Povo na Constituinte”, diversas caravanas se dirigiram para Brasília durante os anos de 1987 e 1988. As caravanas já estavam sendo organizadas pelos grupos do movimento popular de mulheres desde 1986, como apontado no dossiê “Nós e a Constituinte” da Rede Mulher. E, dessa forma, serviram para fortalecer a luta das mulheres articuladas nesse processo.

Durante a luta pela redemocratização e a articulação diante do processo constitucional que vigorava naquele momento, o GMM esteve presente em diferentes momentos de luta e representou pautas importantes a nível nacional. Lourdes Luna viajou para Brasília enquanto representante do Grupo Mulher Maravilha em diversas ocasiões. Uma das viagens ocorreu em maio de 1987, para a entrega da Carta das Mulheres aos Constituintes. Outro momento importante ocorreu em agosto de 1987 quando Lourdes Luna e outras companheiras do GMM e do Benvirá seguiram em caravana para a entrega simbólica das emendas populares ao Congresso Nacional.

E, eu fui com outras companheiras e o fato que eu me recordo demais na preparação foi, primeiro o documento já tinha seguido, naturalmente, a gente foi mais simbolicamente sei lá pra ir pra Brasília né, pra acompanhar. Aí eu me recordo que o ônibus que eu fui saiu da frente do MTC, na época era ACO, na Rua Gervásio Pires 404, o ônibus saiu de lá da frente.

[...] ora as condições de viagem se pode imaginar, com certeza farofeiras né, porque a gente não tinha dinheiro pra ir pra restaurante [...] Aí o alojamento eu me lembro que era coletivo, beliche tudo né gente roncando a noite toda, mas a animação enorme (LOURDES, entrevista realizada em 06/12/2022).

Esse processo de ida a Brasília, marca o ciclo realizado durante todo o ano de 1987 pela articulação de mulheres na qual o GMM estava inserido.

Durante o ano de 1988 as mulheres continuaram a se organizar em prol da garantia de direitos na Constituição que estava sendo elaborada. O trabalho local desenvolvido pelo GMM foi pautado tanto pelo trabalho em Nova Descoberta, quanto pela luta nacional. A celebração do Dia Internacional da Mulher tinha como base o tema “A mulher e a Constituinte”. Na imagem 15, é possível identificar Dona Lenira na

³⁵ Correio Braziliense, Brasília, nº 8901, p. 3 <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/134113>

ponta esquerda e Dona Ilza na ponta direita. Ambas as figuras atuantes no Grupo Mulher Maravilha e nesse processo de luta pela garantia de direitos para as mulheres.

IMAGEM 15- Celebração do Dia Internacional da Mulher de 1988



Fonte: Acervo do Grupo Mulher Maravilha

Outro aspecto que vale ressaltar foi a articulação dos grupos de mulheres de Nova Descoberta e Casa Amarela que já aconteciam de forma bimensal. Esses encontros sucederam em diversas ocasiões ao longo do ano de 1988. Nesses espaços de conversa eram discutidas questões ligadas à situação da mulher na sociedade e a saúde da mulher, porém a reflexão sobre a Assembleia Nacional Constituinte ainda se fazia presente nos diálogos.

IMAGEM 16- Encontro das Mulheres do Setor de Casa Amarela em Nova Descoberta 1988

Fonte: Acervo do Grupo Mulher Maravilha

Destarte, em outubro de 1988, após mais de 20 meses de Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição Federal foi promulgada. A atuação política da população nesse processo foi algo inédito na história constitucional brasileira. Assim, a pressão oriunda dos movimentos sociais acarretou a garantia de direitos adquiridos na Constituição de 1988.

Com a promulgação da Carta Magna, as mulheres obtiveram um avanço significativo, pois grande parte das reivindicações das mulheres foram incorporadas ao texto. Assim, a articulação na qual o Grupo Mulher Maravilha estava inserido, protagonizou as conquistas dos direitos da mulher presentes na nova legislação.

3.3 DIREITOS E GARANTIAS OBTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

“A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança”. Com essas palavras, Ulysses Guimarães finalizou o discurso de promulgação da nova Carta Magna do Brasil. A Constituição Federal de 1988 foi promulgada, no dia 5 de outubro, após aprovação de seu texto em dois turnos com maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88.

A Constituição Federal de 1988 apresentou um considerável progresso político, civil e social. Lucas Brandão (2011) destaca o impacto direto das mobilizações sociais nos direitos incluídos no texto da Constituição. Nesse sentido, é possível notar o grau de influência das emendas populares no capítulo que contempla o conjunto de leis sobre direitos das crianças e dos adolescentes, previdência social e direitos das mulheres (BRANDÃO, 2011).

Em uma política historicamente restrita aos homens, as mulheres tiveram uma participação ativa em diferentes espaços voltados à Assembleia Nacional Constituinte (SOW, 2010). Assim, as mulheres se fizeram presentes durante todo o processo de elaboração da Constituição de 1988 a fim de que suas demandas fossem asseguradas. Nesse sentido puderam comemorar avanços significativos ao longo do texto constitucional.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 1988, s/p).

O Artigo 5º, cláusula pétrea³⁶ da Constituição Federal de 1988, garantiu juridicamente a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Vale salientar o Art. 5º como um dos mais importantes da CF-88, pois nele estão listados os direitos e garantias fundamentais.

Ao longo da Carta Magna, é possível elencar outros dispositivos constitucionais conquistados pelas mulheres, que também eram pautas presentes nas propostas que rodeavam o GMM. Em relação ao trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho, tema representado por distintos grupos de mulheres, inclusive o Grupo Mulher Maravilha de Nova Descoberta-PE, a CF-88 passou a assegurar o direito ao salário-mínimo, 13º salário, licença maternidade de 120 dias, férias remuneradas e previdência social. Acerca da aposentadoria, a Constituição estabeleceu a idade

³⁶ Dispositivo constitucional que não pode ser alterado nem mesmo por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). As cláusulas pétreas inseridas na Constituição do Brasil de 1988 estão dispostas em seu artigo 60, § 4º. São elas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais.
Fonte: Agência Senado <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/clausula-petrea>

mínima de 60 anos para as mulheres e 65 para os homens. Enquanto o tempo de contribuição ficou definido em 30 anos às mulheres e 35 aos homens.

Das demandas emergentes para o Grupo Maravilha no contexto social de Nova Descoberta destacam-se as questões relacionadas à oferta de vagas em creches e a melhoria das condições de trabalho para a mulher. Ambas as questões estão presentes no Art. 7º da Constituição Federal de 1988. Nos incisos XXV e XXX, ficam estabelecidos respectivamente a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas e a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

No Art. 183º § 1º fica especificado o título de domínio e a concessão do uso da terra urbana ou rural ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. Essa conquista foi importante para as mulheres que faziam parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais, pois esta pauta se fez presente nas emendas populares e debates nas quais o Grupo de Mulheres de Benvirá esteve envolvido.

A Constituição Federal de 1988 no Art. 226º estabeleceu ainda a proteção do Estado à família e criou mecanismos para impedir a violência no âmbito das relações familiares. Além disso, ficou especificado na Carta que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, o que pôs fim ao pátrio poder e a idealização do homem como o chefe do núcleo familiar.

Destarte, direitos conquistados na Constituição de 1988 foram reflexo dos movimentos sociais. Em relação ao movimento de mulheres, Elisabeth Souza-Lobo (1991, p. 247) enfatiza que “freqüentemente as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes”. O período de elaboração da nova Carta e a própria Constituição representou um grande avanço em relação à participação feminina quando comparado às Constituições antecedentes. Isso tanto na representação no número de deputadas quanto na participação popular feminina.

As ações e contribuições do Grupo Mulher Maravilha no período da redemocratização do Brasil e no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, podem ser compreendidas tanto na articulação nacional quanto no processo de educação popular em Nova Descoberta e nos bairros vizinhos. Em âmbito nacional, o GMM esteve inserido em debates, encontros e formações com mulheres de todos os cantos do Brasil, em uma articulação de mulheres nunca vista no país. Na esfera local e estadual o GMM atuou na formação política e cidadã das mulheres no campo e na

cidade. O resultado do trabalho empreendido pelo Grupo Mulher Maravilha junto a rede de movimentos feministas e organizações de mulheres durante os anos de redemocratização do país foi a conquista de direitos fundamentais para as mulheres.

Esse capítulo vitorioso na história das lutas das mulheres e da participação popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 refletiu a interlocução nacional de distintos e novos movimentos sociais que emergiram nas décadas de 1970 e 1980. Esse enfoque é pertinente pois muitas das conquistas sociais obtidas na Constituição Federal de 1988 procedeu da pressão e do apoio de ONGs e movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1994).

Na prática, é importante ressaltar que os direitos conquistados são instrumentos jurídicos e que a sua aplicação de fato depende do planejamento e da implementação de políticas públicas que tenham o intuito de estabelecer parâmetros de igualdade entre homens e mulheres.

Ademais, é preciso enfatizar que apesar dos direitos garantidos ainda se tem muito a percorrer na busca de uma sociedade igualitária em que a mulher não seja oprimida por ser mulher. Assim, o Grupo Mulher Maravilha segue na luta por uma sociedade mais justa onde a esperança se torna verbo e sinônimo de luta. *Esperança*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ditadura civil-militar representou 21 anos de retrocesso para a história democrática brasileira. Durante o golpe civil-militar várias organizações, movimentos sociais e sindicatos foram perseguidos e fechados sob a acusação de atividade subversiva. Apesar de várias restrições, os movimentos sociais se revitalizaram durante as décadas de 1970 e 1980. Nesse processo, novos instrumentos de participação e novas figuras estratégicas passam a abranger diferentes categorias da sociedade.

O período de redemocratização do Brasil é marcado pela pressão das organizações e movimentos sociais que lutavam pelo fim da Ditadura civil-militar no país. Nessa conjuntura, os movimentos sociais, em específico os movimentos feministas e as organizações de mulheres, atuavam nas lutas pela redemocratização, mas não deixaram de lado as lutas específicas às suas condições.

No processo de redemocratização grupos de mulheres engajadas desenvolveram estratégias de articulação e colocaram diversos temas relacionados às mulheres em pauta. Vale salientar que nem todas as organizações de mulheres se identificavam enquanto feministas, principalmente devido ao caráter pejorativo atribuído ao termo.

Assim, o movimento de mulheres desse período realça suas facetas e vertentes em movimentos de luta contra o patriarcado e as formas de opressão sofridas pelas mulheres, movimentos de mulheres que lutavam pelos direitos humanos e a anistia e as organizações periféricas urbanas que atuavam pela melhoria da condição de vida das mulheres.

Ao se atentar a cidade do Recife, foi possível evidenciar que a configuração geográfica da Zona Norte é relevante na análise da formação de movimentos periféricos urbanos durante o período de luta pela redemocratização. Nova Descoberta enquanto comunidade do bairro de Casa Amarela e, posteriormente, enquanto bairro do Recife foi palco de várias formas de organização popular, muitas delas tinham o objetivo de mobilizar a comunidade a fim de resolver problemas do bairro.

Em meio a esse contexto, o Grupo Mulher Maravilha foi fundado em 1975 por mulheres que estavam engajadas em causas sociais, além de estarem inseridas em

instituições religiosas, que serviram como apoio para a formação do Grupo. Ao longo de sua trajetória, o GMM buscou desenvolver na população uma consciência cidadã e atuar pela autonomia e emancipação das mulheres.

Nesse sentido, as lutas oriundas das décadas de 1970 e 1980 contribuíram para que os movimentos e organizações sociais chegassem ao processo constitucional. Diante da reabertura política do Brasil, os movimentos sociais e as ONGs apresentaram um papel significativo na luta pela cidadania.

As mulheres tiveram participação ativa durante todo o processo de construção da Constituição de 1988. Na Assembleia Nacional Constituinte 1987-88, a bancada feminina atuou junto aos movimentos sociais e movimentos feministas na busca pela ampliação da cidadania e da igualdade para as mulheres. Naquele contexto, as organizações de mulheres de todo o país criaram e aprimoraram propostas ao longo dos encontros locais, estaduais e nacionais. As propostas elaboradas não abrangiam apenas questões relativas às mulheres, porém muitas delas apresentavam em algum aspecto o recorte de gênero.

O Grupo Mulher Maravilha esteve inserido nessa articulação nacional. Através de uma rede de sociabilidade, o GMM participou de debates, encontros e formações com mulheres de vários estados durante os anos de 1985, 1986, 1987 e 1988 voltados a criação de propostas e a organização das mulheres na ANC. Desse período chamo atenção para dois momentos que resultaram dessa ampla articulação de mulheres: a Carta das Mulheres aos Constituintes e a emenda popular nº 20. A atuação do Grupo em prol da Constituinte também se deu nas atividades em Nova Descoberta e nos bairros vizinhos, além do Sertão do Pajeú.

As narrativas de Lourdes Luna, Dona Menta, Dona Lia e Dona Ilza foram peças chave para entender o contexto local e social do bairro de Nova Descoberta, a influência da Igreja Católica no período da Ditadura civil-militar e da redemocratização, a articulação com outras organizações e a mobilização das mulheres para a ANC.

Portanto, o resultado da luta empreendida pelo Grupo Mulher Maravilha e pela ampla articulação de mulheres durante os anos de redemocratização do país, foi a conquista de direitos fundamentais para as mulheres na Constituição Federal de 1988. Na prática, esses direitos conquistados ainda são motivos de luta pelo GMM e pelos movimentos sociais, visto que, se faz necessário a criação de políticas públicas para a sua efetivação. Assim, o Grupo Mulher Maravilha se reafirmou, ao longo das

décadas posteriores, na luta por uma sociedade mais justa e com mais oportunidades para as mulheres, almejando a construção de uma sociedade mais democrática.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

AGUIAR, Jéssica Carolina Aparecida de; TROMBINI, Maria da Cunha; GUTIERRE, Maria Madalena Borges. Que bom te ver viva: vozes da resistência feminina na ditadura militar brasileira. **Revista Eletrônica de Letras** [online], v.12, n.12, edição 12, jan-dez 2019.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

BARROS, Sandra Augusta Leão. **Apipucos e suas paisagens**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

BAUER, Martin; GASKELL, George. (Ed.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 64-89.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Introdução. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: BOITEMPO, 2014.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política** 1.11ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOFF, Leonardo. **O Caminhar da Igreja com os Oprimidos**. 2a. edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988**: entre a política institucional e a participação popular. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., (org.). **Sociedade política no Brasil pós-61** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org) **Pensamento Feminista brasileiro formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 271-289.

CASTRO, Josué. **A cidade do Recife: Ensaio de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Livraria editora Casa do Estudante do Brasil, 1954.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. A atuação da Igreja Progressista junto aos Conselhos de Moradores do Recife: do regime militar à redemocratização (1964-1985). **Revista de História da UEG**. Anápolis, v.2, n.2, p. 175-193, jul-dez 2013.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistências dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de história, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, 71: 173-228, 2007.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2001. p.11-107.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2006, p. 169-178.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 25 de nov. de 2022.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In: Encontro Nacional de História Oral, 6.,2002, São Paulo. **Revista História Oral**: Associação Brasileira de História Oral, 2003, p.9-25.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Maria Joana, WOLFF; Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo:uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org) **Pensamento Feminista brasileiro formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 25-47.

FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. Gênero e memória: algumas reflexões. **Revista Gênero**, Niterói, v.5, n.1, p. 9-19, 2004.

FRASER, Nancy. **Reframing justice**. Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2005.

FREIRE, Eliane. Uma história social do movimento de resistência à ditadura militar de Casa Amarela- Recife-PE 1964-1985. **XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005, p. 1-8.

FREITAS, Giselle.; et al. Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. *Rev. Eletr. Enf.* [online]. p. 424-8. 2009.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 3ª ed. São Paulo: Associação editorial humanitas, 2006.

FURLIN, Neiva. A contribuição dos movimentos feministas na institucionalização das políticas de gênero: aproximações e especificidades no caso Brasil e Chile. **Almanaque de Ciência Política**, v. 4, p. 1-21, 2020.

FURLIN, Neiva. A relação entre Estado e sociedade no processo de institucionalização das políticas de gênero no Brasil e Chile. **Revista Brasileira De Ciência Política**, p. 169-206, 2020.

GALDINO, Dario. Nova Descoberta: Recortes dos Territórios e Territorialidades em um Bairro da Cidade do Recife. **Web Artigos**, 2010. Disponível em: [GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.](https://www.webartigos.com/artigos/nova-descoberta-recortes-dos-territorios-e-territorialidades-em-um-bairro-da-cidade-do-recife/55205#:~:text=Acessar-,NOVA%20DESCOBERTA%3A%20RECORTES%20DOS%20TERRIT%C3%93RIOS%20E%20TERRITORIALIDADES%20EM,BAIRRO%20DA%20CIDADE%20DO%20RECIFE&text=Muitos%20deles%20foram%20torturados%20e,indiv%C3%ADduos%20ainda%20residem%20no%20bairro. Acesso em: 25 jul. 2022.</p></div><div data-bbox=)

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Vértice: São Paulo, 1990.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. **História da historiografia**, Ouro Preto, n.4, p. 105-124, mar. 2010.

IHU-ON-LINE. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. Entrevista especial com Margareth Rago, 2009. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/26400-as-mulheres-e-a-ditadura-militar-no-brasil-entrevista-especial-com-margareth-rago>. Acesso em 11 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **História & Fotos**: Recife. IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/historico>. Acesso em: 9 de mar. 2022.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968**. Recife: Massangana, 1990.

KINZO, Maria D'Alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São em Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Érika; LAGE, Allene; SILVA, Filipe. O processo de formação política da Marcha Mundial das Mulheres – Núcleo Agreste de Pernambuco. **Revista entreideias**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 2-49, set./dez. 2020.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História, 17, São Paulo: EDUC, 1981.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 8ª reimpressão. São Paulo: E.P.U., 1986.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MARINHO, Carolyn. **Política Contenciosa: conceitos, características e aplicação no contexto político brasileiro**. 2018. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife.

MARTINS, Estevão de Rezende. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, p. 197-217, 2011.

MARTINS, José. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. **Estudos Avançados**, Vol, 14 N. 38: São Paulo, Janeiro/abril, 2000.

MEDEIROS, Lucineide B., ZITKOSKI, Jaime J., STRECK, Danilo R. Movimentos sociais/Movimento popular. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Vozes, 2008. p. 276-278.

MIGUEL, Luis Felipe. O Feminismo e a Política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: BOITEMPO, 2014.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985). 2014. 348f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2014.

MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. O Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis), in: **Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras**. Programa Habitare, FINEP, ANTAC. Porto Alegre, 2007.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2010.

MUTZENBERG, Remo. A questão dos Movimentos sociais na atualidade In: MARTINS, C.B. MARTINS, H.H.T. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**: Sociologia São Paulo ANPOCS, 2010 p. 405-440.

MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais no Brasil**: Sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas. Instituto de Estudos sociais e econômicas. Moçambique: setembro, 2012.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. In: SINAIS –**Revista Eletrônica-Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, junho, p.127-143, 2011.

NOGUEIRA, André Magalhães. Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

OJEDA, Igor. A Complexa relação entre Estado e Ongs. Desafios do Desenvolvimento Ipea, Brasília, Ano 9, n.71, p. 32-39, mai. 2012.

PPAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S., DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000, p.102.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Revista Topoi**, v.12, n.22, jan-jun, 2011, p. 270-283.

PEDRO, Joana Maria; WOITOWICZ, Karina Janz (2009). “O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo”. **Revista Espaço Plural**, ano X, n. 21, 2º semestre, p. 43-55.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **Revista História Unisinos**, v. 15, n.3, set-dez, 2011, p. 398-405.

PEREZ, Olívia. ONG's e governo: autonomia x dependência. In: **XXVIII Congress of the Latin American Studies Association LASA**, 2009, Rio de Janeiro. XXVIII Congress of the Latin American Studies Association LASA, 2009.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org) **Pensamento Feminista brasileiro formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 81- 96.

QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura, Violência Política e Direitos Humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, C. & RAMINELLI, R. (orgs.). **História das Américas: Novas Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.241-273.

QUEIROZ, Uilma. “**Mulher também é gente**”: o Benvirá e a emergência de novos sujeitos políticos em Afogados da Ingazeira, Sertão do Pajeú - PE, entre 1983-1987. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RECIFE. Decreto nº 14.452, de 26 de outubro de 1988. **Institui 12 RPA's e dá outras providencias.**

RECIFE. Lei nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983. **Define diretrizes para o uso e a ocupação do solo, e dá outras providências.**

RECIFE. Lei nº, de 30 de março de 1987. **Cria o plano de regularização das Zonas Especiais de Interesse Social- PREZEIS.**

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 108 - 132.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970- 1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, John Kennedy. Análise evolutiva da ocupação dos morros da cidade do Recife. **Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 2019, p. 3754-3768.

SARMENTO, Daniel. 21 anos da Constituição de 1988: a Assembleia Constituinte 1987/1988 e a experiência Constitucional brasileira sob a Carta de 1988. Assunto Especial, Doutrina, n. 30. **Defensoria Pública da União**, nov-dez, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, Florianópolis, mai-ago, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 3º edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Ongs: Os novos atores da “Aldeia Global”. Paper apresentado no GT01 Cidadania, conflito e transformações urbanas na XX Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, Out/96.

SCHERER-WARREN, Ilse. Organizações Não-governamentais na América Latina seu papel na construção civil. São Paulo em Perspectiva 8(3) 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA -caminhos para uma política emancipatória? CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicol. USP, São Paulo**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 out. 2021.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura e justiça militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)**. 2011. Tese (Doutorado em história, política e bens culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

SILVA, Carmen. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300 jul./dez. 2007.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo, Brasiliense, 1991.

SOW, Marilene. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. E-Legis, n.05, p.79 - 94, 2º semestre de 2010.

TARLAU, Rebecca. **Mobilization during Dictatorship: The role of outside actors in the mobilization of labor and community in Brazil**. Undergraduate thesis in Sociology at the University of Michigan – EUA, 2008.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: Imprensa feminista e prática de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v.11, n.1, jan-jun, 2014.